

Adusp


Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Andes-SN - Abril de 2012 - Nº52



Copa do Mundo
segundo

RAQUEL ROLNIK

Perversidade institucional e escalada repressiva na USP

A photograph showing a woman in a purple zip-up jacket and a colorful, patterned skirt being escorted by several police officers in riot gear. The officers are wearing helmets with visors and are holding the woman's arms. The scene appears to be outdoors, possibly on a university campus, with trees and a building in the background.

Reitor Grandino Rodas militariza
a Cidade Universitária
e abre processos para expulsar
90 alunos e demitir diretores
do Sindicato dos Trabalhadores



ISSN 1807-3506
9 771807 350001

DIRETORIA

Heloísa Daruiz Borsari, César Augusto Minto, Elisabetta Antonietta R. M. C. Santoro,
Carla Roberta Carvalho, Helder Garmes, Jessé de Oliveira, Marcelo Ventura Freire,
Demóstenes Ferreira da Silva Filho, Sérgio Souto, Fabiana Cristina Severi

Comissão Editorial

Décio Crisol Donha, Dilma de Melo Silva, Flávio César Almeida Tavares,
José Marcelino de Rezende Pinto, José Maria Pacheco, Luiz Menna-Barreto,
Jessé D'Assunção Rebello de Souza Júnior, Maurilane de Souza Biccás, Osvaldo Coggiola

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar

Assistente de redação: Rafael Nakamura

Ilustrações desta edição: Maringoni

Fotografias da capa: Guilherme Minoti (central) e Daniel Garcia

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Secretaria: Alexandra Moretti e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Tiragem: 6.000 exemplares

Gráfica: Eskenazi

Adusp - S. Sind.

Rua da Reitoria, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: imprensa@adusp.org.br

Telefones: (011) 3813-5573/3091-4465/3091-4466 • Fax: (011) 3814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.

Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

QUANDO A INTOLERÂNCIA SE TORNA INTOLERÁVEL

No passado recente, foi a gestão Suely Vilela que primeiro recorreu a expedientes autoritários contra estudantes, em resposta à ocupação da Reitoria em 2007. Mas tudo que ela produziu nessa seara empalidece, perante a amplitude e intensidade da escalada repressiva capitaneada por seu sucessor. Grandino Rodas não está preocupado com a posteridade. Ou, se está, sua posteridade lembrará a República Velha de Arthur Bernardes, para quem os conflitos sociais eram caso de polícia. Além de explorar o assassinato de um estudante como pretexto para ampliar a presença da Polícia Militar na Cidade Universitária do Butantã, a gestão Rodas vem desfechando, desde então, uma verdadeira “caça às bruxas”, que inclui expulsão de alunos, demissão de sindicalistas, reintegração de dependências da USP com recurso de força policial e, *last but not least*, espionagem. Esta última revelada em primeira mão pela revista *Fórum* de janeiro, sem que a Reitoria tenha, até agora, procurado desmentir ou contestar o teor da denúncia. A mesma edição de *Fórum* traz uma entrevista exclusiva do reitor (realizada antes de chegarem à revista os documentos sobre a espionagem), de sorte que não se poderá alegar irrelevância da publicação, que chegou mesmo a ser visitada por Rodas.

À *Revista Adusp* o professor Alberto Carlos Amadio, chefe de gabinete do reitor, negou a existência da “Sala de Crise” mencionada em relatório confidencial produzido pelos espões. Amadio minimizou, ainda, a importância de mensagem eletrônica, rica em detalhes sobre os movimentos atuantes na USP, que lhe foi enviada em outubro de 2011 por Ronaldo Pena, então diretor da Guarda Universitária e do antigo setor de segurança da USP (SOV), a propósito de uma reunião do Conselho Universitário que ainda estava por acontecer. Contudo, em declaração a *Fórum*, Pena admitiu a existência dos papéis sigilosos e da própria “Sala de Crise”. Qual dos dois estará enganado?

Num país capitalista de democracia sólida, a revelação de que a Reitoria de uma universidade pública se pôs a espionar alunos, funcionários e docentes, ademais fazendo ingressar no campus, com essa finalidade, pessoas estranhas a ele, sem dúvida desencadearia uma onda de indignação e as medidas legais compatíveis. Mas estamos no Brasil. Se a PM espiona os movimentos sociais; se as Forças Armadas continuam a fazê-lo, como nos “bons tempos”... por que não a Reitoria?, devem imaginar alguns burocratas, nostálgicos da Assessoria Especial de Segurança e Informação, a AESI, que durante a Ditadura Militar se instalou ao lado do gabinete do reitor.

Neste contexto que começa a se tornar opressivo, surge mais uma novidade: a contratação de três coronéis reformados da PM para tocar a recém-criada Superintendência de Segurança da Universidade. Tão negativa foi a repercussão desse fato que o *USP Destaques*, boletim oficial da Reitoria, tratou de maquiá-lo, dando a seguinte manchete: “Novo superintendente de Segurança é especialista em gestão comunitária e direitos humanos”... Só no terceiro parágrafo o leitor descobrirá que Luiz de Castro Júnior, o “especialista em segurança”, foi “diretor de Polícia Comunitária da PM” e agora é “oficial reformado”, em momento algum do texto aparecendo a informação de que se trata de um coronel, mais alta patente dessa corporação.

Esta edição já se encontrava fechada quando tomamos conhecimento de que os alunos detidos na reintegração de posse da Reitoria, em 2011, e os que foram desalojados da Coseas em fevereiro passaram a receber da Reitoria, no início de abril, “mandados de citação e intimação” para depor em processos disciplinares individualizados. Em portarias do reitor, também individualizadas, se lê que cada jovem intimado está sujeito “à pena disciplinar de eliminação”, conforme o decreto 52.906, de 1972. As intimações trazem a advertência, obviamente ilegal, de que “o não comparecimento implicará em revelia e confissão acerca da matéria de fato”. Oitenta e cinco estudantes estão nesta situação.

Tornou-se intolerável a política de intolerância da gestão Rodas.

ENTREVISTA

RAQUEL ROLNIK

“COISAS NADA CIVILIZADAS OCORREM QUANDO UM PAÍS PREPARA UM MEGAEVENTO”

Daniel Garcia



“Um megaevento é uma situação paralisante do ponto de vista político, especialmente a Copa do Mundo, porque, em se tratando de futebol, mobiliza-se um elemento cultural fortíssimo na cultura brasileira. Nós amamos o futebol: sofremos, sentimos, faz parte da alma brasileira. Em seu nome, vale tudo. Constitui-se um verdadeiro Estado de Exceção, um Estado de Emergência, onde direitos acabam não acontecendo”. A autora do comentário é a professora Raquel Rolnik, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e relatora, na Organização das Nações Unidas (ONU), do direito à moradia adequada.

Responsável por um relatório temático sobre o impacto dos megaeventos, nesta entrevista Raquel descreve incisivamente como são decididas, no Brasil, as transformações urbanas que já vêm afetando negativamente as condições de moradia de milhares de pessoas de baixa renda: “As operações da Copa não passam pelo Ministério das Cidades. O processo decisório ocorre nos gabinetes de prefeitos e governadores envolvidos, e na rede empresarial envolvida na viabilização desses empreendimentos. Os projetos com os quais o governo federal está envolvido são os projetos de mobilidade — e o BNDES financia a construção dos estádios. Mas não há nenhuma instância no governo federal, participativa ou aberta, onde isso tenha sido debatido”.

*A democracia desapareceu nesse contexto, acusa a professora da FAU: “Onde estão as instâncias que foram criadas — como os conselhos de cidades, os conselhos gestores de habitação, o conselho nacional da cidade — num processo de institucionalização da democracia participativa no país? Em lugar nenhum. Estão absolutamente à margem disso. O processo decisório passa pelos **players** diretamente envolvidos na questão, no caso, os comitês organizadores da Copa; a Fifa, que traz o conjunto de interesses empresariais dos patrocinadores fechados com essa instituição privada; o poder político local — o prefeito, o governador, o comitê organizador local e os fornecedores locais”. Em suma, o capital privado dita as regras, com total anuência das estruturas de governo.*

*O panorama é desolador, todavia “existe vida inteligente nesse país”. Raquel acredita que o movimento de resistência ao rolo compressor da Copa 2014 “está começando e tende a crescer”. A entrevista foi concedida a **Pedro Estevam da Rocha Pomar** e as imagens são do repórter-fotográfico **Daniel Garcia***

Revista Adusp. Geralmente o advento dos grandes eventos esportivos nos países de Terceiro Mundo é apresentado como uma possibilidade de acesso a um patamar civilizatório, ou algo desta dimensão. O que pensa a respeito disso?

RAQUEL ROLNIK. É importante colocar essas iniciativas no âmbito do contexto da evolução histórica delas. Eu tive a oportunidade, como relatora do direito à moradia adequada da ONU, de fazer um relatório temático sobre megaeventos e o direito à moradia, e apresentei em 2010, no Conselho de Direitos Humanos. Foi aí que fui estudar como a organização de megaeventos intervém na questão do direito à moradia, exatamente porque, como relatora, eu comecei a receber muita denúncia de violação do direito humano à moradia adequada no âmbito da preparação das cidades e dos países para sediar eventos como esse.

Ao longo de todo o período da Guerra Fria, esses eventos eram operações conduzidas integralmente pelos Estados — financiadas pelo dinheiro público, produzidas no âmbito público-estatal — e tiveram significado geopolítico importante durante a Guerra Fria no sentido de medir forças entre o bloco capitalista e o socialista, Estados Unidos e União Soviética, quem era capaz de ganhar os jogos, ter os melhores atletas etc.

As Olimpíadas de Los Angeles marcaram, pela primeira vez, a entrada do capital corporativo e da iniciativa privada no processo de montagem e estruturação dos jogos. Ou seja, naquele momento, em Los Angeles, entra o que mais tarde se consolidou como regra que é a idéia



do patrocinador, do *sponsor*, daquela empresa privada que entra inicialmente como suporte para a organização dos jogos e que, progressivamente, ao longo desse período, vai tomando cada vez mais conta desses jogos no sentido de que, para além da questão da disputa esportiva entre as equipes, entra-se cada vez mais no capital privado. O capital privado vai saindo cada vez mais do Estado na condução desse processo. Muda o protagonismo e ao se mudar o protagonismo muda-se o sentido do que se trata um megaevento.

Com Barcelona, nos anos 1990, a gente vai acrescentar um novo componente, que é a operação de transformação urbanística vinculada aos jogos. O que muda nesse momento?

A gente já tem um megaevento como um grande *stand* de vendas de um produto de uma empresa global, multinacional, na luta pela conquista dos seus mercados; e também, no contexto em que vivemos os anos de hegemonia neoliberal, as cidades, os governos locais, vão perdendo a capacidade de investimento na produção da cidade e vão usar a operação de mobilização de capitais ligados à preparação da cidade para os jogos para reposicionar a cidade frente a outra cidade do mundo, como local capaz de atrair investimentos imobiliários e investimentos na própria transformação da cidade. Então esse paradigma vai se acrescentar ao anterior e vai se constituir no novo paradigma.

“Áreas ocupadas por populações de baixa renda são as mais vulneráveis e foram objeto de renovação urbanística em desrespeito a direitos humanos básicos, sob o pretexto de que se tratava de áreas ilegais. Isso apareceu com força na África do Sul porque aconteceram remoções em massa”

É nesse momento que começam a entrar no jogo os chamados países emergentes, no momento em que as suas economias passam a ser extremamente significativas, leia-se: o seu mercado passa a ser bastante significativo. Não é por acaso que a China vai fazer as Olimpíadas de Beijing, África do Sul a Copa do Mundo, Dheli vai fazer os *Commonwealth Games* e o Brasil a Copa do Mundo e as Olimpíadas; a Rússia é o próximo. Então, é exatamente o momento em que é teste não para a etapa civilizatória, mas sim teste para ser um *player* global nos circuitos mercantis e financeiros internacionais. Coisas nada civilizadas ocorrem quando um país se prepara para esse tipo de evento, no campo dos direitos humanos. O processo civilizatório significaria, entre outras coisas, o fortalecimento da proteção dos direitos humanos e não uma desmontagem.

Revista Adusp. Isso ficou mais evidente na África do Sul, ou já em Barcelona essas coisas se tornaram mais visíveis? Minha impressão é de que foi a partir da África do Sul que essas denúncias de violações ganharam mais corpo.

RAQUEL. Há dois elementos nesse jogo que é importante entender. O

primeiro elemento é que é muito diferente você fazer grandes operações de “gentrificação” [*gentrification*, enobrecimento], de abertura de frentes de expansão para o do capital imobiliário global em cidades e países que têm potencial de urbanidade básica garantido, se não para todos, para a grande maioria; e você fazer isso em países onde esse grau de urbanidade básico não está garantido, como é o caso da África do Sul ou do Brasil ou da Índia; ou seja, um país marcado pela precariedade, pela desigualdade muito forte, pela exclusão territorial. É muito diferente.

Essas questões já surgiram em Barcelona, evidentemente, mas elas vão surgir com mais força porque justamente as áreas ocupadas por populações de baixa renda são as mais vulneráveis e foram justamente as áreas que foram objeto de renovação urbanística desrespeitando direitos humanos básicos, sob o pretexto de que se tratava de áreas irregulares e ilegais. O direito humano à moradia adequada não tem nada a ver com ser formal ou informal. É um direito humano. Isso apareceu com força na África do Sul porque aconteceram remoções em massa. Isso é um lado.

O outro lado é que o mundo dos direitos humanos, assim como todo

o resto do mundo, não é imune à tensão geopolítica. Historicamente, no Conselho de Direitos Humanos, há uma tensão muito grande entre países desenvolvidos e não desenvolvidos. Os países emergentes, que foram objeto de ocupação colonial, ocupação imperialista, controle financeiro por parte dos países europeus e da América do Norte, claramente se contrapõem a estes e fazem uma leitura a cada vez que os países do norte — esses países que historicamente fazem parte das potências imperialistas opressoras e ganhadoras — denunciam [violações], por meio de ONGs. Os países mais pobres desqualificam essas denúncias, dizendo “isso é porque esses países não querem largar o osso, não querem perder a hegemonia política, econômica e financeira que têm sobre o planeta”.

Qual é a minha posição? Isso é totalmente verdade. Os países europeus e norte-americanos que promoveram genocídios e extermínios na África, na América Latina e em vários lugares do planeta não querem “largar o osso”. É verdade também que essa tensão existe. Mas é também verdade que violações dos direitos humanos acontecem e que têm que ser denunciadas e enfrentadas e que, usando a sua própria pergunta, se nós queremos transformar um megaevento como esse — no sentido de afirmação de uma nova etapa civilizatória — faz parte desse pacote civilizatório fazer isso não só de forma eficiente para que as pessoas consigam chegar aos jogos, para que tudo funcione perfeitamente bem, mas também de forma que tudo isso seja feito no âmbito do mais absoluto respeito

aos direitos humanos, à participação, ao direito à informação e, infelizmente, nada disso está sendo respeitado no nosso caso.

Revista Adusp. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) diz que 2012 vai ser o ano dos despejos no Brasil, em função dessas obras de preparação dos estádios e de tudo o mais. Você também tem essa avaliação?

RAQUEL. Avalio que isso tem sido crescente, apesar de ter a dúvida se isso está crescente ou se está maior a nossa capacidade de denúncia e de acompanhamento. Está aumentando não apenas em função dos jogos, mas em função do próprio processo de desenvolvimento econômico do país. O próprio PAC, projetos de investimentos muito importantes de infraestrutura, por exemplo, projetos de transformação urbanística, projetos de usinas etc. Tudo isso promove “desterritorializações”, “reterritorializações”, remoções... E de novo, é muito importante afirmar que o grande problema não é o deslocamento das pessoas em si, embora isso sempre seja um trauma; mas, sobretudo, a maneira como isso é feito.

É importante o Brasil crescer e aumentar o poder aquisitivo da classe trabalhadora. Agora, o que isso significa em termos de implementação de uma agenda de direitos humanos e direitos sócio-culturais que foi a agenda consolidada na Constituição e que foi objeto da

demanda histórica dos movimentos sociais e populares? A grande questão é que finalmente temos dinheiro e que finalmente vamos implantar essa agenda. Mas não é exatamente isso que nós estamos observando.

Ao mesmo tempo em que estamos observando avanços importantes em algumas políticas sociais,

Daniel Garcia



“Ao mesmo tempo em que observamos avanços em algumas políticas sociais, testemunhamos retrocessos em alguns direitos. Um deles, chocante, é na questão dos assentamentos informais, na moradia dos trabalhadores brasileiros, que desde a Constituição têm reconhecidos os seus direitos à terra e à moradia”

melhoria dos salários dos trabalhadores, avanços nesse campo, nós estamos também testemunhando retrocessos em alguns direitos. Um deles, que é absolutamente chocante, é justamente na questão dos assen-

tamentos informais, na moradia dos trabalhadores brasileiros que desde a Constituição têm reconhecidos os seus direitos à terra e à moradia. Inúmeros instrumentos jurídicos foram votados para viabilizar essa regularização e agora, na hora em que há dinheiro para realizar isso, estão sendo feitas remoções absolutamente desrespeitosas, ou se pagando compensações vis, absurdas, de R\$ 3 mil, R\$ 5 mil para uma família deixar a sua casa, ou senão propondo “reassentamento”, quando ocorre, a 50 quilômetros dali, numa periferia distante onde não tem cidade, desrespeitando o direito à moradia porque o direito à moradia não é quatro paredes e um teto.

Revista Adusp. Você pode nos dar exemplos?

RAQUEL. No centro do Rio de Janeiro foram feitas remoções em assentamentos. Ocupação Zumbi dos Palmares, por exemplo: foram oferecidas para as pessoas que saíram dali casas em Queimados, um

município altamente precário sem nenhuma oportunidade de emprego. Uma pessoa que mora na região central do Rio de Janeiro, estou falando de catadores, estou falando de pessoas que dependem daquela inserção para poderem sobreviver e comer. Quem não aceitou ser “reassentado” ali recebeu R\$ 5 mil, R\$ 10 mil. O que uma pessoa faz com isso? Nada. A única coisa que uma pessoa pode

fazer com isso é começar uma nova ocupação, não tem outra alternativa.

Na região da Barra Funda, junto à Marginal do Tietê, aqui em São Paulo, também foram feitas desocupações. Foi oferecido às pessoas se mudarem para o Grajaú, na área de proteção aos mananciais, na zona sul, que como todos sabem não tem absolutamente nada a ver com isso. Os moradores envolvidos no projeto do parque linear das várzeas do Tietê, que vai ser implantado como a compensação ambiental da ampliação da Marginal do Tietê, receberam a proposta de morar em Itaquaquecetuba.

Fora o chamado “cheque-despejo”, que é largamente utilizado em São Paulo e outros lugares, para a pessoa “se mandar”. Isso é totalmente ilegal em relação à legislação internacional e também

em relação à legislação brasileira.

No âmbito dos megaeventos, todo o projeto da cidade para a Copa e, no caso do Rio de Janeiro, também para as Olimpíadas, afeta as pessoas que estão nessas áreas de construções. Onde estão os projetos que mostram quantas pessoas estão sendo afetadas? Onde estão os planos de compensação e “reassentamento”? Não existem. Isso também é uma violência, pois o direito à informação, à transparência, à possibilidade de isso tudo poder ser debatido com a população afetada, que é a regra básica, com a cidade, pois isso faz parte dos nossos projetos de cidade, nada disso está aí.

Revista Adusp. E o Ministério das Cidades? Como é que fica?

RAQUEL. As operações da Copa não passam absolutamente pelo Ministério das Cidades. Na verdade, são operações onde o processo decisório é feito nos gabinetes de prefeitos e governadores envolvidos, e na rede empresarial envolvida na viabilização desses empreendimentos, e ponto. Não há outra esfera consultada. Eventualmente, quando é necessário, se define a partir desse processo decisório, concentrado e excludente, que é preciso mudar uma lei. Nesse caso, é mandado para a Câmara e o prefeito manda aprovar.

“O relatório da Lei Geral da Copa apresentado e votado no Congresso já abre excepcionalidades enormes, graves. E para além da Lei Geral da Copa, a Fifa negocia, muitas vezes de forma paralela e obscura, protocolos individuais com as cidades”

Os projetos com os quais o governo federal está envolvido são os projetos de mobilidade — e o BNDES com o financiamento da construção dos estádios. Mas não há nenhuma instância no governo federal, participativa ou aberta, onde isso tenha sido debatido. Isso foi debatido com os comitês organizadores da Copa em cada cidade e o governo federal. Pronto, acabou.

E quem são esses comitês organizadores? E onde estão as instâncias que foram criadas — como os conselhos de cidades, como os conselhos gestores de habitação, como o conselho nacional da cidade — num processo de institucionalização da de-

mocracia participativa no país? Em lugar nenhum. Não passa nenhum processo decisório por ali. Elas estão absolutamente à margem disso. O processo decisório passa pelos *players* diretamente envolvidos na questão, no caso, os comitês organizadores da Copa; a Fifa, que traz o conjunto de interesses empresariais dos patrocinadores fechados com essa instituição privada; o poder político local — o prefeito, o governador, o comitê organizador local e os fornecedores locais, sejam as empreiteiras que vão construir as obras, sejam os demais fornecedores da montagem dessa estrutura. Não tem cidadania, não

tem planejamento urbano, não tem plano, não tem nada.

Revista Adusp. Resta se queixar ao bispo...

RAQUEL. Não, muito mais do que isso! Des-

de o ano passado começaram a se organizar comitês populares da Copa nas cidades-sede, alguns com caminhos mais andados, outros ainda em processo de organização, que começaram a trabalhar, em princípio, com os diretamente atingidos pelas remoções, mas que, eventualmente, também se aliaram a outros movimentos importantes que existem na sociedade brasileira: pela transparência, pelo controle do gasto público, com ou sem a participação direta dos Ministérios Públicos locais e as Defensorias; organizações não governamentais em muitas cidades; a universidade, que também tem tido um papel importante em alguns desses

Daniel Garcia



“Os corredores de ônibus, os VLTs, as extensões de metrô de superfície vão melhorar a mobilidade das regiões que estão atingindo. Mas em Barcelona se fez uma estratégia de mobilidade a partir das demandas de transporte coletivo, e se usou a Copa para implementar essa estratégia. Aqui é o contrário”

comitês — existe uma articulação nacional desses comitês populares. Essa articulação nacional lançou na Internet um Portal da Copa de todos os comitês, divulgou publicamente um dossiê já dando conta de quais são as violações que estão acontecendo nas várias cidades.

Então existe vida inteligente nesse país. Existem muitas pessoas que estão indignadas, muitas vezes associadas a torcedores também envolvidos com isso e que estão procurando se articular, resistir, propor, denunciar, em todas as esferas em que isso seja possível. Esse movimento está começando e tende a crescer. É muito difícil porque um megaevento é uma situação paralisante do ponto de vista político, porque é uma situação quase perfeita, especialmente a Copa do Mundo, em que você alia um sentimento nacionalista, porque se trata de mostrar o país para o mundo, e ao mesmo tempo, em se tratando de esporte, particularmente em se tratando de futebol, mobiliza um elemento

cultural fortíssimo e importantíssimo na cultura brasileira. Nós amamos o futebol: sofremos, sentimos, faz parte da alma brasileira. Portanto, em nome disso, vale tudo.

Constitui-se um verdadeiro Estado de exceção, um Estado de emergência, onde direitos, procedimentos com os quais nós deveríamos tomar mais cuidado, acabam não acontecendo e acabam sendo “bypassados” inclusive através da própria Lei Geral da Copa. O relatório da Lei Geral da Copa que está sendo apresentado e votado no Congresso já abre excepcionalidades enormes, graves, e para além da Lei Geral da Copa a Fifa negocia, muitas vezes de forma paralela e obscura, protocolos individuais com as cidades, sem sequer passar pelas câmaras municipais. A Fifa já enviou esses protocolos para as prefeituras e governos estaduais das cidades-sede; e a gente não sabe o que tem lá dentro, não sabe se as prefeituras e os governos estaduais estão assinando ou não, e tudo isso está acontecendo no nosso país.

Revista Adusp. Do ponto de vista urbanístico, existe alguma chance de essas obras que estão sendo feitas, por exemplo, essas de mobilidade e aquelas propriamente es-

portivas, virem a ser aproveitadas pela população futuramente? No caso do Pan, por exemplo, no Rio de Janeiro, muita coisa ficou depois completamente ociosa...

RAQUEL. Eventualmente tem obras de mobilidade, sobretudo aquelas ligadas ao transporte coletivo de massa — os corredores de ônibus, os VLTs, as extensões de metrô de superfície, sobretudo essas que melhoram a qualidade do transporte coletivo que é um caos, que sempre foi absolutamente relegado no Brasil — que vão melhorar a mobilidade das regiões que estão atingindo. Não tenho a menor dúvida de que vão melhorar.

Agora, não é que a partir das principais demandas de transporte coletivo se fez uma estratégia de mobilidade e se usou a Copa para implementar essa estratégia, que foi um pouco o que aconteceu em Barcelona. Aqui é o contrário. Primeiro define-se onde ficam o estádio, o aeroporto, e as obras vão basicamente fazer as ligações de uma zona hoteleira com o estádio e o aeroporto. Eventualmente, se isso cai numa região onde tem muita gente que precisa de transporte coletivo, beleza, vai beneficiar muito. Se não, vai beneficiar

Daniel Garcia



poucos. Haveria uma discussão se isso seria prioridade máxima.

Agora, mesmo dentro desses projetos, há maneiras e maneiras de fazê-lo. Por exemplo, no caso da cidade de São Paulo, o aeroporto internacional fica na cidade de Guarulhos, segunda cidade da região metropolitana, com mais de um milhão de habitantes. Lá não tem nada de transporte coletivo de massa. Então, projetar um transporte coletivo de massa, por exemplo o metrô, até o aeroporto, dependendo de como ele é feito, pode beneficiar os moradores de Guarulhos, isso é genial.

No entanto, a proposta inicial do governo do Estado era fazer um trem, o expresso aeroporto, que saía da região da Luz e chegava direto no aeroporto, custando R\$ 36 sem fazer nenhuma parada. Ora, isso não beneficia a população de Guarulhos. Hoje há uma nova proposta, infinitamente melhor, que sai da zona Leste e vai

passando com o trem por várias paradas, atendendo o noroeste de São Paulo e a entrada em Guarulhos. Isso vai beneficiar a população de Guarulhos e vai ser muito bom para a Copa.

Tudo depende de como você faz. Você pode fazer essas obras para melhorar, para respeitar, para promover direitos humanos, ou você pode fazer a partir de uma outra lógica que não faz nada disso.

É importante entender o papel que a Universidade pode ter nesse momento. Um papel de acompanhamento crítico desse processo. Existe uma rede de universidades e grupos de pesquisas no Brasil inteiro estudando e acompanhando a questão dos megaeventos, se posicionando diante disso. Aqui na FAU nós também temos um grupo. Sei que começam a se constituir grupos também nas Ciências Sociais [FFLCH], em outras unidades. Eu acho absolutamente fundamental, porque nesse

“A Universidade pode ter um papel de acompanhamento crítico desse processo. Existe uma rede de universidades e grupos de pesquisas no Brasil inteiro estudando a questão dos megaeventos. Aqui na FAU temos um grupo. Começam a se constituir grupos também nas Ciências Sociais [FFLCH], em outras unidades”

momento é preciso ter um pensamento crítico sobre isso, no sentido de pensar o que seria construir um legado sócioambiental e de proteção dos direitos humanos aqui no Brasil.

Revista Adusp. Quais seriam essas outras instituições?

RAQUEL: Na UFRJ, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur), onde há três grupos trabalhando com isso; na UFRN; UFBA, também um núcleo e projeto de acompanhamento de megaeventos; UFPR, em Curitiba, que tem um observatório; a UFMG também tem um observatório... Então são vários núcleos espalhados pelo Brasil que estão começando a trabalhar com isso e acredito que cada vez mais esse assunto venha a ganhar musculatura.

A COPA DO MUNDO E OS JOGOS OLÍMPICOS NO PAÍS DO FUTEBOL

Kátia Rubio

Professora do Centro de Estudos Socioculturais do Movimento Humano,
da Escola de Educação Física e Esportes da USP



*O Brasil realizará pela segunda vez a Copa. Após quase um século de tentativas, finalmente sediará as Olimpíadas. Tudo confirma a sua condição de potência regional, disposta a alterar seu lugar na geopolítica internacional. Contudo, os megaeventos geram obras onerosas e de finalidade discutível quando não contam com a participação popular. Passado o momento da ilusão, a sociedade aguarda pela demonstração efetiva de um projeto que marque um momento único da história nacional. O presente texto é uma versão resumida e atualizada de artigo publicado na revista **Biblio 3W** (Barcelona), em 2010*

Nem sempre a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos foram essa imensa festa que reúne milhares de atletas e turistas de todo o planeta em país escolhido com anos de antecedência. O que se percebe desde as primeiras edições dessas competições é que todo esse processo exige um grande esforço para proporcionar as condições para sua realização, tanto do ponto de vista material como humano. Mais do que ter a oportunidade de sediar um evento que atrairá os olhares e a atenção de investidores e expectadores de todo o mundo, a cidade e o país que sediam essas competições têm sob sua responsabilidade a gerência de um evento que dura poucas

semanas e demanda anos de planejamento e execução, além de investimentos que representam mais do que o PIB de muitas nações.

Os megaeventos são tomados na atualidade como uma estratégia para reformular, reordenar e reabilitar espaços degradados da cidade. Observa-se que obras planejadas e previstas para esse fim demoram anos, se não décadas, para serem implementadas pelos trâmites habituais. Os megaeventos passaram a ser usados como o estopim para desencadear essas obras, onerosas aos cofres públicos, desestabilizadoras da ordem cotidiana (por alterar fluxo de tráfego e impedir o acesso, entre outros transtornos) e de finalidade discutível quando não contam com a participação popular. Vem daí a consideração de

Cashman (2002) que considera o envolvimento e compreensão da população como fundamental para que o evento em si possa deixar para a cidade um legado não só para os habitantes naquele momento, como para as demais gerações que poderão usufruir da infraestrutura construída para essa finalidade, isso porque a realização de uma edição dos Jogos Olímpicos pode ocorrer uma única vez na história de uma cidade, ou demorar várias décadas para voltar a acontecer.

A esse processo France & Roche (1998) dão o nome de *imaginário urbano*. Os autores afirmam que os principais instrumentos e veículos de políticas de transformação das cidades cuja imagem se encontra degradada são a criação de atrações turísticas como a realização de

“A acirrada disputa pela condição de país-sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos envolve uma grande mobilização — pública, privada, diplomática, política e popular, para sensibilizar os avaliadores da postulação”

grandes exposições artísticas e a organização de ciclos temáticos de atividades culturais ou eventos esportivos que permitam a formação de uma massa crítica. Nessa perspectiva, os três principais focos de atuação da indústria cultural contemporânea a serem explorados em associação com os interesses de gestores públicos, em ordem progressiva, seriam o turismo, a mídia (em especial a televisão) e o *franchising* da organização de eventos esportivos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. A razão de ser dessa estratégia reside na necessidade de atuações de longo prazo, como a construção ou reforma de obras de infra-estrutura, e no obrigatório envolvimento da população no que se refere à compreensão dessas obras, que geram transtorno e desconforto, mas que — sendo sua finalidade devidamente esclarecida — podem gerar forte sentimento de cidadania e de pertença à cidade restaurada.

Os processos de postulação de cidades a megaeventos esportivos re-

velam que em nenhum caso existem de antemão as condições materiais necessárias para abrigá-los. Na atualidade, qualquer cidade postulante precisa de investimentos que vão do transporte público, passando pela estrutura de hospedagem para abrigar delegações e turistas, até uma sofisticada rede de telecomunicações para proporcionar a circulação das imagens e notícias das competições, razão maior desses eventos. Isso representa para a cidade candidata, além de uma infra-estrutura mínima, a necessidade de um projeto detalhado de edificação das instalações ainda inexistentes, bem como da captação de recursos para esse fim. Como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos duram apenas pouco mais de duas semanas, é preciso considerar a preocupação com os investimentos feitos e o conseqüente aproveitamento dos equipamentos para uso posterior. Há, portanto, uma preocupação por parte do comitê avaliador das cidades candidatas, de que haja um aproveitamento por parte da comunidade local de todos os benefícios diretos da organização do evento.

Daí a coparticipação dos poderes públicos nesse processo, o que contradiz a máxima olímpica de distanciamento da política, da ideologia ou do partidarismo nacional em suas ações.

Dentro do processo de seleção das cidades postulantes são considerados critérios e tendências para avaliação da cidade, que envolvem itens como instalações poliesportivas existentes e sua adaptação; repasse das instalações para a po-

pulação; apoio da população civil; estrutura de turismo e de lazer; preocupações e ações relativas ao meio ambiente; sistema de transporte urbano, interurbano e internacional; facilidade de telecomunicações; segurança: mobilidade e evasão; raio de realização dos eventos, deslocamentos e trajeto público; alinhamento do projeto urbano com o projeto do evento. O que preocupa nessas circunstâncias é que na tentativa de alcançar esses objetivos pode-se gerar um elevado nível de gastos para o Estado e uma distorção na administração pública. Ou seja, o conceito de país-sede ou cidade olímpica não deveria ser um argumento para a busca de recursos, mas o guia para um planejamento urbano a partir dos recursos locais disponíveis.

Hoje se assiste a uma acirrada disputa pela condição de país-sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, situação que envolve uma grande mobilização pública, privada, diplomática, política e também popular para a sensibilização dos avaliadores da postulação. Se não existe *a priori* qualquer país ou cidade já estruturada para realizá-los, admite-se que todos os postulantes deverão realizar obras para poder se adequar às demandas do evento. Esse processo não exclui a ocorrência de conflitos por parte dos principais interessados nas obras.

Brasil & Copa. A Copa de Mundo de Futebol foi criada pelo francês Jules Rimet, em 1928, após ter assumido o comando da Federação Internacional de Futebol (FIFA), considerada a instituição mais importante do futebol mundial. É um

evento quadrienal, tanto quanto os Jogos Olímpicos, e acontece intercalado com os Jogos Olímpicos de Verão, o que gera um interstício de dois anos entre cada um dos eventos. O Brasil é o único país representado em todas as Copas do Mundo desde o início da competição.

A primeira edição ocorreu no Uruguai (1930), que utilizou as comemorações do centenário de sua independência como razão para sediar o campeonato, embora países europeus como a Itália e a Espanha contestassem essa decisão. Os efeitos da crise gerada pela quebra da bolsa de Nova Iorque favoreceram a presença de apenas quatro seleções europeias no Uruguai (França, Bélgica, Romênia e Iugoslávia), em um navio fretado pela FIFA. Isso aponta para a influência que as questões de ordem política e econômica teriam sobre o esporte ao longo de todo o século XX.

As duas edições seguintes foram realizadas na Itália (1934), já sob o regime fascista de Benito Mussolini, e na França (1938) quando a Alemanha já havia anexado a Áustria e a Europa vivia as tensões que antecederiam a Segunda Guerra Mundial. O conflito impediu a



Manifestação do MTST no "Itaquerao", em 4/4/2012...

“Tanto a Copa do Mundo de Futebol como os Jogos Olímpicos tornaram-se grandes negócios para a iniciativa privada e para o poder público, fazendo do processo de postulação e da posterior realização do evento transações econômicas de vulto”

realização da Copa do Mundo por um período de 12 anos.

O Brasil foi escolhido para sediar a IV Copa de Mundo da FIFA, em 1950, edição que permitira a retomada da competição. Diante da existência da infraestrutura básica necessária, não houve concorrência de outras nações, uma vez que a Europa passava por um processo de reconstrução. Seis cidades receberam os jogos da Copa na fase

classificatória: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro; a então capital federal, onde fora construído o maior estádio do mundo, recebeu também o jogo final, em que a seleção brasileira foi derrotada pela seleção uruguaia.

Como apontam Smit (2007) e Simson & Jennings (1992) a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos transformaram-se em *big business* para a iniciativa privada, como também para o poder público, fazendo do processo de postulação, e da posterior realização do evento, transações econômicas de vulto. Essa foi uma das razões que levou a FIFA a adotar um processo de rodízio entre os continentes para a realização da Copa. Após a realização da competição na Alemanha, país europeu, era o momento de buscar países na África e na América para sediar a competição. E assim a Copa foi realizada na África do Sul em 2010 e chegará ao Brasil em 2014, novamente sem concorrência de outras nações. Diante da falta de concorrência o processo que envolve o planejamento detalhado das cidades-sede e da infraestrutura foi colocado em segundo plano, gerando hoje toda a discussão sobre a real dimensão dos

investimentos que o Estado e a iniciativa privada terão de realizar.

Brasil & Olimpíada. A postulação olímpica tem uma trajetória um pouco distinta. A primeira tentativa brasileira de sediar os Jogos Olímpicos teve início em 1927, quando foram lançadas as postulações para os XI Jogos Olímpicos que se realizariam em 1936. Naquele momento os Jogos Olímpicos haviam deixado de ser uma aventura de excêntricos e já se mostravam como uma forma de apresentar o país que os sediava ao mundo. As cidades concorrentes foram Alexandria, Barcelona, Budapeste, Helsinque, Lausanne, Milão ou Roma e Rio de Janeiro, única cidade fora do continente europeu. A quebra da bolsa de valores de Nova Iorque e a conseqüente recessão vivida em escala global sem precedentes na história talvez tenham determinado os rumos da escolha da sede. A fragilidade da candidatura brasileira de 1927 reflete a desorganização e o conflito da formação do Comitê Olímpico Brasileiro, que sempre precisou do apoio estatal para sobreviver, daí a criação da Confederação Brasileira de Desportos, CBD (Rubio, 2007). A criação e legalização do Comitê Olímpico Brasileiro junto ao Comitê Olímpico Internacional, ocorrida em 1935, promoveu o cisão definitiva entre COB e CBD e sugere que a postulação do Rio de Janeiro teria como objetivo o fortalecimento desse grupo.

Foram necessários 70 anos para que o Brasil voltasse a sonhar com a condição de sede olímpica, que veio

“A candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2004 teve como apelo a vocação turística da cidade. A postulação para os Jogos de 2012, porém, seguiu outro caminho, buscando desde cedo o compromisso do poder público”

a ocorrer com a postulação de Brasília à sede dos Jogos Olímpicos de 2000. A candidatura brasileira aos Jogos Olímpicos de 2016 começou a ser construída ainda nos anos 1980. Não por acaso isso ocorreu em um momento em que se iniciava a abertura democrática no país, após mais de 20 anos de ditadura militar.

A curiosidade que envolve a postulação da cidade de Brasília é que esse foi um desejo do então presidente da República, Fernando Collor de Mello. Brasília foi considerada patrimônio cultural da humanidade em 1987. Fosse pela condição recente desse fato ou pelo período histórico em que ele ocorreu, o que se observa é a raridade de informações a respeito das circunstâncias e do desenrolar dessa postulação, que foi construída em 1991, pouco antes do processo de *impeachment*. Poucos são os documentos disponíveis, restando-nos os informativos que noticiaram o fato. Conforme aponta matéria do *Correio Braziliense* de 1988, a postulação de Brasília nas-

ceu da idéia de associar o aniversário de 40 anos da capital federal às comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil. A idéia de ter Brasília como sede olímpica nasceu do encontro de duas pessoas ligadas a área de *marketing* esportivo do Banco do Brasil, Heleno Fonseca Lima e Márcio Contrin, patrocinador de algumas modalidades olímpicas brasileiras, representativas do início da profissionalização do esporte brasileiro.

A idéia ganhou vulto no ano seguinte com a eleição de Fernando Collor de Mello. O grande financiador desse projeto era então um dos maiores empresários da cidade, envolvido diretamente com o setor imobiliário. Reppold Filho (2007) mostrou em seu trabalho o quanto o setor imobiliário de uma cidade olímpica é mobilizado em função das obras de infra-estrutura necessárias à realização do evento. Isso faz crer que o projeto olímpico Brasília 2000, mais do que um projeto público para a cidade, significava uma aventura privada, mobilizada por interesses. Vale ressaltar que essa candidatura não contava com o apoio do COB, que já desejava lançar a cidade do Rio de Janeiro para esse fim. A cidade vencedora dessa postulação foi Sydney.

Embora a candidatura de Brasília não tenha tido sucesso, serviu para despertar o desejo de novas aventuras olímpicas por parte de outras cidades brasileiras. Assim que teve início o processo de postulação para a sede dos Jogos Olímpicos de 2004 o COB iniciou sua campanha pela cidade do Rio de

Janeiro. Vale ressaltar que nesse momento o presidente do comitê já era Carlos Arthur Nuzman, que permanece no cargo até o presente. A candidatura do Rio de Janeiro em 2004 teve como maior apelo a vocação turística da cidade, faltando à iniciativa a seriedade e o profissionalismo que sobravam às demais concorrentes.

Nesse momento da história olím-

pica, talvez mais do que em qualquer outro, a realização dos Jogos Olímpicos já era uma questão de Estado, o que fazia mobilizar o poder público e a iniciativa privada no sentido de um projeto que pudesse atender às exigências do COI que já aderira a uma idéia de Jogos sustentáveis, ou seja, a cidade candidata além de se adequar ao *check list* do COI precisa mostrar um plano de legado

e sustentabilidade para os equipamentos construídos ou reformados. Naquele momento o projeto do Rio de Janeiro estava muito longe dessa sofisticação e buscou se respaldar na emoção e na mobilização popular, sugerindo que os Jogos fossem mais uma grande festa. A cidade de Atenas foi a escolhida para essa edição olímpica, mas o sonho olímpico não se apagou do horizonte dos dirigentes do esporte brasileiro.

A postulação para os Jogos de 2012 seguiu um caminho distinto das versões anteriores, buscando desde o primeiro momento o compromisso do poder público ao longo de todo o processo. Nesse sentido abriu-se para as cidades que apresentassem condições mínimas para a realização e organização dos Jogos a possibilidade da postulação, iniciando um processo de concorrência entre elas, e desta forma, comprometendo o poder público na criação do projeto e em sua execução. Venceria aquela que apresentasse as melhores condições e o plano mais exequível. É fato que apenas as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro participaram do processo, ambas mobilizando equipes altamente competentes, com assessores já reconhecidos pelo trabalho realizado em outras edições olímpicas, como Barcelona e Sydney.

Todo esse processo ocorreu ao longo do primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, responsável pela criação do primeiro Ministério do Esporte da história do país. Os governos municipais e estaduais envolvidos com a disputa mobilizaram inúmeros esforços para garantir a postulação. Ainda as-



sim, mais uma vez a escolha recaiu sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Importante ressaltar a grandiosidade dos custos que envolvem esse processo. Diante do aparato humano e material mobilizado para esse fim estima-se na casa dos milhões de dólares os custos de uma postulação. O termo “estima-se” é aqui usado em função da não publicação desses gastos por parte dos organizadores, muito embora o COI recomende transparência aos postulantes, como ocorreu com Londres, onde todas as contas estão disponibilizadas em sítios eletrônicos.

O malogro vivido com a postulação de 2012 não seria repetido. Esse foi um dos principais motivos para o empenho do COB e do Ministério do Esporte, em nome do governo federal, trabalharem pela postulação da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007, passaporte para a candidatura aos Jogos de 2016. Polêmico desde o princípio, o projeto dos Jogos Pan-Americanos envolveu a construção de vários equipamentos esportivos — como um estádio, um complexo aquático, uma vila olímpica, a reforma de ginásios e várias instalações temporárias — sem um projeto de utilização posterior. Não causa estranheza que essas instalações, poucos anos depois, estejam em situação de abandono, onerando os cofres dos gestores públicos, que não previram um plano de uso.

O Brasil de 2010 é um país distante do cenário dos anos 1980. O Produto Interno Bruto (PIB) avan-

“O projeto dos Jogos Pan-Americanos envolveu a construção de vários equipamentos — estádio, complexo aquático, vila olímpica — sem um plano de utilização posterior. Poucos anos depois, eles estão em situação de abandono”

çou 8,9% entre janeiro e junho de 2010. Em valores absolutos, o PIB brasileiro somou R\$ 900,7 bilhões de abril a junho deste ano. De janeiro a março, a economia acumulou riquezas da ordem de R\$ 826,4 bilhões. De janeiro a junho, a indústria cresceu 14,2%, seguida pela agropecuária (8,6%) e pelos serviços (5,7%) (IBGE, 2010). Teriam dados como esses contribuído para a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016?

Conforme apontam De Pieri e Del Rio (2009) a vitória da cidade do Rio de Janeiro representa muito mais que tudo isso, significa a concretização de uma visão estratégica brasileira, afirmando a aproximação entre estratégia política e esporte. A vitória obtida pela atual administração reflete a política olímpico-esportiva em concordância com um acúmulo de políticas de Estado e uma visão estratégica do país no tempo.

Trazer os Jogos Olímpicos pela primeira vez para a América do Sul, a segunda na América Latina,



a terceira no hemisfério sul representa a confirmação da condição de potência regional e a afirmação de uma disposição de chamar a atenção mundial para um país que busca alterar seu lugar na geopolítica internacional (Rubio, 2010). No discurso proferido imediatamente após a promulgação da cidade vencedora, o presidente Lula declarou: “Nossa candidatura não é só nossa, mas também de toda América do Sul, de 400 milhões de habitantes, entre eles 180 milhões de jovens”. O conteúdo latente dessa mensagem busca colocar o Brasil como o catalisador dos desejos latinoamericanos de pertencimento a uma ordem de alinhamento com o desenvolvimento.

Evidente que a escolha da cidade sede depende da relação de muitas variáveis políticas e econômicas do país e da cidade postulante, bem como da ação determinada dos vários atores políticos nesse cenário. Prova dessa disposição foi a votação, pelo poder legislativo, do Ato Olímpico em setembro de 2009, documento que oferece as garantias por parte do Governo Federal para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e que hoje

“O atual imaginário olímpico brasileiro sonha em ver o país ao lado das grandes potências não do esporte, porque afinal isso é resultado de um processo de longos anos, mas da cidadania”

... e marcha dos sem teto

são objeto de discussão, uma vez que ferem nossa soberania, revogando direitos básicos conquistados historicamente.

Os Jogos Olímpicos representam, na atualidade, muito mais do que a oportunidade de o país poder se mostrar para o mundo. Eles representam a possibilidade de gerar negócios diretos e indiretos, empregos, circulação monetária, construção de equipamentos públicos e a construção de uma identidade nacional restrita a poucos parceiros, curiosamente, quase todos eles europeus, norte-americanos e asiáticos emergentes.

Prova do investimento material e político ensejado nessa empreitada foi a presença diante dos delegados votantes do presidente

do Banco Central, Henrique Meireles, que apresentou um relatório sobre a estabilidade da economia brasileira, que naquele momento destoava da recessão vivida por grande parte dos países capitalistas; o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e o governador do Estado, Sérgio Cabral, que mostraram a convergência dos diferentes níveis de governo em torno do projeto olímpico; e o ex-presidente da FIFA João Havelange, decano do COI e conhecedor, como poucos, das mazelas relacionadas com a postulação de uma cidade a um megaevento esportivo.

Depois de quase um século de

tentativas, finalmente uma cidade brasileira sediará os Jogos Olímpicos. E sem nenhum esforço o Brasil realizará pela segunda vez a Copa do Mundo. O que se observa nesse processo é o envolvimento e a influência do poder público, em suas mais altas esferas, tanto no processo de postulação como agora em sua execução. Sabe-se que no momento da postulação a convergência de interesses favorecia o apaziguamento das diferenças e a superação de toda ordem de dificuldade, fosse ela material, ideológica ou afetiva. Porém, passado o momento da ilusão grupal a sociedade aguarda pela demonstração efetiva de um projeto que marque um momento único da história do país, de desenvolvimento sem igual, de afirmação de uma identidade nacional, da superação do alinhamento com os menos desenvolvidos, embora a desigualdade social seja ainda o limite a ser transposto.

Essas questões tão nacionais, e também tão universais, fazem parte do atual imaginário olímpico brasileiro, que sonha em ver o país ao lado das grandes potências não do esporte, porque afinal isso é resultado de um processo de longos anos, mas da cidadania.

Referências bibliográficas

- ASHMAN, R. *Sport in the national imagination*. Sydney: Walla Walla Press, 2002.
- DE PIERI, V. S. G.; DEL RÍO, J. B. S. “Brasil se consagra sede olímpica – Rio 2016: Auge de uma potência?” *Meridiano 47* n. 111, out. 2009 <<http://www.red.unb.br/index.php/MED/article/viewPDFInterstitial/514/331>> [p. 21 a 22] [20 de setembro de 2010].
- FRANCE, A.; ROCHE, M. “Sport mega-events, urban policy and youth identity: signs of citizenship and exclusion in Sheffield”. In: M. Roche (ed.) *Sport, popular culture and identity*. Aachen: Meyer & Meyer: 1998.
- REPPOLD FILHO, A. “Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social: os Jogos Olímpicos de Atlanta 1996”. In: K. Rubio (org.) *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- RUBIO, K. “Jogos Olímpicos, política e cultura: Qual o legado de Berlim-1936?” In: K. Rubio (org.) *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- RUBIO, K. “Postulações brasileiras aos Jogos Olímpicos: considerações acerca da lenda do distanciamento entre política e Movimento Olímpico”. *Biblio 3W*. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales (Barcelona). Vol. XV, nº 895, novembro de 2010.
- SMIT, B. *Invasão de campo*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2007.
- SIMSON, Y.; JENNINGS, A. *The lords of rings*. London: Simon & Schuster, 1992.

GOVERNO? POR ORA, "NÓS É QUE RESISTIMOS", DIZEM OS EXTRATIVISTAS

Daniela Alarcon e Natalia Guerrero
Jornalistas

Felipe Milanez



Maria do Espírito Santo e José Cláudio Ribeiro, ambientalistas assassinados no Pará em 2011

Dos assassinatos no campo à revisão do Código Florestal, na Amazônia a política do fato consumado favorece grandes interesses econômicos à custa dos direitos dos pequenos e da integridade da floresta. Claudelice Silva dos Santos, irmã do ambientalista José Cláudio Ribeiro da Silva — assassinado em maio de 2011 em Nova Ipixuna (PA), juntamente com sua mulher Maria do Espírito Santo —, denuncia a continuidade da exploração ilegal: “Tem gente tirando madeira agora, mesmo depois que meu irmão e minha cunhada foram assassinados”

“Nos últimos dois anos de vida, vendo a cada dia o perigo na porta, minha irmã me dizia que não sabia até quando ia resistir”. Em maio de 2011, Maria do Espírito Santo da Silva, aquela que previa a própria morte, foi assassinada junto a seu companheiro, José Cláudio Ribeiro da Silva, em Nova Ipixuna, sudeste do Pará. Ao evocar o diálogo, Laísa Sampaio, irmã de Maria, lembra que a militância do casal de extrativistas sempre suscitou ameaças. No Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Praia Alta Piranhiera, criado em 1997, fruto da mobilização do casal e de outros companheiros, foram cultivadas roças, castanheiras, mognos, e Maria organizou um grupo produtivo de mulheres, para o aproveitamento de sementes oleaginosas. Criavam, assim, empecilhos para a atuação de grileiros, madeireiros e carvoeiros.

Três acusados pela morte dos extrativistas foram presos. Agentes da Polícia Federal localizaram no interior do PAE Praia Alta Piranhiera, após os assassinatos, áreas de extração ilegal de madeira, equipamentos empregados para esse fim e mais de uma centena de fornos, em atividade, para produ-

ção de carvão vegetal. Mas, apenas quatro meses depois da operação da PF, Claudelice Silva dos Santos, irmã de Zé Cláudio, denunciava à *Revista Adusp* a continuidade da exploração ilegal no assentamento. “Tem gente tirando madeira agora, tem caminhões de carvão que saem à noite de dentro do assentamento, mesmo depois que meu irmão e minha cunhada foram assassinados”.

Impossibilitados de retornar ao PAE, por falta de segurança, os familiares do casal vivem em Marabá, em condições precárias, e sob ameaças. Em agosto, dispararam contra a casa de Laísa, no assentamento, ferindo seu cachorro — um tipo de “recado” conhecido. “As pessoas avisam que nós estamos correndo risco. E nada é feito”, diz. Os moradores do assentamento pediram ao Incri a instalação de uma guarita, mas não foram atendidos: “É muito mais aquela ação midiática. Você vai procurar e [ouve] ‘não, eu não estou designado para isso, fale com fulano’. Você fica à mercê da sorte”.

Entre janeiro e novembro de 2011, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 17 camponeses foram mortos em conflitos fundiários na Amazônia Legal.

No mês de maio, ao mesmo tempo em que corria a notícia da morte do casal de extrativistas, os jornais informavam a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 1.876/99, que altera o Código Florestal brasileiro e, entre variados retrocessos, prevê a anistia aos desmatadores e a isenção da reserva legal para propriedades de até quatro módulos rurais. No Senado Federal, onde foi a voto em dezembro, o novo texto legal manteve as bizarras contrabandeadas pela bancada ruralista e pelos interesses do agronegócio, porém já com o beneplácito do governo.

O que alimenta o incremento no número de camponeses ameaçados por pistoleiros? Como entender a maior participação de extrativistas e de outros grupos das chamadas populações tradicionais nesses números? Qual tem sido o papel do governo nesse processo? Relatos e análises dão conta de que são incontáveis os ribeirinhos, quilombolas, castanheiros, varjeiros, entre outros tantos grupos camponeses, que se vêem cada vez mais vulneráveis na linha de frente da defesa de seus territórios tradicionalmente ocupados, diante de ameaças que vão desde o



Local onde foi feita a guarita para evitar a entrada de madeireiros

Foto: Daniela Alarcon

assédio de agentes econômicos locais até aquelas mediadas pela ação contraditória do Estado, na condução de grandes projetos de infraestrutura ou de programas governamentais (vide texto na p. 29).

Em geral, o discurso de governo é muito pronto em defender a importância dessas populações no que se refere à prestação de serviços ambientais e detenção de conhecimentos tradicionais. O Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, afirma que essas comunidades “desempenham uma função importante na defesa da floresta”, o que é “comprovado por imagens de satélites, que mostram uma conservação maior onde essas populações estão presentes”. Segundo o órgão, “além de defender a floresta, as populações tradicionais fazem uso dos recursos naturais e atribuem a eles valores importantes para as estra-

“Os madeireiros chegam ofertando dinheiro. Se fosse vender estaria ‘ferrado’. Porque eles pegam tudo, estão acabando com nossa madeira, aí depois como é que nós podemos fazer?” Quem indaga é Raimundo Belmiro, extrativista ameaçado de morte

tégias de conservação ambiental. Eles sabem manejar esses recursos para o uso familiar e medicinal”.

Entre aqueles que se veem aí reconhecidos, contudo, a sensação é de que o discurso e a prática separam-se por um abismo. “Por enquanto, nós é que estamos resistindo”. Quem fala é Raimundo Belmiro, morador da Reserva Extrativista (Resex) Riozinho do Anfrísio, situada na bacia do rio Xingu, no Pará. A reserva testemunhou ao longo de 2011 a intensi-

ficação das invasões para exploração ilegal de madeira, processo denunciado por ribeirinhos como Belmiro, em atitude que lhe rendeu ameaças de morte ao longo de 2011. “Os madeireiros chegam dizendo que aquilo vai ser uma boa coisa, ofertando dinheiro. Se fosse vender por aquilo, estaria ‘ferrado’. Porque eles pegam tudo, e no futuro a gente poderia ter um manejo, mas eles estão acabando com a nossa madeira, aí depois como é que nós podemos fazer?”

Fotos: Daniela Alarcon

**Claudelice Silva dos Santos**

O ribeirão culpa a omissão do Estado, tanto no que diz respeito a ações de fiscalização, como também à garantia de direitos básicos, cuja falta empurra seus companheiros, por vezes, para a colaboração com as atividades criminosas. “A falta dessas coisas com certeza facilita. Porque todo mundo tem família lá dentro. Se algumas pessoas forem se envolver com eles, é porque estão com necessidade, estão com dificuldade. Mas a culpa de quem é? A culpa é do governo federal, porque se eles tivessem colocado uma base lá dentro para limpar a área, todo mundo estava cuidando da sua seringa, tirando sua copaíba, fazendo seu trabalho”, analisa.

A partir de denúncias do esquema de retirada de madeira no projeto de assentamento (PA) Areia, no entorno da Resex Riozinho do Anfrísio, foram realizadas duas operações envolvendo órgãos federais na região. Dos dois denunciantes, um foi assassinado em outubro de 2011 e outro se esconde com a família enquanto reivindica pro-

**Ato de protesto contra a construção da Usina de Belo Monte (Altamira, 2011)**

teção do governo, como relatou a revista *Época* em janeiro deste ano.

Ainda que não tenha a cabeça a prêmio, como seu Raimundo Belmiro, Alenúcia Teles dos Santos conhece bem o que é sofrer entre conflitos e a negligência do governo. Nascida em Altamira (PA), dona Nega, como é conhecida, foi obrigada a deixar temporariamente seu lote no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Itatá, onde vivia sob o assédio de madeireiros. “Lá no assentamento, os madeireiros rasgam a estrada, eles compram os pobres dos ribeirinhos, por mixaria. Quando a pessoa não aceita tirar ou vender, tem que sair da terra ou então morre”, relata. Hoje dona Nega vive na cidade, ameaçada pela barragem de Belo Monte. “Minha casa vai ficar uma área de risco, e até hoje ninguém foi na minha porta dizer para onde eu vou, como é que vão fazer comigo. E aí eu não sei mais para quem apelar, porque nós não temos justiça para isso”.

Outro exemplo de como a defesa da floresta por parte de camponeses

amazônidas, por mais holofotes que atraía, ainda enfrenta obstáculos, situa-se a algumas horas de Altamira, em Anapu. Conhecido internacionalmente como palco do assassinato da missionária estadunidense Dorothy Stang, em 2005, o município voltou a sofrer este ano com conflitos envolvendo madeireiros, grileiros e assentados. Inicialmente constrangida pelas operações feitas na região em 2005, a pressão madeireira voltou a crescer, especialmente entre 2009 e 2010. No início deste ano, os assentados bloquearam a estrada de acesso ao assentamento para o trânsito de caminhões madeireiros, reivindicando do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) providências no sentido de coibir a extração ilegal. Em consequência, multiplicaram-se as ameaças a lideranças do movimento social da região, entre assentados e membros da CPT, e até aos próprios funcionários do Incra.

Juan Doblás, geofísico e especialista em análise ambiental, esteve na

ENCONTRO DE EXTRATIVISTAS Na Resex Terra Grande Pracuúba (Ilha do Marajó), em 5/8/2011. Na ocasião Laísa e Claudelice entregaram aos ministros do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário um pedido de federalização do caso



área e observa que os conflitos em torno do PDS Esperança derivam de sua posição estratégica em relação aos valiosos estoques de madeira da Terra Indígena (TI) Trincheira-Bacajá. “O assentamento conhecido como PDS Esperança é passagem obrigatória para quem queira penetrar nesse território. Outros caminhos implicariam passagem por serras ou caudalosos rios, que inviabilizariam ou dificultariam a atividade madeireira”. Doblas afirma que imagens de alta resolução sugerem que ainda não existem sinais de exploração de madeira nessa região da TI. “Seria um interessante exercício imaginar o que teria acontecido se não fosse pela resistência dos assentados. Provavelmente, além das terras do assentamento, as terras indígenas estariam sofrendo um processo acelerado de depredação, à imagem de outras terras indígenas na região”.

Seria um interessante exercício imaginar o que teria ocorrido à TI Trincheira-Bacajá se não fosse pela resistência dos assentados, diz o geofísico J. Doblas. “Provavelmente, além do assentamento, as terras indígenas estariam sofrendo um acelerado processo de depredação”

Para o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, professor titular aposentado da USP, a análise dos atuais conflitos no campo amazônico precisa ser contextualizada à luz da própria constituição do Estado na região, que teria se calcado, desde a colônia, em uma lógica de descumprimento sistemático da lei e de sobrevalorização do “desbravamento”. “Você tem no imaginário social das elites essa ideia de que o ato de abrir, chegar lá primeiro — claro, tomar dos índios, via de regra —, dá a esse cidadão direito sobre aquilo”. A discussão do

Código Florestal teria incorporado esse imaginário, traduzido no triunfo da política do fato consumado. “Por isso a votação do Código Florestal foi esmagadora: lá ficou claro que a regra vigente, do ponto de vista do imaginário social com relação às leis, é que eu descumpro e, na medida em que vou ser punido, eu mudo a lei para não receber a punição”.

O procurador-chefe da República no Pará, Ubiratan Cazzeta, caracteriza as alterações no Código Florestal como uma forma de agravar a vulnerabilidade das populações tradicio-

Daniela Alarcon



MULHERES QUE RESISTEM
Da esquerda para a direita: Laísa (irmã de Maria), Claudenir (irmã de José Cláudio), Clara (sobrinha do casal) e Claudelice (irmã de José Cláudio), em Pracuúba (Ilha do Marajó), 6/8/2011

“Os distintos programas e políticas do governo tratam os povos tradicionais como obsolescências históricas, passíveis de ser objeto de mudanças para uma ‘modernidade’ estabelecida de cima para baixo, em geral a partir de critérios das grandes empresas”, diz Horácio de Carvalho

nais ante os agentes econômicos interessados em suas terras e recursos. “Resumindo, quando você dá um sinal forte, você pode até não conseguir todo o espectro de proteção que tinha em mente, mas você transmite uma sinalização que paralisa uma parte desses agentes. Agora, quando você dá um sinal no sentido oposto, transmite a ideia de que ‘olha, podemos avançar porque as fronteiras são flácidas’. Quem sofre com isso é quem está na ponta”, critica Cazzeta.

O procurador chama atenção ainda para o papel desempenhado

pelos grandes projetos de infraestrutura: não apenas atingem diretamente muitas populações tradicionais, como se articulam de diversas formas com interesses econômicos locais por vezes predatórios, potencializando as ameaças. “Esses conjuntos de hidrelétricas todas do Tapajós, Teles Pires, Belo Monte, os projetos minerários, Juruti, Marabá... se isso tudo não vem acompanhado de uma política clara e eficaz de proteção ambiental, atrai a pressão pelo desmatamento, que atinge essas comunidades”.

Outro conjunto de ações do governo que tem sido alvo de críticas e investigações, por denúncias de desrespeito aos direitos das populações tradicionais, é o programa Terra Legal, instituído pela Medida Provisória 458 e regulamentado pela Lei 11.952, ambas de 2009, com a finalidade de possibilitar a regularização fundiária de terras públicas na Amazônia Legal. Em recomendação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ainda em 2009, o MPF já alertava para os riscos que a dispensa de vistoria nos imóveis de até quatro módulos poderia acarretar sobre as áreas de comunidades tradicionais, “considerando a falta de informações precisas e consolidadas quanto à identificação desses grupos, somada à morosidade dos processos administrativos de reconhecimento dos territórios das comunidades tradicionais e de titulação de suas terras, bem como dos processos ju-

diciais que tutelam sua ocupação, o que configura um horizonte de possíveis conflitos fundiários à medida que avançam os trabalhos de regularização das ocupações”.

Um engenheiro agrônomo do Incra que atua na Amazônia, e que prefere não se identificar, relata que o Terra Legal esvaziou setores inteiros do órgão fundiário, que já apresentava um cenário de quadros insuficientes para as demandas prévias. “Os setores esvaziados não só perderam servidores, como sofrem com a concorrência do ponto de vista da própria estrutura do órgão: veículos, diárias, recursos. O que não era bom ficou pior”. Além disso, conta, haveria diversos casos de cadastramento de populações tradicionais no Terra Legal, o que contraria tanto os princípios do programa como a recomendação do MPF. Quando há conflitos nessas áreas por conta do processo de candidatura à regularização fundiária, o Incra não toma as devidas providências. Procurado pela reportagem, o MDA não atendeu à solicitação de entrevista.

Na opinião do agrônomo Horácio Martins de Carvalho, membro da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), o programa Terra Legal é suspeito e comprometido com a apropriação privada da terra na Amazônia. “Tornar uma terra legal sabendo-se que sua origem é no mínimo duvidosa do ponto de vista da sua legalidade e legitimidade é supor que todo o passado deve ser esquecido ou superado, mesmo que à revelia da lei. Os mais distintos programas e políticas setoriais governamentais tratam os povos tradicionais como obsolescências históricas, portanto, passíveis de ser objeto de mudanças para uma

‘modernidade’ estabelecida por outros e pelo alto, de cima para baixo, sempre a partir de critérios dos estrangeiros, em geral as grandes empresas capitalistas ou seus prepostos”.

Dom Erwin Kräutler, presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que trabalha há décadas com a questão indígena e camponesa na Amazônia, concorda e vai além. Para o bispo da prelazia do Xingu, a Amazônia como um todo nunca deixou de ser vista como mero reduto rico em recursos, sob a direção de outras regiões do país. “O grande mal e a grande desgraça para a Amazônia é que nunca foi estudado a fundo que tipo de desenvolvimento nós queremos para lá. A Amazônia continua até os dias de hoje tachada como província, nunca a deixam ter vida própria”.

No que se refere a mudanças nesse cenário, sobram reservas. Se para Carvalho a reforma agrária deveria estar no centro de qualquer política efetivamente promotora de mudanças sociais, o governo federal e os partidos da base aliada não atuam nessa perspectiva, muito ao contrário: “Qualquer iniciativa dita de reforma agrária não passará de política pontual de assentamentos rurais em terras adquiridas na fronteira agrícola, em particular na Amazônia, como recurso político para amenizar as pressões populares a favor da reforma agrária. A desapropriação de terras para a reforma agrária contraria os interesses político-ideológicos das classes dominantes no campo, portanto, está fora de cogitação pelo governo federal, que tem sido desde sempre, no Brasil, governo dos latifundiários, capitalizados ou não”.

O professor Oliveira, por sua vez, manifesta-se pessimista no que diz respeito à legislação ambiental: “Não acredito que a bancada do agronegócio no Congresso permita votar qualquer legislação que mexa com qualquer aspecto daquilo que eles fizeram tábuas rasas na lei, na prática dos seus negócios”. Contudo, o geógrafo chama a atenção para um aumento dos conflitos, justamente causado pela intensificação da resistência de posseiros, inclusive dentre as populações tradicionais. “Se olharmos os conflitos no campo de 2008 para cá, eles passaram a crescer. E qual é o setor que mais aparece nesses conflitos? São os posseiros. Então, também os posseiros já sabem que não há outro caminho para que eles conquistem as terras ou resistam para manter as áreas florestadas, para continuar suas atividades extrativas. Eles sabem, eles também aprenderam que têm que lutar, porque nunca receberam de graça do Estado — primeiro, a legislação, e, segundo, a execução da legislação. Isso mostra que o cenário futuro é o cenário do aumento da violência”.

Para Laísa Sampaio, que tenta se situar entre os familiares assassinados e o assédio atual, a trajetória de Zé Cláudio e Maria lhe forjou um único caminho: o da luta. “Eu tento me ver fora desse processo e não consigo. É uma luta tão bonita, é tão digna a forma como nós escolhemos viver. E, hoje, você se afastar, deixar tudo isso na mão de quem não conseguiu enxergar o valor do que aqueles dois faziam, e do que nós fazíamos? Por isso ainda encontramos força para quem sabe uma hora voltar e viver ali livremente, mesmo sabendo que a história nunca mais será a mesma”.

ESTADO BRASILEIRO VIOLA DIREITOS INDÍGENAS E A FUNAI ADMITE IMPOTÊNCIA

Daniela Alarcon e Natalia Guerrero
Jornalistas

“Não queremos só falar com a Dilma e bater foto; queremos propostas reais, queremos coisas práticas: o que vai acontecer com os povos indígenas?”, indaga Marcos Apurinã. “Estamos aí, no meio do fogo cruzado, defendendo a Amazônia sem proteção nenhuma”. Procurada pela reportagem, a SDH não atendeu ao pedido de entrevista. A Funai se manifestou por intermédio do assessor Aluísio Azanha, que reconhece a falta de estrutura do órgão para dar proteção aos indígenas ameaçados

O cacique Dadá Borari já foi vítima de espancamento, sequestro e tortura; responde a oito processos, movidos por madeireiros; e, devido às ameaças, há quatro anos é atendido pelo Programa Estadual de Proteção a Defensores de Direitos Humanos do Pará. Desde 2001, os povos indígenas Borari e Arapium demandam à Fundação Nacional do Índio (Funai) a demarcação do território por eles tradicionalmente ocupado, às margens do rio Maró, em Santarém (PA). No dia 11 de outubro de 2011, o órgão indigenista publicou o relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena (TI) Maró, cumprindo a primeira etapa do que costuma ser um longo processo demarcatório. Em consequência da publicação, Dadá antecipa uma nova onda de ameaças, e denuncia a omissão do poder público: “O governo do Estado não está cumprindo com as suas responsabilidades. Para eu poder ter segurança policial, tenho que colocar gasolina no carro [para transportar os policiais], locar carro, e isso é papel do governo do Estado”.

Para denunciar a extração ilegal de madeira e reivindicar o direito ao território, foi criado, em 2009, o Movimento em Defesa da Vida e Cultura do Rio Arapiuns, reunindo indígenas e moradores da Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns. “A maior conquista que nós tivemos no início do nosso movimento foi a unificação dessas duas pessoas fundamentais [indígenas e ribeirinhos] na conquista de um território”,



Felipe Milanez

Dadá Borari, cacique ameaçado e agredido

afirma Dinael Cardoso, morador da Resex. Uma das prioridades estabelecidas pelo movimento foi a luta pela demarcação das TIs. Hoje o povo Borari é formado por cerca de 800 pessoas, divididas entre a TI Maró e Alter do Chão, distrito de Santarém. No caso dos Borari de Alter do Chão, a Funai ainda não aprovou o relatório de identificação e delimitação da TI.

A situação dos Borari e Arapium não é exceção. Segundo dados da Funai de 2011, havia na Amazônia Legal 40 Terras Indígenas já identificadas cujo processo demarcatório não foi finalizado; elas abarcam 5.576.216 ha. Outras 104 permaneciam em estudo. Ao mesmo tempo, o Conselho Indigenista Missionário

(Cimi) apontava a existência, na região, de 173 áreas de ocupação tradicional indígena em relação às quais o Estado brasileiro não havia tomado qualquer providência; em 27 delas, existiam indícios de povos em isolamento. Nesse cenário, os prazos determinados pelo Decreto 1.775/96, que dispõe sobre o processo demarcatório, são sistematicamente descumpridos. Aluísio Azanha, assessor da presidência da Funai, admite que o órgão “não dispõe de estrutura, de capacidade técnica para conseguir atender todas as demandas”. Observa, ainda, que as ações judiciais interpostas por setores contrários à demarcação tornam o processo ainda mais complexo e demorado.

Não bastasse a lentidão da demarcação, mesmo as TIs que tiveram o processo concluído seguem sofrendo pressões, inclusive ocupações ilegais por grandes latifundiários. “Das terras regularizadas, 20% estão com problema de desintru-

são – aqui eu falo não no problema da invasão [posterior à demarcação], mas dos ocupantes que estavam antes”, afirma Azanha. “Por exemplo, a Terra Indígena Marãiwatsédé [do povo Xavante, no Mato Grosso]: está registrada em cartório, mas os indígenas ocupam apenas 5% da área. De que adianta? A gente demarca para ter posse plena”.

Marcos Apurinã, dirigente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), observa: “No caso de algumas comunidades do Mato Grosso,

os líderes dos Enawê-nawê, alguns líderes Rikbatsa, aqueles que estão enfrentando o agronegócio, muitos estão ameaçados. Em dois anos, no povo Cinta-Larga, morreram nove lideranças indígenas”. “A gente não consegue dar proteção a esses indígenas, não temos poder de polícia, porte de arma”, afirma Azanha. O assessor diz ainda que, apesar de a Funai não monitorar todos os casos de indígenas ameaçados, atua em articulação com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e outros órgãos, bem como no sentido de resolver o pano de fundo das ameaças,

“A Funai está engatinhando” na gestão dos territórios indígenas, admite o assessor Azanha. “Se as operações pontuais não estiverem articuladas a uma estratégia de gestão territorial, com alternativas econômicas de médio e longo prazo, as pressões vão acontecer ad eternum”

a questão fundiária. Enquanto isso, os indígenas e seus aliados seguem expostos. “Nós estamos aí, no meio do fogo cruzado”, afirma Marcos Apurinã, “defendendo a Amazônia sem proteção nenhuma”. Procurada pela reportagem, a SDH não atendeu ao pedido de entrevista.

Para lideranças indígenas e organizações indigenistas, o país carece de uma política estratégica de promoção dos direitos dos povos indígenas — incluindo a proteção dos grupos em isolamento — e de desenvolvimento de seus

territórios. Azanha concorda: “A Funai está engatinhando na questão da gestão desses territórios. Se as operações pontuais não estiverem articuladas a uma estratégia de gestão territorial, com alternativas econômicas de médio e longo prazo, as pressões vão acontecer *ad eternum*”. Um marco legal nesse sentido seria a Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI). A expectativa de que fosse instituída por meio de um Decreto Presidencial ainda em 2010 se frustrou. Para alguns setores, a não aprovação deve-se ao fato de a PNGATI trazer condicionantes à realização de empreendimentos de infraestrutura que impactem TIs, contrariando interesses do governo federal.

Em seus projetos de “desenvolvimento”, diz Marcos Apurinã, o próprio governo desrespeita sistematicamente as legislações nacional e internacional, incluindo a Convenção 169 da Organização Internacional do

Trabalho e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que determinam que estes sejam consultados quando previstas medidas legislativas ou administrativas que os afetem diretamente. “Não existe uma consulta livre, prévia e informada. É ‘aceita se quiser; se não quiser, vai acontecer do mesmo jeito’”, diz. “Se matam o peixe, a árvore, do que os índios vão sobreviver? O nosso mercado é o rio, nosso mercado é a mata, é de lá que vamos sobreviver, e a sociedade dominante não entende isso”.



Será que os povos indígenas e ribeirinhos não têm direito a vida digna?

No caso mais emblemático em curso, a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), o movimento indígena, organizações indigenistas e mesmo o Ministério Público Federal afirmam que a consulta nos moldes determinados pela legislação não ocorreu, e que a Funai “travestiu” reuniões informais de consulta. “A Funai entende que teve consulta”, rebate Azanha. Outras denúncias apontam o não cumprimento das condicionantes exigidas na licença prévia, tentativas de cooptação e ameaças — por parte da Norte Energia S.A. e do poder público — aos indígenas que têm se manifestado contrários ao empreendimento. Além de Belo Monte,

as usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira (RO), também são apontadas como empreendimentos que impactam profundamente os povos indígenas, inclusive grupos em isolamento ou de pouco contato.

Questionado sobre os rumos da política indigenista, Azanha afirma que o processo de reestruturação desencadeado pelo Decreto 7.056/2009 permitirá a modernização da Funai, tornando-a mais ágil e capaz de cumprir suas atribuições. “A reestruturação está em curso”, diz o assessor, “e já houve avanços tanto estruturais, de recursos humanos, quanto conceituais”. O fortalecimento da gestão compartilhada seria, para ele, outra marca

da reestruturação. As avaliações do movimento indígena, contudo, vão no sentido contrário. As críticas de que a Funai seria um órgão “desmontado” persistem e, em junho de 2011, a bancada indígena retirou-se da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), instância colegiada responsável por propor diretrizes e prioridades para a política indigenista brasileira.

“Nós vamos retomar a CNPI, mas queremos que a Dilma [Rousseff] nos dê uma resposta”, afirma Marcos Apurinã. “Nós não queremos só falar com a Dilma e bater foto; queremos propostas reais, queremos coisas práticas: o que vai acontecer com os povos indígenas?”

COMO, E POR QUÊ, DERRUBAMOS O REITOR EM RONDÔNIA

Estevão Rafael Fernandes

Professor do Departamento de Ciências Sociais da UNIR



O movimento de docentes e estudantes contra a situação de descaso e completo abandono material em que se encontra a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que culminou com a renúncia do reitor José Januário Amaral após mais de 70 dias de greve e 50 dias de ocupação da Reitoria, é relatado pelo autor em tom confessional. Ele registra que o MEC não se impressionou com um vasto dossiê apresentado contra o então reitor, cujos desmandos e ilícitos financeiros beneficiavam a Fundação Riomar, entidade privada dita “de apoio” à UNIR

Em 23 de novembro de 2011 a página do Ministério da Educação na Internet anunciava em nota que o professor José Januário de Oliveira Amaral, reitor da Universidade Federal de Rondônia, havia apresentado renúncia naquela manhã ao ministro Fernando Haddad. Mais do que uma decisão burocrática ou política, os caminhos que levaram a essa decisão somente podem ser entendidos se olharmos as coisas retrospectivamente, em um roteiro que inclui desde professores brigando em assembleias da categoria (trocando tapas, mesmo), até ameaças de morte a alunos e professores. Desde que foi anunciada a renúncia é a primeira vez que me debruço sobre o assunto, de modo que tomarei aqui e liberdade — e espero poder contar aqui com sua compreensão — de escrever as coisas em tom mais confessional, sem o formalismo ao qual nos acostumamos na academia.

No final de agosto de 2011 alguns alunos foram se unindo em nosso campus, em Porto Velho, para discutir a situação de abandono da Universidade. As coisas por aqui estão realmente caóticas e a visão da UNIR choca. Nossa instituição fica entre o canteiro de obras da Usina de Santo Antônio no rio Madeira (os tremores no campus, causados por explosões, são frequentes) e o lixão municipal (na época de seca, o lixo é queimado e a fumaça tóxica toma conta do campus), e em frente a um cemitério. Estamos a cerca de 10 km do centro de Porto Velho, perdidos em algum

lugar a caminho de Rio Branco. A coisa é tão assustadora que no dia 6 de setembro, por exemplo, tivemos um funcionário acidentado e a ambulância do SAMU veio apenas 30 minutos depois de acionada.

O mesmo se pode dizer das frequentes queimadas na rodovia onde nos encontramos: o Corpo de Bombeiros já disse que não nos atenderia, pois estamos fora do perímetro urbano da cidade... Mais do que isso: há frequente falta de luz, não há hidrantes, extintores de incêndio, iluminação, segurança, muitas obras paradas, poucos professores e técnicos, falta de água no banheiro, não temos água para beber, papel higiênico... Circulou na internet um laudo feito pelo Corpo de Bombeiros de Porto Velho apontando a completa falta de segurança à qual nos submetemos para, afinal, trabalhar na UNIR ([link 1](#)).

“Na manhã de 14 de setembro, em assembleia sem pretensões, votou-se um indicativo de greve e os professores decidiram paralisar as atividades. À tarde, os alunos endossaram o movimento. Em pauta: a necessidade urgente de condições mínimas e dignas de trabalhar, pesquisar e estudar”

Enfim, os alunos foram se reunindo e trazendo à tona essas questões. Nesse meio tempo, os professores assinalavam timidamente uma tentativa de greve, em alguma medida sem contar com o apoio da associação local de docentes, dirigida por partidários do (agora ex) Magnífico. Na manhã do dia 14 de setembro, em uma assembleia sem maiores pretensões, votou-se um indicativo de greve que estava na pauta e, para a surpresa de muitos, os professores decidiram paralisar suas atividades. À tarde, foi a vez de os alunos endossarem o movimento. A pauta não tinha nada a ver com salário (que, aliás, nunca chegou a ser colocado em discussão), mas com a necessidade urgente de termos condições mínimas e dignas de trabalhar, pesquisar e estudar.

Como é possível, por exemplo, que em plena Amazônia (onde chove torrencialmente durante metade do ano), sequer haja uma cobertura decente nos pontos de ônibus? Onde deveria haver escadas e rampas, os alunos e professores têm que descer pela lama, correndo o sério risco de se machucar — isso sem contar as inúmeras caranguejeiras, cobras e ratos com os quais temos que conviver, dado o acúmulo de mato e lixo no campus. Malária e dengue, então, são coisa frequente por aqui...

Acontece que em 2008 o Magnífico (que era então o mesmo que agora deixou de ser) havia assinado um termo com alunos de diversos cursos, se comprometendo a melhorar o campus. Porém, em 2011, o então reitor respondeu à pauta gre-

vista afirmando que “*como se pode notar, pelo menos 95% das reivindicações feitas pelo Comando de Greve já foram cumpridas ou estão em fase de cumprimento*” (“Resposta à pauta docente”, 19 de setembro). Novamente, aos curiosos, tanto a resposta à pauta dos alunos e professores, quanto o termo assinado pelo professor Januário Amaral estão disponíveis *on line*, na página do DCE ([link 2](#)).

Como assim?! A Universidade caindo aos pedaços e nosso reitor nos diz que tudo estava às mil maravilhas?... A partir desse momento (20 de setembro), os comandos de greve dos alunos e professores se unificaram e a pauta mudou para a saída imediata do professor Januário de seu cargo. O Magnífico, então, convocou uma reunião no prédio da Reitoria (localizado no cento de Porto Velho), marcada para o dia 28 de setembro. No dia e hora marcada, ninguém pôde entrar no prédio, devido ao enorme número de agentes da Polícia Federal que lá estavam a pedido do reitor. Na página da Universidade, a assessoria de comunicação publicou nota com o título “Comando de greve estudantil muda pauta e nega-se a participar de reunião com Reitoria” ([link 3](#)).

A imprensa local, nesse meio tempo, se furtava de cobrir os fatos, dando quase sempre a versão da Reitoria sobre o que ocorria, reproduzindo nos sites as notas oficiais da administração da UNIR. Da mesma forma, o MEC recebia o (então) reitor de braços abertos, garantindo sua continuidade em nome da autonomia universi-

tária... Ao final de setembro houve uma assembleia no campus que, de certa forma, demonstra a maneira como os ânimos estavam. Um dos apoiadores do reitor tomou o microfone para defendê-lo, enquanto outro colega, grevista, gritava-lhe ao pé do ouvido palavras de ordem. Alguns segundos se passaram até que o colega anti-greve se exasperou e agrediu o colega grevista ([link 4](#)). A versão difundida na imprensa local foi de que o agressor teria sido o grevista (de camiseta listrada) mas, em tempos de redes sociais, logo essa informação foi desmentida. Surreal, mas ainda viria mais coisa por aí.

“Em 5 de outubro os alunos tomam a dianteira do processo. Em uma ação discreta, ao amanhecer, entram por uma porta lateral do prédio da Reitoria, em um momento de descuido do solitário guarda que lá estava. De lá somente saíram em 29 de novembro, após a queda do reitor”

Em 5 de outubro os alunos tomam a dianteira do processo, enquanto os professores seguiam se digladiando. Em uma ação discreta, ao amanhecer, entram por uma porta lateral do prédio da Reitoria, em um momento de descuido do

solitário guarda que lá estava. De lá somente saíram em 29 de novembro, após a queda do reitor. Nesse ínterim, começaram a pipocar denúncias de corrupção e desvios de recursos: fraudes em concursos, malversação de dinheiro público, convênios suspeitos, tráfico de influência por parte de poderosos políticos locais, superfaturamento de obras e licitações, uma relação promíscua com nossa fundação de apoio (Fundação Riomar), etc... As coisas foram tomando corpo até resultarem em um dossiê com 1.500 páginas de denúncias de irregularidades na gestão da Universidade.

Enquanto isso, no prédio ocupado, os alunos tinham que lidar com a falta de luz e de água (cortadas a mando do reitor): sua ocupação no prédio, segundo eles, tinha como único objetivo não permitir que eventuais provas de corrupção fossem retiradas da Reitoria. É possível que a administração da Universidade seja inocente de todas essas acusações mas a omissão do MEC no processo, até aqui, é no mínimo intrigante. Seja como for, em 11 de outubro, o MEC recebe uma comissão de alunos e professores da UNIR em Brasília e mesmo com as 1.500 páginas de denúncias resolve não considerar o pedido feito, por parte dos grevistas, de afastar o reitor enquanto durassem as investigações. Isso tudo quase um mês após a greve ser deflagrada. A imprensa nacional simplesmente não dava sequer uma nota de rodapé ao movimento, o MEC não parecia dar a mínima e os ânimos seguiam se acirrando. Como essas coisas aconteciam na



A pedido do MPE, polícia apreende computadores na Fundação Riomar

tão distante Amazônia, tínhamos certeza de que as coisas só iriam dali a pior. E acertamos.

No dia 21 de outubro apresentamos, aqui, uma das cenas mais dantescas que se pode presenciar em um Estado que se pretenda democrático e inimaginável sob a presidência de uma mulher que já foi, nos anos de chumbo, torturada. Um dos professores da UNIR, que nada fazia, a não ser chupar um pirulito em frente ao prédio da Reitoria, foi preso por agentes da Polícia Federal à paisana, armados e sem nenhuma identificação ([link 5](#)). Na mesma ação, um deputado federal foi agredido a golpes de cassetete por um dos agentes. As imagens falam por si sós. Também ao final de outubro, um jornalista relatou ter sido “visitado”, em casa, por agentes da Polícia Federal à paisana, após haver publicado uma nota do DCE ([link 6](#)). Mesmo assim, o poder público não tomou nenhu-

ma providência e o MEC, uma vez mais, deu de ombros... A imprensa nacional, idem.

Professor preso, deputado agredido, jornalista ameaçado... A coisa podia piorar? Vimos em seguida que sim...

A partir desse momento, e devido à mais completa inércia por parte do Estado, começaram a surgir as ameaças de morte e as perseguições. Perseguição mesmo, dessas que forçam o perseguido a trocar de carro no meio do percurso, ou a andar em grupo, ou a ficar com medo de andar na rua à noite sozinho. No interior do Estado, tivemos o carro de um professor grevista atacado com uma tijolada por um motoqueiro. Junto ao tijolo, um bilhete avisando ao professor que “o próximo vai ser na sua cara, seu filho de uma vadia”. Uma aluna foi visitada em casa por homens encapuzados que lhe vociferaram “você vai morrer”; outro teve o

vidro de seu carro quebrado, até bomba jogaram sobre um grupo de grevistas que saía de um programa de entrevistas.

Tivemos ainda alunos presos quando saíam de uma gráfica, com panfletos contrários ao reitor. Tivemos até um bilhete, colocado sob as portas dos departamentos e laboratórios, com os dizeres, em maiúsculas: “Não adianta cantar vitória antes do tempo, muita água ainda pode rolar... Segue [sic] alguns nomes que podem descer na enchente do rio” [segue-se uma relação de cerca de 40 nomes de alunos e professores]. Aos que não entenderam, “descer na enchente do rio” é uma forma poética de avisar que corpos seriam desovados no rio Madeira... Sim, em Rondônia professores e alunos são presos, perseguidos e ameaçados de morte, jornalistas visitados em casa e nada se faz. Engraçado que nisso e-mails e reportagens já cor-

riam pela internet, inclusive em vários portais de notícias ligados à esquerda brasileira e, mesmo assim, o MEC não fez nada. E, mesmo assim, nada de o Poder Público se pronunciar...

“Resta-nos buscar que todas as denúncias sejam devidamente apuradas e que, ao final, os eventuais culpados sejam punidos. Esperamos que o Estado reveja algumas de suas práticas: os muros de uma Universidade são sagrados, como também é o sangue de alunos e professores”

No dia 20 de novembro de 2011 surge uma reportagem no programa Fantástico, da TV Globo, apresentando algumas das denúncias contra o Magnífico ([link 7](#)). O que as 1.500 páginas de dossiê, mais de 70 dias de greve, 50 dias de ocupação da Reitoria, e denúncias de prisões, agressões, perseguições e ameaças não conquistaram, os 7 minutos e 34 segundos da reportagem conseguiram. No dia 23, apenas quatro dias após a reportagem, o professor Januário apresenta sua renúncia junto ao MEC e, uma semana depois (em 1º de dezembro), sai no *Diário Oficial* a vacância do cargo de reitor da Universidade Federal de Rondônia.

PARA CONFERIR NA INTERNET

- 1- Laudo do Corpo de Bombeiros:
<http://pt.scribd.com/doc/70785551/Laudo-bombeiros>
- 2- Documentos assinados pelo reitor na página do DCE:
<http://dceunir.blogspot.com/p/documentos-greve-geral-2011.html>
- 3- Reitoria divulga informação falsa:
<http://www.unir.br/index.php?pag=noticias&id=5083>
- 4- Defensor do reitor agride defensor da greve: <http://www.youtube.com/watch?v=AZIH7YRKRZM&noredirect=1>
- 5- Prisão de professor da UNIR:
<http://comandodegreveunir.blogspot.com/2011/10/nota-dos-professores-e-estudantes.html> e <http://passapalavra.info/?p=47901> u
- 6- Jornalista relata “visita” da Polícia Federal: <http://oglobo.globo.com/pais/jornalista-de-rondonia-diz-ter-sido-ameacado-por-delegado-da-pf-apos-publicar-texto-de-estudantes-em-greve-2896430>).
- 7- Reportagem no Fantástico:
<http://comandodegreveunir.blogspot.com/2011/11/e-fantastico.html>

Neste ponto a população local já demonstrava seu apoio ao movimento grevista, sendo bem frequente a visão na cidade de Porto Velho de carros pintados com os dizeres “Fora Januário” ou “Eu apoio a greve da UNIR”. Da mesma forma, diversos setores da sociedade civil — inclusive longe de Rondônia — manifestavam seu apoio e preocupação com a situação por aqui (agradeço a todos por isso, de coração). Agora, o desafio tem sido no sentido de tornar tudo isso uma mudança para além do meramente conjuntural. Trata-se de tentar superar todo um conjunto de práticas que tornaram possível que as coisas chegassem ao ponto em que chegaram...

A melhor definição do movimento da UNIR foi dada em vi-

sita do poeta amazonense Thiago de Mello aos estudantes que ocupavam a Reitoria, em novembro. Tratar-se-ia, segundo ele, de um movimento contra o assimesmismo — ou seja, contra a inércia, o conformismo... Resta-nos manter essa perspectiva e buscar, da melhor forma possível, assegurar que todas as denúncias sejam devidamente apuradas e que, ao final, os eventuais culpados sejam punidos. Além disso, esperamos que o próprio Estado reveja algumas de suas práticas: os muros de uma Universidade são sagrados, como também é o sangue de seus alunos e professores. Pena que tantos tivessem que sofrer, e de forma tão vil, para que pudéssemos, afinal, resgatar nosso direito à dignidade. Agora resta-nos fazer valer a pena.

CENTRO DA CRISE NA UNIR ERA A FUNDAÇÃO RIOMAR, PRIVADA, DITA “DE APOIO”

Rafael Nakamura
Estagiário de Jornalismo

Instalações caindo aos pedaços, obras inacabadas, sumiço de verbas de projetos: a Universidade Federal de Rondônia ia de mal a pior durante a gestão do reitor José Januário Amaral. A situação de descaso e abandono dos campi estava relacionada à existência de um esquema de corrupção e desvio de verbas na Fundação Rio Madeira (Riomar), dita “de apoio” à Universidade, e cujos dirigentes eram designados por José Januário.

“A UNIR é um ótimo exemplo de que as fundações só servem para desviar dinheiro”, afirmou o promotor Pedro Abi-Eçab

O movimento grevista na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) conseguiu importante vitória com a renúncia do reitor José Januário de Oliveira Amaral no final de 2011. As negociações com o MEC trouxeram benefícios reais para estudantes, docentes e demais funcionários, tais como a garantia de que serão providenciados os recursos financeiros necessários à inauguração do Hospital Universitário e à construção do restaurante universitário, de laboratórios e outras medidas. Contudo, a solução da crise da UNIR também exigiu o desmantelamento de uma “parceria” existente entre o então reitor e

uma entidade privada “de apoio”, a Fundação Rio Madeira, conhecida como Riomar.

Parcerias desse tipo tornam-se, com frequência cada vez maior, casos de polícia. O promotor de justiça Pedro Abi-Eçab, que integra o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Estadual de Rondônia, sustenta que a Fundação Riomar, “formalmente criada para dar apoio à Universidade Federal de Rondônia, encontra-se desviada de sua função, em virtude da atuação de organização criminosa, atuando através de múltiplas condutas ilícitas e com divisão

de tarefas entre seus integrantes”. O reitor José Januário é “suspeito de envolvimento no esquema”, afirma ele. “A Universidade Federal de Rondônia é um ótimo exemplo de que as fundações só servem para desviar dinheiro, porque a universidade está caindo aos pedaços, está ao abandono”, sintetizou Abi-Eçab em entrevista ao *Fantástico* (20/11/12).

As denúncias de corrupção relacionadas à Fundação Riomar vêm de longa data, diz Talyta Soares, aluna do curso de psicologia da UNIR que participou do comando de greve em 2011. “A princípio a greve se deu pela falta de infraes-

trutura, mas com o passar das semanas fomos vendo que o dinheiro destinado à Universidade não chegava”, conta Talyta à *Revista Adusp*. “Começamos a investigar e uma das nossas denúncias mais graves envolvendo a UNIR foi a corrupção da Riomar, pois todo o dinheiro da universidade destinado a essa fundação simplesmente sumiu. Nosso grande questionamento era como o então reitor José Januário, sabendo que o dinheiro sumia, da corrupção existente e da falta de credibilidade dessa fundação, continuava a colocar lá todos os recursos dos maiores projetos da Universidade”.

Em tese, a Riomar deveria agilizar as contratações da UNIR e obter recursos para a instituição pública. Contudo, o discurso serviu apenas para justificar o desvio de verbas. A atuação da Riomar foi tão danosa que o promotor Abi-Eçab já impetrou 15 ações, nove delas de natureza penal, contra dirigentes e beneficiários da fundação, todos ligados ao reitor. Encontram-se em tramitação, além desses processos, “inquéritos civis e procedimentos investigatórios criminais os quais, em face do sigilo decretado, não podem ainda ser objeto de divulgação”, explica.

“A Fundação era usada como ‘laranja’, ou seja, as verbas recebidas por convênios vinham diretamente para a Riomar, e, com menor fiscalização e grande ingerência que havia, eram desviadas de inúmeras formas, dentre as quais se destacam pagamento de diárias, suprimentos de fundos e contratações fraudulentas de serviços que não eram prestados ou eram superfaturados”,

revela Abi-Eçab em ofícios enviados à Comissão de Sindicância do MEC e ao Ministério Público Federal (MPF).

Entre os denunciados está Oscar Martins Silveira, então diretor-presidente da Riomar, que contratou de um restaurante o fornecimento de 6.600 marmitas. O serviço nunca foi prestado, o que resultou num desvio de R\$ 54 mil. No cômputo dos vários processos movidos por Abi-Eçab, Silveira é acusado de se apropriar ilicitamente de mais de R\$ 170 mil. Outra dirigente da fundação acusada de se valer do cargo para desvio de verbas é Geruzza Vargas Vieira, executora de projetos, que teria se apropriado de R\$ 28 mil. José Virgulino Filho, diretor administrativo da Riomar, é outro acusado de apropriação indébita.

“O reitor, em razão de seu cargo, presidia o conselho responsável pela indicação da diretoria da Fundação”.

Os diretores, “em sua maioria pessoas sem gabarito acadêmico ou de gestão”, tinham em comum o fato de serem próximos do reitor, relata o promotor Abi-Eçab

Praticamente todos os acusados são ligados a José Januário, entre eles familiares e amigos íntimos do reitor. “O reitor, em razão de seu

cargo, presidia o conselho responsável pela indicação da diretoria da Fundação. As investigações mostram que os diretores da entidade eram em sua maioria pessoas sem gabarito acadêmico ou de gestão, mas próximos do ex-reitor”, relata Abi-Eçab. Logo após seu pedido de renúncia, José Januário se absteve de comentar as denúncias relativas à Riomar. Em entrevista à *Folha de S. Paulo* disse que respondia pela UNIR e não pela fundação: “Indiquei a diretoria, mas, se as pessoas fizeram algo de errado, devem responder por isso”.

A Tecsol, apontada pelo Gae-co como empresa “de fachada” e que firmou diversos contratos com a Riomar, já teve como sócios dois sobrinhos do então reitor: Shewrem da Silva Amaral e Henrique Amaral de Oliveira. Além deles, figuram como principais gestores da empresa Daniel Delani, companheiro de José Januário, e Luiz Carlos Perrone Negreiros, amigo deste. “A Tecsol vendia de tudo. Alugava barcos, carros, vendia papel. Fez até estudos de impacto ambiental”, diz Carlos Ferreira da Silva, professor da UNIR. “Tenho absoluta certeza de que, em todos os problemas que a UNIR atravessa, a fundação ou foi o principal motivo ou ‘colaborou’ muito. A maioria dos recursos dos projetos dos docentes sumiu das contas na Fundação Riomar”, completa.

O promotor Abi-Eçab traça o seguinte perfil da fundação, nos documentos enviados ao MPF e ao MEC: “Contornando as formalidades legais exigíveis para contratação com ente público, a Fundação



Batida policial na sede da Riomar, autorizada pela Justiça

Rio Madeira é utilizada para captar recursos junto a entes públicos e privados. Deve-se lembrar que a milionária bancarrota da Fundação Rio Madeira ocorre num período de grande aporte de recursos por parte de órgãos públicos e das usinas hidrelétricas do Madeira, o que reforça a intensidade das fraudes perpetradas nos últimos anos”.

Ainda segundo Abi-Eçab, por pouco as ações criminosas não se expandiram para o interior de Rondônia: “Chegou-se a tentar criar uma nova fundação no *campus* Guajará-Mirim, com mísero capital de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) formalmente para ‘apoio’ ao *campus* local da UNIR, possivelmente para perpetuar o esquema, que é bastante lucrativo, haja vista, por exemplo, os milionários convênios com as hidrelétricas do rio Madeira. Estima-se em milhões o mon-

tante desviado da Riomar”. A pronta atuação Promotoria de Justiça de Guajará-Mirim, que “proferiu parecer contrário à criação de nova fundação, logrou eliminar na causa o problema”.

Na correspondência enviada ao presidente da Comissão de Sindicância do MEC, Gustavo Henrique de Vasconcelos Cavalcanti, o promotor do Gaeco adverte que “as investigações realizadas pelo Ministério Público Estadual versam somente sobre desvio de verbas não-federais (cuja dimensão sem dúvida é menor), sendo a atribuição para apurar lesão ao erário federal do Ministério Público Federal”.

Na opinião da aluna Talyta, os desvios de verbas prejudicaram não só a Universidade, mas toda a população rondoniense. “Faço parte de um projeto que recebeu uma verba da Secretaria Nacional An-

tidrogas [do Ministério da Justiça] para termos um centro de referência aqui em Rondônia. Nós estamos pesquisando o perfil do usuário de *crack* no Estado. Esse centro de referência ofereceria para os profissionais da saúde cursos de atendimento aos dependentes químicos. Fechamos convênio com o governo estadual, divulgamos o curso nas unidades de saúde, mandamos rodar material e quando o professor responsável foi pegar dinheiro para pagar os gastos o dinheiro simplesmente havia sumido”, relata. “Ninguém sabia para onde tinha ido. Neste mês ficamos sabendo que a Secretaria Nacional Antidrogas não renovará o contrato com a UNIR porque perdemos a credibilidade. Quem perde é toda sociedade rondoniense, que ainda não tem um tratamento efetivo aos dependentes químicos”.

“FOLHA CORRIDA” CRESCE, MAS REITOR DA UFPI SEGUE FIRME NO CARGO

Rafael Nakamura
Estagiário de Jornalismo

Efrém Ribeiro



Luiz de Sousa Santos Júnior, reitor da Universidade Federal do Piauí, sofre processos administrativos do MEC, ação civil do Ministério Público Federal, além de investigações da Polícia Federal e do Tribunal de Contas da União. A Fadex, uma fundação dita de apoio, está no centro de várias denúncias. Seu presidente?

O reitor Santos Júnior... A corrupção na instituição pública e a audácia do Magnífico, que descumpram até decisão de juiz federal, resultaram no surgimento do Movimento Social em Defesa da UFPI. Mas o reitor parece dispor de uma grande rede de influência. Não balança, não cai e pode até fazer o seu sucessor

O Movimento Social em Defesa da Universidade Federal do Piauí (UFPI) surgiu em dezembro de 2011, período em que vieram a público na mídia diversas denúncias contra o reitor Luiz de Sousa Santos Júnior, fazendo com que os casos de corrupção tomassem projeção nacional. A enxurrada de processos não é exclusividade do reitor, pois vários de seus assessores também estão sendo investigados e processados. A UFPI é só mais uma dentre as universidades públicas do Brasil em que estão sendo investigados casos de corrupção. Matéria do jornal *O Globo* (11/12/2011) cita investigações em 16 universidades federais, nas quais foram detectadas fraudes envolvendo reitores, pró-reitores e ex-dirigentes no desvio de verbas, contratos irregulares e favorecimento de parentes. O MEC apura 23 casos envolvendo oito gestores de instituições federais. O grande campeão, com sete processos administrativos (PADs), é Santos Júnior.

Ao lado de 18 assessores, San-

tos Júnior é acusado de abuso na utilização de cartões corporativos e fraude que pode ter resultado no desvio de cerca de R\$ 405 mil. O reitor enfrenta também ação civil pública por improbidade, após serem constatadas irregularidades na concorrência para aquisição de serviços de publicidade da UFPI, episódio no qual favoreceu as empresas Vende Publicidade Ltda e Mídia Externa Ltda com 16 contratos sem licitação. Somem-se a isso investigações do Ministério Público Federal de casos de corrupção e desvio de finalidade na Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa Ensino e Extensão (Fadex). O presidente da Fadex é ninguém menos do que o próprio reitor Santos Júnior.

O Movimento Social em Defesa da UFPI é uma iniciativa que reúne setores do movimento social organizado: estudantes, professores, trabalhadores em geral. “O Movimento Social em Defesa da Universidade Federal do Piauí vem atuando em duas frentes”, explica o professor Américo Souza. “Uma delas é a realização de uma campanha de esclarecimento da comu-

nidade acadêmica e da sociedade civil sobre as denúncias de corrupção que pesam contra o reitor e contra alguns outros membros da administração superior da UFPI. Campanha composta de distribuição de notas, outdoors, adesivos para carros e promoção de debates sobre o tema. A segunda frente é o acompanhamento dos processos disciplinares que tramitam no MEC, cobrando das autoridades competentes celeridade na conclusão das investigações”.

Em atuação conjunta de professores e estudantes, Mário Ângelo de Meneses e Sousa, presidente da Associação dos Docentes (Adufpi) e Cássio Borges, coordenador do DCE, encaminharam ao MEC um dossiê reunindo uma série de documentos que atestariam as inúmeras ilegalidades que o reitor da UFPI teria praticado desde o início da sua primeira gestão, em novembro de 2004. O ministério acatou a representação e abriu sete processos administrativos contra Santos Júnior. Nesse meio tempo já foram listadas 52 licitações fraudulentas e o apontado envolvimento de 32 pessoas.

“É interessante notar que a Fadex funciona nas dependências da UFPI, a indicar que é a Fadex, e não a UFPI, que realmente precisa de apoio”, adverte o procurador da República Leonardo de Oliveira.

Apesar de o MEC apontar potenciais fraudes através de nota à imprensa, o reitor não demonstra preocupação com o andamento das investigações. Nem mesmo ordens judiciais parecem ser capazes de detê-lo. A Procuradoria da República no Piauí investiga o descumprimento da decisão do juiz da 2ª Vara Federal, Márcio Braga Magalhães, que, no dia 29 de junho de 2009, determinou que a UFPI deixe de assinar convênios com a Fadex. Apesar da ordem judicial, consta no *Diário Oficial da União* que nos últimos três anos a UFPI firmou com aquela fundação dezenas de convênios relacionados à construção de salas de aula, aquisição de ônibus, equipamentos de ráiodifusão e outros. Santos Júnior usa a fundação para escamotear a necessidade de contratar mediante concorrência pública.

Leonardo Carvalho Cavalcante de Oliveira, procurador da República, é o autor de uma ação

civil pública que acusa a Fadex de atuar como intermediária na contratação de serviços e obras: “Atividades administrativas indelegáveis, de responsabilidade da UFPI, têm sido transferidas à fundação. Estas atividades, ao contrário do que sugere o nome da fundação, não estão relacionadas ao apoio a projetos de ensino, pesquisa, extensão e sim à contratação de obras de engenharia voltadas para a construção, reforma e compra de materiais de uso permanente da UFPI, envolvendo grandes montantes de recursos públicos”.

O procurador lembra que a realização de obras “é atividade voltada para atender necessidade de caráter permanente das instituições de ensino superior, razão pela qual não pode ser objeto de convênio ou contrato com fundação de apoio. Há portanto vício insanável na constituição dos contratos assinados, dado o alargamento ilegal de seu objeto, envolvendo atividades que não se limitam ao prescrito na lei”. Oliveira questiona a própria finalidade da entidade privada: “A propósito, é interessante notar que a Fadex funciona nas dependências da UFPI, a indicar que é a Fadex, e não a UFPI, que realmente precisa de apoio”.

O caso de Santos Júnior faz crescer a lista de reitores envolvidos em práticas ilícitas e em conflito de interesses com fundações privadas. Alguns deles perderam o cargo em meio a crises e greves estudantis: Timothy Mulholland, reitor da Universidade de Brasília

(UnB), caiu em 2008 após denúncias de promiscuidade entre sua gestão e a Finatec; Ulysses Fagundes Neto, reitor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), renunciou em 2008 depois que se soube que usava cartões corporativos de modo irregular e abusivo, para fins pessoais; José Januário Amaral, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), renunciou em 2011 após uma longa greve (p. 32). Mas quais as chances reais de Santos Júnior vir a ser destituído?

Há quem acredite que o reitor dificilmente cairá. Ele detém uma rede de influência muito grande. Se cair, somente acontecerá após a consulta universitária. Tanto o Judiciário quanto o MEC dispõem de documentação comprobatória de ilicitude em escala. No entanto, nem o descumprimento da decisão judicial para que cessassem os convênios e contratos com a fundação de apoio para atividades de caráter permanente, em especial, obras e serviços de engenharia e contratações de pessoal sem concurso, produziu o resultado esperado de uma intervenção de ordem administrativa ou judicial.

Santos Júnior ainda reservou mais uma surpresa. Perto da data em que o Colégio Eleitoral da universidade irá elaborar a lista tríplice de candidatos para reitor, o Magnífico decidiu suprimir a consulta pública do processo de escolha. O Conselho Universitário, que tradicionalmente homologa o resultado da consulta pública, deverá decidir sozinho o primeiro nome da lista a ser indicada ao MEC.

BRASIL DESCUMPRE SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA SOBRE MORTOS DA GUERRILHA

Paula Sacchetta
Jornalista



A luta dos familiares de mortos e desaparecidos da Guerrilha do Araguaia para localizar e recuperar os corpos dos seus entes queridos, quase todos executados pelas Forças Armadas, teve início já nos anos 1980, sem êxito. Em 1995 as famílias decidiram levar o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos; em novembro de 2010 o Estado brasileiro foi condenado e notificado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (o tribunal da Comissão). Teria, então, prazo de 12 meses para cumprir a sentença, ou mostrar que procura cumprí-la... Mas nada aconteceu ainda

Durante sua IV Conferência, em 1966, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) decidiu que a saída contra a Ditadura Militar instaurada dois anos antes teria de acontecer pelo enfrentamento armado. A idéia era iniciar uma luta de longa duração, em uma área do campo, segura e afastada, que fosse recebendo aos poucos adesões de setores da população para que o movimento tomasse corpo para, finalmente, poder enfrentar o Exército de igual para igual. Assim, em 1969 militantes do Partido começaram a se deslocar para o sul do Pará.

A Guerrilha do Araguaia propriamente dita começou em abril de 1972, quando o Exército descobriu a existência da organização guerrilheira na região, e os choques armados tiveram início. A luta durou até dezembro de 1974, quando foi desmantelado o comando da Guerrilha. Eram cerca de 70 guerrilheiros (entre eles alguns camponeses da região que aderiram ao contingente do PCdoB), em oposição a um efetivo de milhares de homens das três Forças Armadas, que realizaram três campanhas militares entre 1972 e 1974. Na última delas, pequenos contingentes de tropas especializadas e bem equipadas infiltraram-se na selva e liquidaram os combatentes comunistas. Desse modo, a Guerrilha do Araguaia foi aniquilada. Somente alguns dos guerrilheiros presos na fase inicial foram poupados. Nas etapas posteriores da repressão, os militantes do PCdoB que não foram

mortos em combate, e chegaram a ser capturados, foram depois executados, em atendimento a ordens expressas dos ditadores Garrastazu Médici e Ernesto Geisel de que não poderia haver sobreviventes. Os corpos foram enterrados em locais sem identificação, havendo notícias de posterior remoção e incineração desses restos mortais. Até hoje, somente dois guerrilheiros tiveram seus restos mortais identificados e entregues à família: Maria Lúcia Petit e Bergson Gurjão Farias.

Na busca por informações, em 1982, os familiares desses militantes desaparecidos ajuizaram uma ação contra a União para que os restos mortais fossem localizados, entregues e para que fossem também lavrados atestados de óbito em nome daquelas pessoas. Além disso, pediam um relatório oficial do Ministério da Guerra, que no governo Costa e Silva teve seu nome alterado para Ministério do Exército, sobre as atividades e ações militares na região.

Naquele ano, ainda sob os anos de chumbo, a Ditadura contestou a ação. O processo, assim, caminhou lentamente durante 21 anos pelo Poder Judiciário, sendo contestado inúmeras vezes pela Advocacia Geral da União (AGU). Apenas em 2003 saiu a sentença, dando a vitória aos familiares. A juíza Solange Salgado, da Justiça Federal do Distrito Federal, julgou procedente o pedido, determinando a quebra do sigilo das informações e documentos militares sobre as ações naquela região. Além disso, a União teria 120 dias para localizar os restos mortais dos militantes de-

saparecidos e sepultá-los em local indicado pelas famílias.

Ainda assim, o Estado, por meio da AGU, questionou a decisão da juíza e a contestou inúmeras vezes. Em 2009, porém, a ação transitou em julgado. Mais uma vitória. Não poderia mais ser contestada, não caberiam novos recursos ou questionamentos.

A sentença da CIDH exige do Estado brasileiro “investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas”. Crimes contra a humanidade são “imprescritíveis” e, portanto, “não podem ser objeto de anistias”

Ao longo da espera daqueles 21 anos de tramitação pelo Judiciário do país, os familiares titulares do processo levaram, em 1995, a denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no que ficaria conhecido como “caso Gomes Lund e outros da Guerrilha do Araguaia”.

O Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos teve início em 1969, durante a Convenção Americana de Direitos Huma-

bros da direção executiva da Adusp. Motivo da querela: o reitor, alegadamente incomodado com uma frase pinçada do citado editorial, viu nela calúnia e difamação; e desse modo se declarou à 1ª Vara Criminal de São Paulo possível vítima de “crime contra a honra”.

Repressão policial ostensiva nos *campi*, bem como um assustador número de sindicâncias e processos instaurados pela Reitoria contra funcionários, alunos e agora até contra a direção da Adusp — eis as faces visíveis do comportamento autoritário da gestão Rodas no relacionamento com as categorias da USP. Mas há fortes indícios de uma terceira face, cuja existência seria difícil de se imaginar num país civilizado.

Documentos divulgados pelo deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) sugerem que a Reitoria montou um aparato ilegal de espionagem, voltado contra as entidades e movimentos sociais atuantes na universidade. A rede de espões é estranha aos quadros da USP, como se depreende da leitura dos relatórios por eles produzidos em 2010. A origem dos relatórios é uma certa “Sala de Crise”, órgão inexistente nos organogramas da universidade. O gerenciamento da “Sala de Crise”, por seu turno, parecia caber a Ronaldo Pena, então diretor da Divisão Técnica de Operações e Vigilância da Coordenadoria do Campus (DOV) e responsável pela Guarda Universitária. E a quem Pena se reporta? A julgar por um detalhado e revelador e-mail enviado em outubro de 2011, a ninguém menos do que o professor Alberto Carlos Amadio, chefe de gabinete do reitor.

A base do dossiê é o documento denominado “Relatório USP”, tendo como autor “Sala de Crise” e destinatário Ronaldo Pena, diretor da DOV. A leitura permite concluir que a Reitoria contratou um serviço de espionagem das atividades do Sintusp, DCE, Adusp e outros grupos

O caso foi publicado, em primeira mão, pela revista *Fórum*, edição de janeiro de 2012 (“Uma história de espionagem na USP”, p. 12). *Fórum* conseguiu, ainda, a proeza de obter uma entrevista de Grandino Rodas, concedida, porém, antes que ela tivesse acesso aos papéis da “Sala de Crise”. Posteriormente convidado a responder às questões que o caso suscita, o reitor desconversou. Ficou de entrar em contato com a revista, mas não o fez. Desde então, permanece em absoluto silêncio sobre o caso.

A base do dossiê é um documento incompleto de 27 páginas, sem timbre oficial, denominado “Relatório USP”, tendo como autor “Sala de Crise” e como destinatário o citado Pena, diretor da DOV. A página inicial é encimada pela expressão “relatório confidencial” e leva, como reforço, o carimbo *confidencial*. A leitura permite concluir, por

seu teor e pelo detalhamento encontrado, que a Reitoria contratou um serviço de espionagem sistemática das atividades do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), DCE, Adusp e outros grupos.

O documento relata as fases de preparação e realização de uma greve dos funcionários técnico-administrativos em abril e maio de 2010 e elenca relatos freqüentemente minuciosos de reuniões, assembléias e conversas informais, nos moldes dos relatórios produzidos pelo antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e outros órgãos de repressão política. Será que a gestão Rodas pretende ressuscitar a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI, *Revista Adusp* 34, p. 37), de triste memória?

Depreende-se da leitura que o autor do documento, a par de não dominar a língua portuguesa, segue um esquema organizado; e não pertence aos quadros da USP. Examine-se, por exemplo, o seguinte trecho: “3º Dia – 30/4 – A pedido da Sala de Crise, não comparecemos na USP pois o mesmo [*sic*] nos informou que haveria nos dias 1 e 2/5 (sábado e domingo) um Congresso de alunos e seria interessante participarmos, já que o mesmo [*sic*] iria nos municiar com fotos e materiais diversos”. No dia 12/5, que vem a ser o “15º Dia”, há relatos de todos os pronunciamentos feitos na assembléia geral de greve, no Anfiteatro da História. Ao final, a seguinte observação: “Importante: as assembléias são realizadas na hora do almoço para ter bastante gente pois é formada [*sic*] na maioria por curiosos. Nas unidades quem está de greve está viajando. Quem



Na porta do ônibus que conduziu os alunos detidos na desocupação da Reitoria, e junto à “Tropa Rosa Choque”, o perigoso Danilo...

não tem dinheiro fica na greve meio período e depois vai para casa”.

Além de informações corriqueiras, planos de greve e detalhes financeiros também são relatados. “Na terça-feira, dia 25/5, irão fechar o prédio da Reitoria. Falaram sobre a isonomia salarial e na próxima quarta-feira, dia 26/5, haverá uma caravana para Campinas até a Unicamp. Esta caravana será para pedir ao reitor da Unicamp, que é o presidente do Cruesp, que atenda as solicitações do Fórum das 6”; “Durante a assembléia o Sr. Mário chamou atenção dos trabalhadores sobre o fundo de Greve e pediu que depositassem em uma sacola o que pudessem ajudar com dinheiro, dizendo que para ficar em greve é necessário dinheiro e o sindicato está com pouco. Em 10 minutos, foi arrecadado [sic] uma quantia de R\$ 430,00”.

Percebe-se a exposição de minúcias nos trechos em que o autor reporta o engajamento na greve ou não dos funcionários técnico-administrativos de vários dos órgãos e unidades de ensino da USP: Prefeitura (hoje Coordenadoria) do campus do Butantã, Escola de Comunicações e

Artes, Museu de Arqueologia e Etnologia, Coseas (“aparentemente a administração está contaminada”, registra o autor do relatório), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Faculdade de Direito, Crusp, Instituto de Geociências e outros, bem como os *campi* de São Carlos, Ribeirão Preto e Piracicaba.

O papel mais impressionante data de 17/10/2011. Trata-se da reprodução de um e-mail enviado por Pena (repena@usp.br) ao professor Alberto C. Amadio (acamadio@usp.br), e que tem como assunto “Reunião CO”. Na mensagem, Pena relata ao chefe de gabinete do reitor fatos ocorridos em reunião fechada do Sintusp

Indo além, cita pessoas individualmente, como a “estudante Paula”, João Zanetic (então presidente da Adusp), “Magno” [de Carvalho, um dos diretores do Sintusp]. O relatório é fartamente ilustrado por fotografias dos diferentes locais espiados, que o próprio autor diz haver produzido, mas que a baixa nitidez das xerocópias disponíveis não permite divisar com clareza.

O papel mais impressionante do dossiê, porém, data de 17 de outubro de 2011. Trata-se da reprodução de um e-mail enviado por Pena (*repena@usp.br*) ao professor Alberto Carlos Amadio (*acamadio@usp.br*), e que tem como assunto “Reunião CO”. Ou reunião do Conselho Universitário, cuja sigla na USP é CO, que se realizaria apenas no dia seguinte. Na mensagem, Pena transmite a Amadio “informações que interessam”. Relata ao chefe de gabinete do reitor fatos ocorridos em uma reunião fechada da direção do Sintusp — “a Malu propôs parar a Cocesp, usando do argumento da privatização dos ônibus (não teve apoio)” — e antecipa manifestações que viriam a ocor-

rer em reunião do CO: “um membro dos estudantes [sic] lerá um texto de protesto de professores da FFLCH e da Faculdade de Educação contra o reitor, falando sobre sua ligação com a direita e a burguesia, segundo eles, a placa indicando a revolução de 64 é um pensamento retrógrado dele; além disso, apresentarão um manifesto de quando o reitor participou da comissão de mortos no governo FHC durante a Ditadura que, segundo eles, ele votava contra o pagamento de indenizações aos mortos” [sic]. No final do *e-mail*, após elencar diversas informações de teor semelhante, Pena ainda adverte: “Ficaremos atentos aos movimentos. Alunos e sindicalistas com tons agressivos”.

Solicitamos ao professor Amadio que respondesse a algumas perguntas, diante de tão veemente evidência de espionagem institucionalizada. Antes de passarmos às suas respostas, porém, vale lembrar a peculiaridade de que a USP talvez seja a única universidade do mundo em que o reitor conta com dois chefes de gabinete: um deles, o próprio Amadio, pertence ao grupo da ex-reitora Suely Vilela; o outro, professor Celso de Barros Gomes, é ligado ao ex-reitor Adolpho Melfi (vide *Revista Adusp* 50, p. 85). Em abril de 2011, o reitor Rodas baixou a portaria 5.028, em que atribuiu a um e outro diferentes encargos. Reza o artigo 2º da portaria que ao professor Amadio cabe “a condução de assuntos especiais relativos a docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos”, “basicamente”, não havendo no texto a definição do que sejam esses “assuntos especiais”. Supõe-se, assim, que recebeu a incumbência de relacionar-se, em nome da Reitoria, com os movi-

mentos representativos das categorias.

Amadio negou a existência da “Sala de Crise”, sempre respondendo de forma indireta às questões encaminhadas por correio eletrônico pela *Revista Adusp* (vide quadro na p. 49): “Na Universidade não existe espaço físico, sequer um setor destinado para o desempenho de atribuição dessa natureza”, rebateu. Quando confrontado, no entanto, com o e-mail enviado por Ronaldo Pena, o chefe de gabinete claramente optou por tergiversar: “Recebo, com frequência, mensagens de servidores técnico-administrativos, docentes e alunos. Algumas se reportam a fatos já ocorridos, outras chamam atenção para possíveis ocorrências, que nem sempre se confirmam.”

Ao contrário de Amadio, porém, Pena admitiu, em declaração a *Fórum*, a existência da “Sala de Crise”, que seria “passiva e consultiva... não tem poder nenhum de mandar fazer algo e, ainda mais, ilegal, como uma escuta”.

Marcelo Santos, diretor do Sintusp conhecido como Pablito, observa que tais papéis são reveladores da mentalidade predominante na gestão reitoral: “É uma expressão de nível a que chega essa ofensiva repressiva por parte da Reitoria. Um documento com detalhes de reuniões de diretoria do Sindicato, detalhes de reuniões do Comando de Greve, detalhes das pessoas que falaram, do quadro de greve das unidades, é uma demonstração clara de que estamos sendo monitorados. Está se buscando formas de investigação policiais, da época da Ditadura Militar”.

Pablito é alvo de dois inquéritos criminais e um processo administrativo-disciplinar no qual também são

acusados outros dirigentes do Sintusp: Neli Paschoarelli Wada, Solange Conceição Lopes Veloso, Nair Maria Pereira e Magno de Carvalho, além de Ana Maria de Araújo Mello e Rafael Ferreira Alves (único estudante em meio à lista de processados). O processo instaurado pelo Gabinete do Reitor sugere demissão por justa causa dos funcionários “com fundamento no artigo 482, ‘a’, ‘b’ (2ª parte) e ‘j’, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)”, por terem “atentado contra a liberdade de trabalho”, por “dano qualificado”, “provocação de tumulto” e por “conduta inconveniente”. No entender de Pablito, a gravidade deste processo disciplinar consiste na acusação de que “todos os prejuízos da paralisação, que foi uma atitude coletiva deliberada pelo conjunto dos funcionários, foram de responsabilidade minha e da Solange”.

Expulso da USP pela Reitoria por haver cometido “ações graves” que não constam da denúncia inicial do processo, Marcus Padraic foi reintegrado ao corpo discente pelo juiz da 10ª Vara de Fazenda Pública, para quem a eliminação do aluno “pode ter eventualmente se revelado desproporcional” em relação às eventuais sanções cometidas



Assembleia geral de estudantes da USP na Faculdade de Direito, em 24/11

O tipo de alegação empregado pela Reitoria nos processos contra os dirigentes sindicais assemelha-se ao que é imputado aos estudantes “desligados” — vocábulo utilizado por *USP Destaques* 56, em substituição a “eliminados”, talvez porque se tenha entendido a carga fortemente negativa deste último. No dia 17 de dezembro de 2011, Rodas expulsou (“eliminou”) seis estudantes, moradores do Crusp, por meio de despacho publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*: Aline Dias Camoles (ECA), Amanda Freire de Souza (FFLCH), Bruno Belém (ECA), Jéssica de Abreu Trinca (FFLCH), Marcus Padraic Dunne (FFLCH) e Yves de Carvalho Souza (FFLCH), “com fundamento no artigo 249, IV, do Decreto n. 52.906, de 27 de março de 1972 (em vigor por força do disposto no artigo 4º das disposições transitórias do atual Regimento Geral da USP)”. Em consequência, os estudantes per-

deram também o direito de residir no Crusp.

A acusação inicial a esses alunos foi a de terem invadido, em 18 de março de 2010, o espaço do Serviço Social da Divisão de Promoção Social, no Bloco G, da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas). Essa é a única acusação a eles a constar tanto do boletim de ocorrência (BO) 861/2010, registrado no 93º Distrito Policial, quanto na Portaria GCC-06, de 26/3/2010, que instaurou o processo disciplinar na USP. Porém, em sucessivas edições o boletim oficial da Reitoria declara que o processo “não apurou simplesmente a ocupação, mas sim outras ações graves, como desaparecimento de prontuários com informações sigilosas da saúde e da família de alunos da Universidade e de crianças e adolescentes alunos da Escola de Aplicação, além de desaparecimento e danos de patrimônio público” (*USP Destaques* 48, 2011; e 56, 2012).

A despeito de todas essas acusações, Marcus Padraic, estudante de Letras que ficou sabendo de sua expulsão por tal despacho, revela não ter tido qualquer participação na ocupação da Coseas. “Eu não estava lá dentro. O pessoal da Guarda [Universitária] ficou tirando foto de quem estava do lado de fora, só que isso não aparece no processo, até onde eu sei”. Padraic disse não ter conseguido acesso ao processo: “O processo atual parte do seguinte princípio: quem não fez a defesa individual antes, e optou pela defesa coletiva, é automaticamente culpado. Como eu não tinha mais vaga no Crusp, a minha movimentação é muito vigiada. Tinha gente atrás de mim em tudo que era lugar, o porteiro me perguntava a toda hora onde eu estava; então ele certamente tem anotado na portaria o momento em que eu desci, que é posterior à ocupação e ao anúncio dela”.

CHEFE DE GABINETE PREFERE TERGIVERSAR

A Revista Adusp encaminhou ao professor Alberto Carlos Amadio, chefe de gabinete da Reitoria, as seguintes perguntas:

1- O sr. confirma a existência de uma “Sala de Crise” comandada pelo diretor da Divisão Técnica de Operações e Vigilância, sr. Ronaldo Pena, no decorrer da greve dos funcionários de 2010?

2- Qual a finalidade da “Sala de Crise”?

3- Existe previsão estatutária para a criação de tal organismo?

4- Quem contratou as pessoas que espionavam os movimentos sociais e entidades representativas? De que rubrica saiu a verba para remunerá-las e a que título?

5- O reitor Grandino Rodas tinha ciência de tais atividades?

6- E-mail enviado ao sr. pelo sr. Ronaldo Pena, em 17 de outubro de 2011, repassa informações relativas a uma reunião do Sintusp, bem como à participação do Sintusp e de estudantes em reunião do Conselho Universitário que ainda estava por acontecer. “Ficaremos

atentos aos movimentos. Alunos e sindicalistas com tons agressivos”, diz ao final o sr. Ronaldo Pena. O que o sr. tem a declarar sobre isso? A “Sala de Crise” foi mantida em 2011?

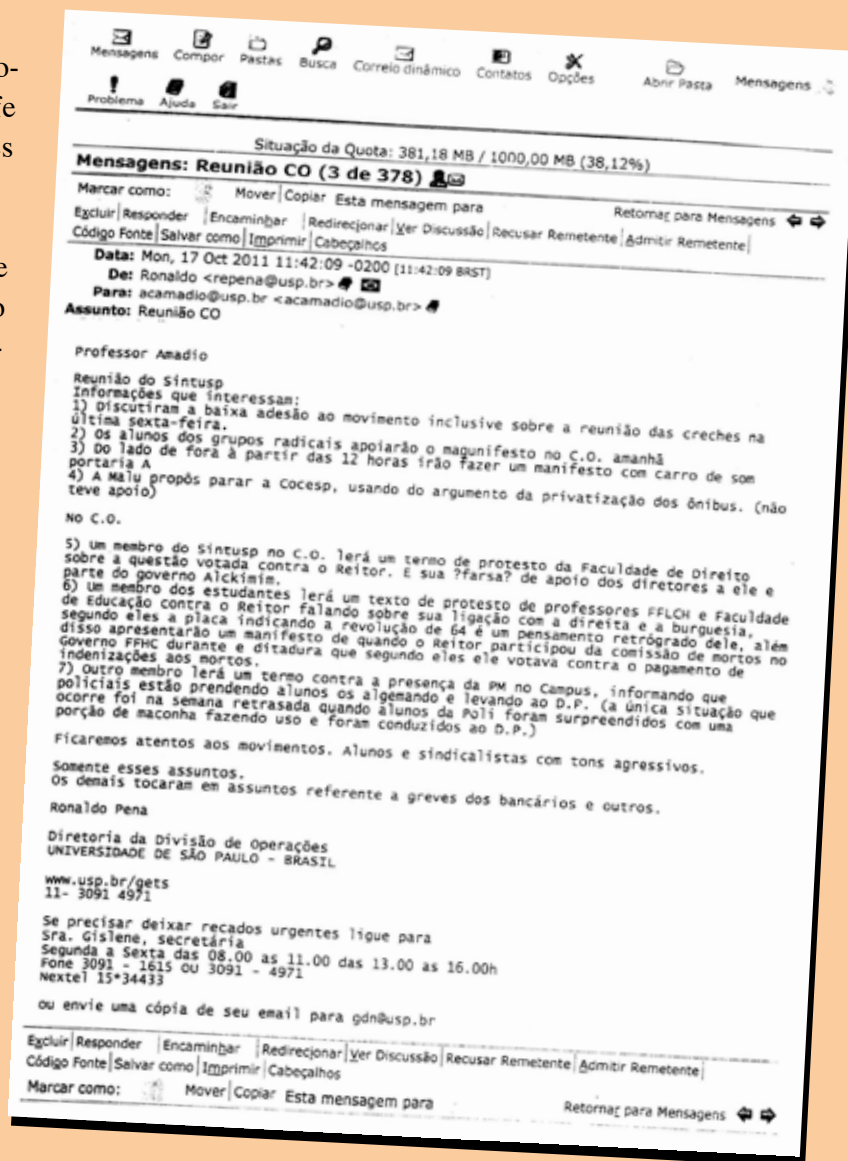
Foram enviadas à Revista Adusp, pelo professor Amadio, as seguintes respostas:

“Perguntas de 1 a 5

Na Universidade não existe espaço físico, sequer um setor destinado para o desempenho de atribuição dessa natureza.”

“Pergunta 6

Recebo, com frequência, mensagens de servidores técnico-administrativos, docentes e alunos. Algumas se reportam a fatos já ocorridos, outras chamam atenção para possíveis ocorrências, que nem sempre se confirmam.”



Segundo Padraic, o critério de seleção da Coseas para vagas no Crusp é bastante duvidoso. Os nomes dos selecionados não são mais divulgados para evitar “constrangimento” do estudante que teve que declarar pobreza em prol daquela vaga. “Se você quiser saber detalhes do processo como aluno, você tem esse direito. Só que eles não abrem mais informações há muito tempo”. Além disso, o parecer técnico (“que no fundo, é a opinião da assistente social”) também suscita dúvidas. “A primeira coisa que ouvi de uma assistente social foi: ‘Você sabe que tem gente que precisa mais do que você, né?’ Eu respondi *na lata*: ‘Eu preciso a ponto de ir embora e perder a minha vaga na faculdade se não puder ficar aqui’”. O estudante é de São José dos Campos (SP).

De qualquer modo, Padraic foi reintegrado ao corpo discente da USP pelo juiz Valentino de Andrade, da 10ª Vara de Fazenda Pública, para quem a eliminação de Padraic “pode ter eventualmente se revelado desproporcional” (em relação às eventuais sanções cometidas), havendo ainda indícios de que o processo administrativo-disciplinar não deu ao aluno condições de defesa. Em nota referente ao teor do *USP Destaques* 56, Aton Fon Filho, advogado que defende Padraic e outros estudantes expulsos, criticou duramente a “divulgação de informações falsas a respeito dos alunos vitimados com expulsão do corpo discente da USP”. As “ações graves” repetidamente



- A ação da PM no Pinheirinho foi tão perfeita que até parece uma obra de arte!

citadas pela Reitoria como motivadoras da eliminação, destaca Fon Filho, não aparecem nos documentos que deram origem ao processo.

Os problemas que envolvem os critérios de seleção pela Coseas, somados ao histórico de crescente redução de vagas no Crusp, desde seu projeto original, que previa concessão de 12 blocos para moradia estudantil (são apenas sete), geraram tensões que desembocaram na ocupação de espaços da Coseas. “O processo que levou à expulsão dos seis é baseado num BO feito pelas chefias da Coseas da época, onde se diz que não é possível identificar quais pessoas participaram do ato de ocupação. Como um BO pode resultar na instauração de processos administrativos? É completamente descabido”, declara Rafael Alves, aluno que é réu na USP em um processo disciplinar e cinco inquéritos criminais.

Os mais curiosos casos de acusação ao estudante Danilo de Souza dizem respeito ao fato de haver acompanhado uma solicitação de cadeira de rodas de um morador do Crusp (“desacato a funcionário público”) e por retirar e deslocar catraca abandonada do “bandejão” (“furto qualificado”)

O Regimento Geral da USP considera atos passíveis de eliminação “casos em que for demonstrado, por meio de inquérito, ter o aluno praticado falta consi-

derada grave” (artigo 249, IV), “promover manifestações ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (artigo 250, VIII), “fazer inscrições em próprios universitários, ou em suas imediações, ou nos objetos de propriedade da USP e afixar cartazes fora dos locais a eles destinados” (artigo 250, II). Alves considera-o inaceitável: “Isso é só um dos exemplos de que a transição democrática não foi completada no país. A Universidade, que é o espaço que deveria pensar a sociedade, que deveria refletir sobre essa transição, mantém no seu Estatuto esse entulho da Ditadura Militar. Isso é absurdo”.

Tanto nas publicações da Reitoria como em seguidas declarações à mídia, o reitor Grandino Rodas atribui aos antigos estudantes a responsabilidade pela manutenção, no Estatuto, das normas de viés ditatorial: “Com relação às regras sobre penalidades, constantes das normas internas da USP, lembre-se que, em 1990, por solicitação do corpo discente, deixou-se de revê-las, conforme atas das Comissões e do Conselho Universitário. Assim, as normas disciplinares do Regimento Geral da USP, de 1972, em vigor por força do artigo 4º das disposições transitórias do Regimento Geral, atualmente vigente, foram recebidas pela Constituição Federal de 1988”.

O professor Ciro Correia, do Instituto de Geociências, acredi-

ta que tal justificativa é “oportunista”. “Para ter alguma condição de ser legítima, essa mudança [do Estatuto] teria que se dar em outro contexto e não ser regida pela atual estrutura antidemocrática. Num ambiente democrático se faz uma comissão para propor algo minimamente razoável, em termos de como tratar a questão disciplinar dentro da Universidade, seja o que for apresentado pela proposta desse grupo. Em última instância, no entanto, vai ser decidido por quem? Pelo Conselho Universitário, absolutamente ilegítimo, cheio de gente que sequer representa o interesse das unidades, mas das fundações privadas das quais faz parte”, explica Ciro, que presidiu a Adusp (2003-2005) e o Andes-Sindicato Nacional (2008-2010). Ele questiona a explicação do reitor: “Você vai ter que contar uma história muito longa para que apareça de fato onde está a responsabilidade de não se ter o regime disciplinar adequado, o Regimento Geral adequado, uma estrutura de poder adequada e principalmente um reitor que esteja à altura que a Reitoria da USP deveria ter”.

Claudionor Brandão, membro da diretoria do Sintusp demitido ao final da gestão de Suely Vilela na Reitoria, em 2009, é outro que chama atenção para as estruturas de poder da universidade: “Gritar ‘Fora Rodas’ está muito bom, muito bem, mas que seja um Rodas puxando a fila. Por trás dele, há uma burocracia e o que estamos vivendo aqui é uma escaramuça de projetos distintos”, declarou durante ato contra a criminalização

dos alunos.

Um dos alunos com maior número de processos na USP é Danilo Bezerra de Souza. O que o diferencia de outros é o fato de que sofreu acusações que, à primeira vista, parecem banais, mas podem acarretar consequências extremas, inclusive expulsão. Por cursar Artes Plásticas na ECA, Danilo experimenta diversas formas de expressões artísticas dentro e fora do campus do Butantã. Como projeto de conclusão de curso (TCC), iniciou a gravação de um documentário sobre o Crusp (financiado pela Fapesp), o que implica presenças constantes em reuniões relacionadas à Coseas e à moradia estudantil, bem como nos atos e manifestações fora e dentro do campus. Além disso, o estudante participa de montagens e intervenções artísticas no ambiente universitário.

Esse espírito participativo e engajado, entretanto, acabou lhe rendendo cinco processos criminais, dois administrativos, dois inquéritos policiais e uma sindicância. Os mais curiosos casos de acusação ao estudante dizem respeito ao fato de haver acompanhado uma solicitação de cadeira de rodas de um morador do Crusp (inquérito policial por “desacato a funcionário público”) e por retirar e deslocar catraca abandonada do “bandeirão” (inquérito policial por “furto qualificado”). Igualmente excêntricas são as imputações de depredação do patrimônio público que sofre nos processos administrativos-disciplinares, por atividades triviais como filmar o

Crusp, colocar celofane vermelho em lâmpada do Crusp e tomar parte em pixações. Por participar de um ato contra o processo administrativo, Danilo está ainda sendo acusado de “falta disciplinar grave”.

A grande diferença entre a gestão Rodas e as anteriores é uma postura “claramente policialesca para tratar os conflitos na USP, que não víamos com essa força e regularidade anteriormente”, opina o professor Ciro Correia. A desarticulação dos movimentos universitários desinibe o conservadorismo

A sindicância, por sua vez, foi aberta por ele haver entrado no campus, para ter acesso à sua moradia, sem a identificação de aluno. Quanto aos processos criminais, todos têm claro cunho político, pois os crimes de que é acusado são os de freqüentar reuniões abertas no Crusp, freqüentar a moradia retomada do Coseas, filmar ocupação da Reitoria etc.

Todos esses processos ao longo dos últimos anos, conta ele, rendem-lhe prejuízos na vida acadêmica e representam uma des-

TRECHOS DO R

29/4 “Os alunos marcaram um fórum para o dia 4/5. Saímos da USP às 23h30 e nenhum outro movimento foi registrado na sede do Sintusp ou outro ponto do campus. Um pessoal desconhecido tem recomendado ao Sindicato arrumar fatos que “incendeiem” a greve”.

1/5 “Adentramos na unidade da USP Butantã com certa dificuldade, já que era feriado e estava fechada, podendo acessar apenas alunos e funcionários com credencial. Burlada a segurança pelo HU por onde se entra livremente com qualquer argumento (depois saímos e entramos pela favela onde o acesso está abandonado com muitos usuários de crack)”.

4/5 “Adentramos em um colóquio de literatura (palestra) restrito aos alunos do curso no prédio da FFLCH por volta das 10h00. Pouco se falou sobre a greve, parece tudo normal. Os alunos que incitam são aqueles dos movimentos conhecidos, LER e PCO, entraram no local e foram banidos pelos outros”.

5/5 “Dia da greve. Cheguei na USP por volta das 5h15 e percorri os prédios do Crusp, FFLCH e Portaria 1, nos encontramos com membros da Sala de Crise para informações. O ambiente estava tranqüilo. (...) O movimento está totalmente artificial. Só os locais conhecidos parados. Nas unidades o Sintusp só tem ascendência se existem funcionários adeptos. E também se a unidade não é estratégica e com alunos que não apóiam o movimento o Sintusp nem chega perto”.

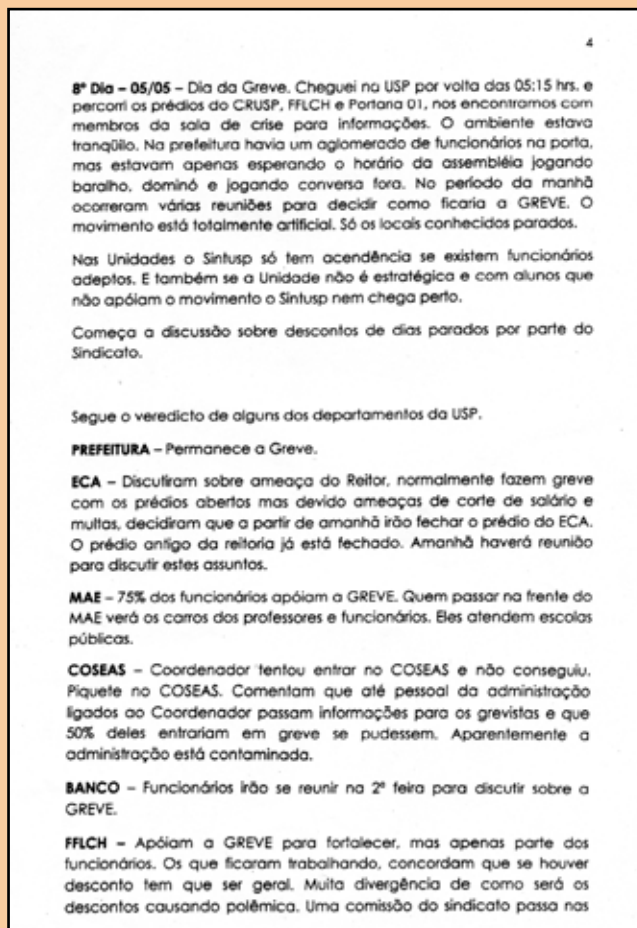
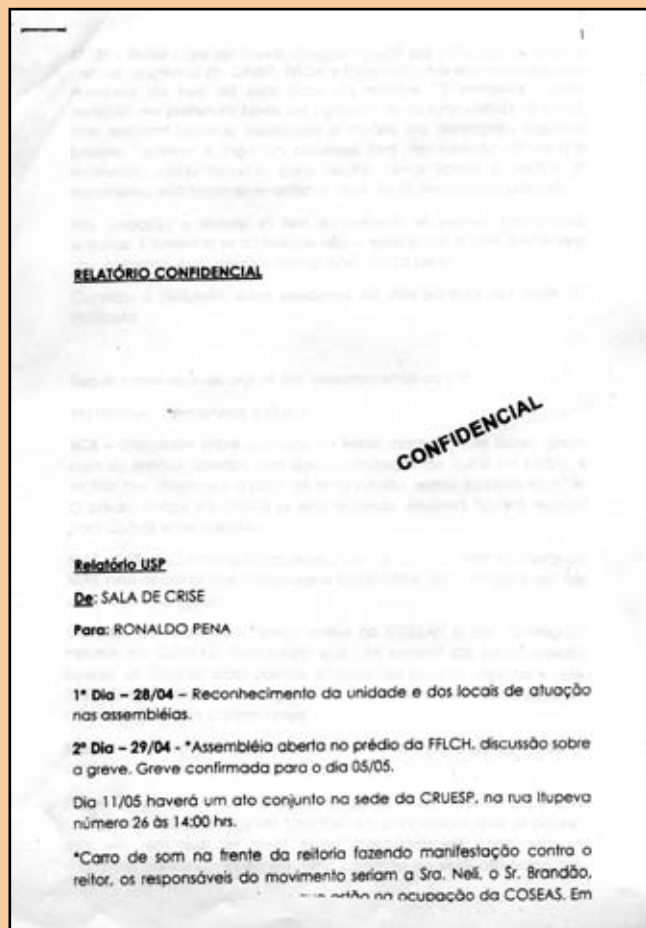
14/5 “Conseguimos as informações da assembléia da Adusp com a secretária do professor João Zanetic”.

16/5 “Hoje o dia também foi tranqüilo. Para entrar na USP tivemos que burlar a segurança pelo portão da favela (local complicado). Os vigilantes têm medo de ficar no local sem proteção, muitos estudantes compram drogas no local, incluindo [sic] médicos e funcionários do HU. Na semana passada com as nossas informações a Guarda acho que fez uma operação com a PM e ajudou, os caras sumiram, mas voltaram de novo e agora parece que está pior”.

18/5 “Ocorreu novo ato unificado na sede do Cruesp. (...) Em um momento da manifestação, a sra. Neli começou a dizer sobre as empresas terceirizadas. Disse sobre a EVIK e que o sr. Ronaldo Pena é o dono desta empresa”.

19/5 “Assembléia geral de greve. (...) Comando de greve - Fizeram uma avaliação rápida. A necessidade de ampliar e radicalizar a greve, ou seja, aparecer na mídia para conseguir apoio político, já que este é um ano eleitoral. Atrair a polícia e manchar a USP de novo no noticiário”.

RELATÓRIO CONFIDENCIAL (2010)



23/5 “No domingo não conseguimos adentrar na Universidade pois uma funcionária da EVIK chamada Dora não permitiu nosso acesso”.

24/5 “Ocorreu uma assembléia em frente à Prefeitura com carro de som. O sr. Brandão estava chamando os funcionários para chegarem às 5h00 para o ato de fechamento da Reitoria com piquete. O professor Massola disse no carro de som que concorda com a greve e que o ponto foi cortado pelo reitor. Se comprometeu a conversar com o reitor sobre desconto parcelado dos dias parados e reposição. Ao professor sair [sic] os manifestantes debocharam dele e do guarda-costa”. (...)

25/5 “Fechamento da Reitoria. Chegamos na USP às 4h00, mas só conseguimos adentrar na Universi-

dade às 5h00 quando abriram os portões. A Guarda fez uma operação na favela. O Sintusp mandou uma nota para a imprensa dizendo que a PM entraria no campus para impedir o ato sindical na Reitoria. Por volta das 5h20 começaram a chegar membros da greve [sic], como funcionários, alunos e representantes do Sindicato. A imprensa chegou em peso. A Globo e a Record estavam com carro de transmissão, carros da Rádio Capital, Rádio Bandeirantes e *O Estado de S. Paulo*. Às 6h45 o sr. Magno deu entrevista à Rede Globo. Às 6h56 o sr. Brandão começou a falar no carro de som. Às 9h30 iniciou-se a assembléia da Reitoria e foi aprovada a greve por maioria dos funcionários da unidade e aprovada a permanência do prédio fechado até o final das negociações”.

gastante punição: “Exigem desprendimento de tempo, dinheiro e energia mental. A punição é atrapalhar as atividades acadêmicas e extra-acadêmicas, impedir meu empenho nas atividades que venho desenvolvendo, a quase inviabilização dos estudos universitários”. Mas, a despeito da pressão constante, a média geral de Danilo na USP é de 9,4. O maior dano é de ordem psicológica: “Esse quadro de tensão criado por essas perseguições me fez procurar ajuda psicológica. Há um ano estou em tratamento. É um agravante para as pessoas que têm já alguma predisposição a afetações emocionais. Em alguns momentos entrei em estado de ansiedade crônica, meus amigos entraram em depressão”, lamenta.

Rafael Alves também assume que se torna cada dia mais difícil viver em meio às pressões e processos. “Eu vivo com medo aqui. Depois de estabelecer o convênio com a polícia, parte da Guarda Universitária, aliada ao Ronaldo Pena, ficou mais truculenta. Tenho medo de andar sozinho e acontecer qualquer coisa comigo”. O estudante conta que já teve acesso a relatórios da Coseas referentes a ele que expunham desde suas participações em assembleias e atos políticos até detalhes da vida pessoal, como a que horas havia dormido, quem o visitou etc.

Inicialmente procurada para prestar esclarecimentos sobre o episódio de ocupação da Coseas — por exemplo, se haveria alguma intenção de aumento de nú-

mero de vagas no Crusp diante da demanda crescente; se houve tentativa de diálogo com os estudantes; se o decreto 52.906/72 não estaria ultrapassado — a Reitoria da USP, mais uma vez, preferiu não estabelecer contato com a *Revista Adusp*.

O professor César Minto, vice-presidente da Adusp, compara a atual gestão da Reitoria às antecedentes. “Essa gestão está exacerbada em relação às anteriores, em especial a do professor [Adolpho] Melfi, a ponto de estarmos vivendo situações-limite hoje. Rodas encarna o que há de mais conservador e também a intolerância a qualquer resistência existente na Universidade”. Thiago Aguiar, do DCE, contesta as alegações do reitor a propósito da expulsão dos alunos: “Eles não são suficientes para desfazer a plena impressão de que se trata de um processo puro e simplesmente arbitrário para punir aqueles que se organizam e reivindicam mudanças na Universidade”.

Na opinião do professor Ciro Correia, a grande diferença entre a gestão Rodas e todas as anteriores é uma postura “claramente policialesca para tratar as questões e os conflitos na Universidade, que não víamos com essa força e regularidade anteriormente”. Ele considera a falta de articulação entre os movimentos universitários (estudantes, docentes e funcionários) um dos fatores que facilita a desenvoltura do conservadorismo: “As dificuldades que a gente enfrenta são enormes.

Vivemos hoje um momento de esgarçamento. Temos um Estado supostamente democrático, de que as pessoas se valem para adotar uma atitude absolutamente policialesca e injustificável na sociedade em geral e, em particular, na Universidade”.

Não é de hoje que a Universidade de São Paulo (USP) vive momentos de tensão. Historicamente, sempre se fez presente o controle ideológico da Reitoria sobre a comunidade universitária, especialmente por meio de perseguições políticas com o objetivo de colaborar com a aniquilação dos opositores da Ditadura (vide a instalação da AESI no próprio Gabinete do Reitor durante a gestão de Miguel Reale, 1969-1973) e de desmontar o movimento interno de democratização da universidade.

Nos meses de março e abril, esse cenário opressivo ganhou mais tons carregados. Primeiro, quando foi anunciada a nomeação de três coronéis reformados da PM para chefiar a recém-criada Superintendência de Segurança (“SS”?) da universidade (deslocando o onipresente Ronaldo Pena, agora reduzido à condição de “assessor” do novo órgão). Segundo, quando os 73 estudantes presos em 2011 na desocupação da Reitoria e os 12 detidos na reintegração do Coseas em 2012 passaram a receber mandados de “citação e intimação” e portarias do reitor dando-lhes ciência de que estão sendo processados e sujeitos à pena de “eliminação” da USP.

PRISÕES, EXPULSÕES, ESPIONAGEM. EIS A “USP TOLERÂNCIA ZERO”

Pedro Estevam da Rocha Pomar e Flávia Telles
Equipe da Revista Adusp

A escalada de intolerância na USP iniciou-se em setembro de 2011, quando o reitor Grandino Rodas assinou convênio com a Secretaria de Segurança Pública para aumentar a presença da PM no campus do Butantã a pretexto de coibir a criminalidade. De lá para cá ocorreram vários incidentes envolvendo PMs e estudantes; uma operação militar de envergadura para reintegrar a posse do prédio da Reitoria; outras duas reintegrações (DCE e Coseas); detenção de 85 estudantes; expulsão de 6 alunos; processos contra dirigentes do Sintusp e da Adusp... E um escândalo de espionagem institucional que a Reitoria finge desconhecer



A disposição do reitor João Grandino Rodas de resolver *manu militari* os seus conflitos com as entidades representativas e o movimento estudantil da USP adquiriu visibilidade máxima no decorrer da madrugada de 8 de novembro de 2011, quando a Polícia Militar, atendendo a um mandado de reintegração de posse emitido pela justiça a pedido do Magnífico, empregou metade de um batalhão — cerca de 400 policiais do Batalhão de Choque e da Cavalaria, do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE) e do Grupo de Operações Especiais (GOE) — e um helicóptero Águia para desocupar o prédio da Reitoria, que um grupo de alunos havia ocupado dias antes.

A ocupação da Reitoria por estudantes foi uma reação à decisão de Rodas de firmar convênio com a Secretaria de Segurança Pública, em setembro de 2010, para patrulhamento do campus do Butantã por contingentes da PM; e, particularmente, uma resposta à detenção de três alunos acusados de fumar maconha. A desocupação, por sua vez, foi um espetáculo planejado, destinado a impressionar e intimidar, e contou com a anuência do governador e seu apoio explícito: “Os estudantes precisam ter aula de democracia” (*Jornal da Tarde*, 8 de novembro), pontificou Geraldo Alckmin (PSDB). Embora governo e PM tenham alardeado o caráter supostamente cirúrgico da operação, com uso limitado de força física, alunos foram agredidos no Conjunto Residencial (Crusp) e, dentro da Reitoria e a distância segura das lentes dos re-



Operação da PM na USP, 8/11/2011

pórteres de imagem, uma aluna foi espancada por PMs da tropa de choque. Encerrada a desocupação, 73 pessoas foram detidas e conduzidas ao 91º Distrito Policial (DP).

No dia 19 de fevereiro, domingo de Carnaval, quando se encontrava deserto o campus central, nova operação da PM foi desfechada, desta vez contra os estudantes que haviam ocupado salas da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas) para fazer delas moradias. Doze alunos foram presos, inclusive uma grávida e uma menor de idade. De início, o noticiário da mídia atribuiu caráter pacífico à ação policial, novamente respaldada por mandado judicial; mas vários depoimentos con-

testaram a versão oficiosa. Porém, de certo modo, a maior violência ocorrera já em dezembro de 2011, quando o reitor “eliminou” (conforme a terminologia do Regimento Geral de 1972, ainda em vigor) seis alunos implicados na ocupação da Coseas, ao final de um simulacro de processo disciplinar. O assunto será retomado mais à frente; mas assinamos aqui que em 2 de março foi publicada a liminar de reintegração de um desses alunos.

No final de fevereiro de 2012, a gestão Rodas escolheu um novo alvo: anunciou, em carta ao jornal *O Estado de S. Paulo* com a qual respondeu a um editorial, a interpe- lação judicial de todos os dez mem-

K., UMA TRAGÉDIA BRASILEIRA

Que sociedade é esta, que se recusa a enterrar uma Ditadura formalmente extinta há quase três décadas? Essa é uma das indagações suscitadas pela leitura de *K.*, primeira incursão do jornalista, professor universitário aposentado e veterano autor Bernardo Kucinski nos territórios da ficção. “Ficção”? Talvez não seja esta a melhor definição para o livro de Bernardo. Como ele mesmo explica: “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”.

K., o protagonista central, é o pai de Bernardo. *K.* sai em busca da filha Ana Rosa, militante de um grupo armado de oposição à Ditadura Militar, que desaparece sem dar notícia. As dolorosas andanças desse pai em desespero são o *leitmotif* da narrativa. Melhor dizendo, são o sujeito oculto, por assim dizer, das várias narrativas paralelas de que se constitui o livro, que compõem um mosaico de personagens dos anos Setenta, envolvidos e arrastados pelas atrocidades da Ditadura Militar, tal e qual fizeram as criaturas de Dante nos círculos do Inferno.

Bernardo retrata impiedosamente a frieza com que o círculo de amigos e conhecidos mais próximo de *K.*, um judeu cultor do iídiche, recebeu o seu drama pessoal e dele se dissociou. O submundo dos informantes da Polícia, a sordidez de certos comportamentos, a solidariedade de dom Paulo Evaristo Arns, tudo comparece para reinventar a tragédia que marcou a vida de *K.* e de sua família. Também cita — pela voz de uma testemunha — a “Casa da Morte”, em Petrópolis, onde presos políticos sentenciados à morte pelos órgãos de repressão eram



executados e tinham seus corpos esquartejados para que não fossem localizados. Este capítulo, “A Terapia”, é um dos mais cortantes, a dilacerar almas, a clamar por justiça.

Impressiona, para quem já conhece algo da história dos grupos que lutaram contra a Ditadura Militar, o capítulo final, “Mensagem ao companheiro Klemente”. Ana Rosa e seu companheiro militavam na Ação Libertadora Nacional (ALN). O autor da mensagem, “Rodriguez”, dirige-se a um dos líderes remanescentes do grupo, que foi desmantelado pelo regime militar, para discutir a sorte da organização

e os erros cometidos. Tão grande é a verossimilhança alcançada que houve quem procurasse Bernardo, acreditando tratar-se de um documento real!

“Quase tudo aconteceu”. Ana Rosa Kucinski Silva, a irmã de Bernardo, era professora do Instituto de Química (IQ) da Universidade de São Paulo. Seqüestrada pelo DOI-CODI do II Exército, foi assassinada com seu companheiro Wilson Silva. Embora todos no IQ soubessem que sua ausência no campus estava de algum modo relacionada à sua militância política, e que ela poderia estar presa ou morta, Ana Rosa foi demitida da USP por “abandono de emprego”, por decisão da Congregação do instituto (*Revista Adusp* 49, p. 82).

O episódio da demissão da filha de *K.* é relatado à página 147 do livro, em capítulo intitulado “A reunião da Congregação”, que publicamos a seguir.

Pedro Estevam da Rocha Pomar
Editor da *Revista Adusp*

A REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO

Bernardo Kucinski



MORNING

Em torno da mesa de mogno, longa, pesada, de bordas entalhadas, como deve ser a mobília de uma universidade, sentam-se oito ilustres professores do Instituto de Química, chefes de departamento, cientistas de renome, entre eles Ivo Jordan, especialista na separação isotópica do urânio; Newton Bernardes, conhecido na física dos materiais e Metry Bacila, pioneiro da biologia marinha. O Instituto de Química notabilizou-se pelo rigor científico, influência dos alemães Heinrich Hauptmann e Heinrich Rheinboldt, fundadores da química no Brasil, para onde vieram fugindo do nazismo.

No momento desta reunião, o Instituto tem apenas cinco anos de existência. Giuseppe Cilento, que coordenou sua criação juntando departamentos e pesquisadores dispersos em diferentes unidades da Universidade de São Paulo, também está na reunião. Construído com dinheiro da Fundação Ford, o imponente Conjunto das Químicas, como é mais conhecido, ocupa toda a colina leste do campus.

Esta é a 46ª reunião mensal da Congregação, órgão supremo do Instituto. Estamos no dia 23 de outubro de 1975. Passaram-se dezoito meses desde o desaparecimento da filha de K., lotada nos quadros

da universidade como professora assistente doutora. Na ordem do dia, consta o processo 174.899/74 da Reitoria pedindo a rescisão do seu contrato “por abandono de função”, conforme o inciso IV do artigo 254 do Regimento. Outro item da ordem do dia é a proposta de recontração do professor aposentado Henrique Tastaldi, por coincidência um dos três membros da comissão processante que pede a demissão da professora.

Este relato foi imaginado a partir da ata da reunião, transcrita nos trechos citados a seguir. Muitos anos depois, a Reitoria anunciaria de público a injustiça da demissão da professora. Mas nunca admoestou nenhum dos envolvidos, nunca resgatou suas dívidas com a família. Os presentes a esta reunião da Congregação nunca se desculparam.

Preside a reunião o Diretor do Instituto, professor Ernesto Giesbrecht, patriarca da química brasileira, membro da Academia Brasileira de Ciências, comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, discípulo e orientando do próprio Rheinboldt. Giesbrecht já morreu. Não sabemos o que passou pela sua cabeça durante a reunião, podemos apenas imaginar.

Vai ser uma reunião penosa, espero que passe rápido. Afinal, foi um

ultimato. Se o Heinrich estivesse vivo, não acreditaria. Ele, que fugiu da Alemanha por causa da família judia de sua mulher. Tenho a certeza de que agiria como eu; afinal, ele fundou o departamento de química e não gostaria de ver tudo destruído por causa de uma única pessoa, além disso, uma professora comum, apenas com o grau de doutor. Se fosse um titular, um livre docente, mas uma mera professora doutora... química é liderança, temos que preservar as lideranças. Ainda bem que a votação é secreta, assim ninguém se expõe, ninguém vai saber quem aprovou a demissão. Espero que dê tudo certo.

O que ele efetivamente disse está na ata:

“É grande minha satisfação em receber pela primeira vez como membro da Congregação o professor doutor Otto Richard Gottlieb, recentemente empossado no cargo de professor titular junto ao departamento de Química Fundamental, é uma honra este colegiado poder contar com sua colaboração. Tendo sido aprovada por unanimidade a ata da 44ª reunião, passemos à ordem do dia que tem como primeiro item a recontração do professor aposentado Henrique Tastaldi.”

O professor Francisco Jerônimo Sales Lara, oriundo da Faculdade

de Filosofia, cogita pedir a palavra. Por enquanto pensa. Imaginemos que pense assim:

Esse malandro do Tastaldi; agora vai acumular a aposentadoria com salário de professor titular. Aprovam a recontração e, em troca, ele reafirma os termos da comissão processante. É o seu prêmio pela cumplicidade com a repressão. Na Filosofia isso nunca teria acontecido. Todo mundo sabe que a professora foi presa pelos órgãos de segurança. O pai esteve aqui, teve anúncio em jornal, reportagem, a lista dos vinte e dois desaparecidos do cardeal. Meu Deus, onde é que eu vim parar. Esse antro de reacionários e gente sem espinha, e dizer que a maioria são judeus fugidos do nazismo ou seus orientandos.

Agora Sales Lara pede para falar. Mede cada palavra. A ata registra:

“Indubitavelmente o professor Tastaldi é uma figura histórica que muito contribuiu para o desenvolvimento da nossa bioquímica. Além disso, possui qualidades pessoais que o tornam pessoa querida por todos. Não obstante, julgo que sua contratação pelo instituto de Química não é oportuna. Sou contrário à recontração de professores aposentados e acho que isto somente é justificável quando houver total impossibilidade de substituição, este não é o caso atual, há muitos doutores e pós-doutores de alto nível tanto no país quanto no exterior que se interessam pelas condições que podemos oferecer, é nossa obrigação dar oportunidade de carreira universitária a esses elementos.”

O eminente professor Metry Bacila pede a palavra. A ata registra:

“Não poderia furtar-me ao dever de lembrar a marcante contribuição do professor Tastaldi à Universidade de S. Paulo, à qual dedicou toda uma vida de labor na pesquisa, no ensino e na preparação de futuros docentes, por outro lado deve ser lembrado também o entusiasmo com que o professor Tastaldi se dedicou à reforma da universidade, tendo contribuído com seu descortínio de professor ilustre, graças a um espírito universitário poucas vezes encontrado dentro da própria universidade... poderia ela vangloriar-se de poder contar como um dos membros do corpo docente...”

O professor doutor Guisepe Cilento pede a palavra. A ata registra:

“Não posso deixar de expressar também a minha gratidão pela sólida ajuda que recebi do professor Tastaldi durante todo o meu mandato na chefia do departamento.”

O professor Lúcio Penna de Carvalho Lima pede a palavra:

“Há poucos dias todos lamentamos a aposentadoria do doutor Lúcio Penna de Carvalho, mas a política do Instituto tem sido a de não recontração de professores aposentados.”

Colocada a proposta do departamento de bioquímica em votação secreta, verificou-se o resultado, apurado pelos professores Gilberto Rubens Biancalana e Yukio Miyata, de doze votos favoráveis e três votos contrários. Desse modo foi aprovada a proposta por 2/3 do número de membros da Congregação em efetivo exercício.

“Passemos agora ao próximo item da pauta, a proposta de rescis-

são de contrato da professora. Esclareço ao plenário que a professora doutora a partir de 23 de abril de 1974 deixou de comparecer ao instituto. A ocorrência foi levada aos órgãos competentes da Reitoria que, consultados como proceder no caso, em face da legislação vigente, mandaram abrir processo administrativo. Da comissão processante participaram, além do Dr. Cássio Raposo do Amaral, membro do corpo de advogados da Consultoria Jurídica, os professores Doutores Henrique Tastaldi e Geraldo Vicentini, tendo essa comissão proposto a dispensa da docente por abandono de função, devendo ser votado por esta Congregação nos termos da legislação vigente.”

Giesbrecht se mexe na cadeira, como por desconforto; continuemos a imaginar o que pode ter pensado nessa etapa da reunião:

Reunião desagradável esta. É verdade que nunca fui com a cara dessa menina e nem ela era brilhante, mas era séria, muito esforçada; sua pesquisa do Molibdênio para o doutorado não foi das mais fáceis e ela deu conta. Mas que alternativa temos? Dizem que o telefonema da Reitoria foi claro. Vocês tem até o final da semana para cumprir o regulamento e demiti-la. Estava até demorando esse ultimato. Sei que já saiu até no jornal que ele foi desaparecida mas não há prova. O governo nega. É claro que se eles a desaparecerem tinham que negar. Mas vai saber em que se meteu. O regulamento é claro e taxativo. E mais, como Diretor do instituto, se não demitir posso ser acusado de prevaricação. Isso se não for acu-

sado de coisa pior, de cumplicidade com subversivos ou algo parecido. Sempre o nosso dever, como cientistas, é o de preservar a instituição. Não dar pretexto a uma intervenção ou cassações. Afinal, essa menina não tinha o direito de pôr em risco uma instituição importante como a nossa.

Na outra ponta da mesa, outro fundador do departamento, o professor Gottlieb, o mais velho de todos, tenta adivinhar o que vai pela cabeça de seu colega e rival acadêmico. Gottlieb é judeu e saiu da Tchecoslováquia quando da ocupação alemã. No Brasil implantou os vários laboratórios de pesquisa de produtos naturais. Pode estar pensando mais ou menos assim:

*Sei que o Diretor recebeu um ultimato do jurídico; demitir a professora até o final da semana. Eu até que simpatizava com essa menina. Esforçada. E muito mais culta do que os outros. Um dia a encontrei lendo *A montanha mágica*. Sua fisionomia, um pouco sofrida, sempre me lembrava a prima Esther, que nunca se acostumou com o exílio. Um crápula esse Giesbrecht, *eine schlechten character*, e dizer que foi discípulo do Heinrich, devia ter batido o telefone na cara de quem ligou; onde já se viu, em vez do jurídico valer-se do prestígio da universidade para forçar as autoridades a fornecer alguma informação, a dizer qual é a acusação contra ela, fazem o oposto, demitem como se fosse relapsa e não como se tivesse sido sequestrada, ou seja, ajudam a encobrir o sequestro. *Scham*, uma vergonha. O problema é que ele é o chefe e fica muito difícil a gente se opor... *schwein*¹.*

O representante dos professores assistentes, Gilberto Rubens Biancalana, chegara atrasado à reunião e agora cogita falar mas não pede a palavra, talvez de medo. Deve ter pensado o seguinte:

Os colegas se apavoraram quando falei em fazer uma reunião para discutir nossa posição. Agora tenho que decidir o voto sozinho. Não vou arriscar toda a minha carreira por causa de uma professora que nem conheço bem, metida sei lá em quê. Se o Giesbrecht e o Gottlieb propuserem alguma outra coisa, um adiamento, uma outra solução, eu sou até capaz de apoiar, mas assim sozinho... ou esse Newton Bernardes, que veio da Física. Já é livre docente, sempre está em cargos importantes... tem nome, prestígio.

Miriam, representante dos auxiliares de ensino, não fala. Pensa bem da professora, uma das mais esforçadas e assíduas, mas está com medo:

Muito triste o que aconteceu. Terrível. Não entendo porque esses figurões calaram-se todo esse tempo. Este foi o erro. Se tivessem gritado logo que ela desapareceu, talvez as coisas tivessem se invertido, era o instituto que estaria acionando a Reitoria, exigindo que botassem pra fora aqueles filhos da puta do DOI-CODI que estão instalados lá dentro, e não o jurídico pressionando o departamento. Toda essa conversa fiada do processo, falando em "conjunto probatório", fiando-se na mensagem do Falcão. E eu aqui, sem respaldo de ninguém, tendo que participar dessa farsa. Devia ter faltado, inventado uma desculpa e faltado. Por que não se levantam todos

e dizem não? É um acinte, sequestram a pessoa e ainda a acusam de faltar ao emprego.

O professor Luiz Roberto Pitombo não fala. Talvez por causa de um raciocínio frio do tipo:

Não sei em que essa menina estava metida. Nunca quis se abrir comigo e nem eu quis perguntar. Desconfio que é coisa pesada, esquerdismo inútil, falta de visão estratégica. Mesmo assim, é claro, temos que ser solidários e denunciar a repressão. O problema é a situação neste conselho, neste instituto. Não tem sentido se queimar num caso individual. Nossa luta tem um horizonte mais amplo, um valor estratégico. É um erro e é uma pena. Mas, na correlação de forças dada, um voto contrário, isolado, nada vai resolver e ainda vai prejudicar a nossa causa.

O professor Giesbrecht explica ao professor Pitombo que a comissão decidiu segundo o conjunto probatório, como está no relatório, e deu maior peso à declaração do ministro Armando Falcão de que não consta registro de a professora ter sido presa.

Passou-se à votação secreta do relatório propondo a demissão da professora. Foi aprovado por treze votos favoráveis e dois votos em branco e assim encaminhado ao magnífico reitor, Orlando Marques de Paiva. Dois dias depois o desligamento da professora foi publicado no *Diário Oficial* por ato do senhor governador do Estado, Paulo Egydio Martins, outro que nunca se desculpou.

Nota

¹ Schwein: xingamento em alemão, significa "porco".



Manifestação de familiares pela Comissão da Verdade, em São Paulo

nos realizada em San José, na Costa Rica. O Brasil, porém, que vivia o período da Ditadura Militar, só viria a assinar a Convenção em setembro de 1992 e ainda assim o fazia parcialmente. Num primeiro momento, não reconhece a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, o tribunal desse sistema), mas apenas de sua Comissão. Em dezembro de 1998, finalmente, o Brasil passa a ser signatário também da Corte; com ressalvas, mais uma vez. Afirma que ela só poderá julgar fatos e crimes ocorridos após a data de assinatura, em 1998. E é exatamente com essa baliza que o Estado brasileiro trabalha (ou não), até hoje, os crimes da Ditadura.

Marlon Weichert, procurador regional da República em São Paulo, explica que apenas em 2008, ou seja, quase 13 anos depois, a Comissão apresentou um Relatório de Mérito, responsabilizando o Estado brasileiro pelas violações

de direitos humanos referidas no processo. O país, por sua vez, pediu prorrogações para cumprir as recomendações da Comissão e chegou até a propor o arquivamento do processo.

Em março de 2009, a Comissão, considerando que Brasil não havia cumprido suas determinações, enviou o processo à CIDH. A sentença deste tribunal saiu no dia 24 de novembro de 2010 e o país foi notificado no dia 14 de dezembro do mesmo ano. A partir da notificação, teria o prazo de 12 meses para cumpri-la; ou, no mínimo, mostrar que está trabalhando no sentido de cumpri-la.

A sentença da Corte exige do Estado brasileiro “investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e determinar o paradeiro das vítimas”. Indica ainda que “a prática de desaparecimentos forçados é um crime contra a humanidade”. Ordena que o Estado

deve “realizar, por meio da jurisdição de direito comum, uma investigação judicial completa, efetiva e imparcial dos desaparecimentos forçados (...) a fim de identificar os responsáveis intelectuais e materiais dessas violações e sancioná-los criminalmente”.

Frisa ainda que o país deve levar em consideração que crimes contra a humanidade e que lesam os direitos humanos, são “imprescritíveis” e, portanto, “não podem ser objeto de anistias”. Assim, toca na questão da Lei de Anistia e nas leis de sigilo eterno de documentos referentes ao período da Ditadura Militar, que não podem ser, segundo a sentença, “obstáculo para a persecução penal contra graves violações de direitos humanos”. Além disso, os familiares devem ter pleno acesso a todas as etapas do processo e os resultados dessa investigação tem de ser publicados para que toda a sociedade brasileira conheça sua história.

“Parece que o Brasil vai desconhecer a sentença da Corte Interamericana. O Estado brasileiro trata de modo cruel os familiares dos desaparecidos políticos, é uma tortura moral e psíquica continuada”, diz Marlon Weichert

A sentença chama a atenção também para o “direito dos familiares das vítimas de identificar o paradeiro dos desaparecidos e (...) saber onde se encontram seus restos”, afinal, “receber os corpos das pessoas desaparecidas é de suma importância para seus familiares, já que lhes permite sepultá-los de acordo com suas crenças, bem como encerrar o processo de luto vivido ao longo desses anos”.

Mais de um ano já se passou e, segundo o procurador Marlon, parece que o Brasil vai “desconhecer a sentença da Corte”. Ele alega que, até agora, “não há nenhum indicativo de que se tem um plano traçado para cumprir a sentença”. Pior do que isso, explica, foi a decisão do STF, em 29 de abril de 2010: “Eles já se antecipam dizendo que a Corte só pode votar crimes que ocorreram depois de 10 de dezembro de 1998”. Porém, continua, a impunidade dos crimes e, principalmente, o desaparecimento dos

corpos constitui crime continuado. “Pode ser julgado sim, pois é um crime que continua depois de 10 de dezembro de 1998. A sentença da Corte era óbvia, era como se afirmasse ‘já estamos cansados de explicar isso, que é um crime continuado, que segue sendo perpetrado’”. Ele explica que, segundo a sentença “o Estado brasileiro trata de modo cruel e desumano os familiares dos desaparecidos políticos, é uma tortura moral e psíquica continuada”.

E completa: “a Advocacia Geral da União (AGU), ou seja, o advogado da Presidente da República, estará provocando o maior retrocesso já visto na questão dos direitos num período democrático nesse país se continuar afirmando que o Brasil não precisa cumprir a sentença da Corte, como vem fazendo até agora”.

Para o procurador, “está em jogo a construção do papel dos direitos humanos em nosso país e em todo o continente americano”. O Brasil é o principal país membro signatário da Convenção e de parte da Corte, uma vez que os Estados Unidos jamais assinaram a Convenção. Se o Brasil não cumprir a decisão “abrirá uma premissa gravíssima, que me preocupa como cidadão”, alerta.

Foi esse o enfoque, o de crime continuado, que levou um grupo de procuradores da República a abrir processo, em Marabá (PA), contra o coronel da reserva Sebastião Curió, um dos mais ferozes oficiais do Exército a agir no Araguaia. Curió foi responsabilizado pelo seqüestro e desaparecimento de cinco guerrilheiros. Com rapidez inusitada, um juiz de

primeira instância rejeitou a ação, mas o processo deve chegar ao STF.

Nadine Borges, secretária nacional para a Promoção dos Direitos Humanos, da SDH, afirma que há uma clara disposição do Estado em cumprir a sentença da juíza Solange Salgado sobre os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia

Cecília Coimbra, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM-RJ), concorda com Weichert: “A única coisa que está realmente sendo feita por parte do Executivo é a formação de comitês nos estados para apoiar a Comissão da Verdade”. Até agora já existem comitês em pelo menos 19 estados. Ela explica: “Companheiros nossos estão ouvindo esse canto da sereia e embarcando nisso. E a formação desses comitês é perversa porque está sendo usada pelo Executivo para dizer ‘vejam só como a sociedade civil está nos apoiando’”.

Segundo Marlon, a Comissão da Verdade é, *no que diz respeito ao cumprimento da sentença*, uma farsa jurídica. A proposta da criação dessa Comissão havia sido aprovada em dezembro de 2008, na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos,

e incorporada, com alterações, ao 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), lançado em 21 de dezembro de 2009. Em 13 de maio de 2010 o projeto foi enviado ao Legislativo. Para Cecília, nos moldes em que está formatada é uma Comissão da Verdade “deformada e distorcida”, quase um pacto com o que foi permitido pelos militares de plantão. “É como se o Executivo dissesse: é isso que é possível hoje”. Para ela, na prática, o Estado está “empurrando com a barriga” as determinações da Corte. Está fazendo buscas no Araguaia que não vão chegar a lugar algum, “puro *mis-en-scène* para os familiares”.

Nadine Borges, secretária nacional para a Promoção dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tenta explicar o que o executivo tem feito. É ela quem coordena o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) e o plano de implementação da sentença. Apesar de afirmar que existe sim esse plano, diz que não há nada escrito e traçado, um documento sintetizando essas ações, só documentos “internos” e “portarias específicas publicadas no *Diário Oficial da União*”. Tudo isso, porém, já teria sido “formalmente apresentado aos familiares, ao GTNM-RJ e ao Cejil” (Centro Internacional pela Justiça e o Direito Internacional, na sigla em inglês).

A secretária afirma que há uma clara disposição do Estado em cumprir a sentença e um acompanhamento permanente dos familiares ao longo de todo esse processo. Exatamente o oposto do que alguns familiares e o próprio GTNM-RJ

afirmam. Sobre essa clara oposição, ela alega que “devido à dívida histórica do Estado com esses familiares e grupos” entende por que não reconhecem isso; mas, ressalta, “uma coisa é dizer que o Estado nada apresentou, outra coisa é não reconhecer o que apresentamos”.

Dentre os pontos da sentença que afirma que já estão sendo trabalhados está o “tratamento médico e psicológico” dos familiares de desaparecidos. Além disso, afirma, “enquanto estamos fazendo essa entrevista há um grupo em Xambioá, com representantes do Ministério Público Federal, do Executivo, da Polícia Federal e da comissão de familiares acompanhando buscas na região da Guerrilha do Araguaia”.

“Estamos fazendo as mesmas perguntas há mais de 30 anos. Onde aconteceram essas mortes, como, qual a data e os responsáveis. Essas pessoas têm de ser responsabilizadas”, adverte Cecília Coimbra.

“Se serão punidos ou não, a justiça vai decidir; antes eles têm de ser conhecidos”

Marcelo Zelic, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, concorda com Cecília Coimbra e Marlon Weichert: “Até agora, é muito pouco o que tem sido



Marlon Weichert

feito. E não se pode cumprir pontos ou uma parte da sentença, ela tem que ser cumprida por inteiro”. Assim, afirma, o governo brasileiro está com um grande problema nas mãos. O STF decidiu não rever a Lei da Anistia e manter torturadores e assassinos intocáveis, e a AGU ratificou a decisão, afirmando que a última instância é o STF. “Mas o Brasil, como país membro da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, precisa cumprir a sentença. E se não rever a Lei da Anistia não vai desobstruir a Justiça e não vai conseguir cumprir todos os pontos”, explica. “A AGU, ao afirmar que o STF é a última instância de decisão, mente ao povo brasileiro”.

Nadine Borges, contudo, insiste que essa questão “é específica do Poder Judiciário”, ao mesmo tempo em que admite que, para o cumprimento de todos os pontos da sentença da CIDH, deve haver “uma discussão conjunta dos três Poderes”.

Daniel Garcia

**Helenalda Resende**

As histórias precisam ser contadas, as memórias afirmadas e os documentos abertos. “Estamos fazendo as mesmas perguntas há mais de 30 anos. Onde aconteceram essas mortes, como, qual a data e os responsáveis. Essas pessoas têm de ser responsabilizadas”, adverte Cecília Coimbra. “Se os responsáveis serão punidos ou não, a justiça vai decidir; antes eles têm de ser conhecidos”.

No entender do artista gráfico Ary Normanha, ex-presos político, a tarefa que cabe agora aos grupos de defesa dos direitos humanos consiste em “desenvolver junto à sociedade cursos de formação para a construção de um Brasil justo e consciente”, pois “a verdadeira história do Brasil precisa ser escrita, estudada, discutida com a sociedade civil e a militar, para a formação de cidadãos comprometidos com o país”. Porém, para esse membro da Associação Cultural Nelson Werneck Sodré, é essencial que a Lei de Anistia, que neste ano comple-

ta 32 anos, seja revogada, já que “por motivos óbvios impede a investigação e conseqüente punição dos agentes de Estado, militares e civis, que cometeram crimes de tortura, seqüestro, assassinatos e desaparecimento de corpos”. A Lei de Anistia é incompatível com as necessidades históricas do Brasil hoje, reforça Normanha.

A não responsabilização dos crimes de ontem, segundo Cecília Coimbra, “aduba, alimenta e fortalece as violações de direitos humanos hoje”. São os efeitos dos crimes que ficaram impunes refletindo-se em nosso presente. “Neste minuto alguém está sendo torturado em algum estabelecimento oficial”, denuncia ela. “Não é a verdade que ameaça a democracia, mas sim a persistência da impunidade”, arremata Noronha.

Organizações e indivíduos de 19 Estados aderiram à campanha “Cumprase”, lançada em 14 de novembro de 2011, primeiro aniversário da decisão da CIDH. O objetivo, mais uma vez, é pressionar o Estado brasileiro para que a sentença seja cumprida

Quatro dias depois de lançada a campanha, e logo após a sanção da Comissão da Verdade, pela presidente Dilma Rousseff, Navi Pillay, alta comissária dos Direitos Huma-

nos da ONU, frisou a importância de “medidas adicionais para facilitar o julgamento dos supostos responsáveis por violações dos direitos humanos” durante a Ditadura e ainda afirmou que entre essas medidas deveria haver “a promulgação de uma nova legislação para revogar a Lei de Anistia de 1979 ou para declará-la inaplicável por impedir a investigação e levar à impunidade”.

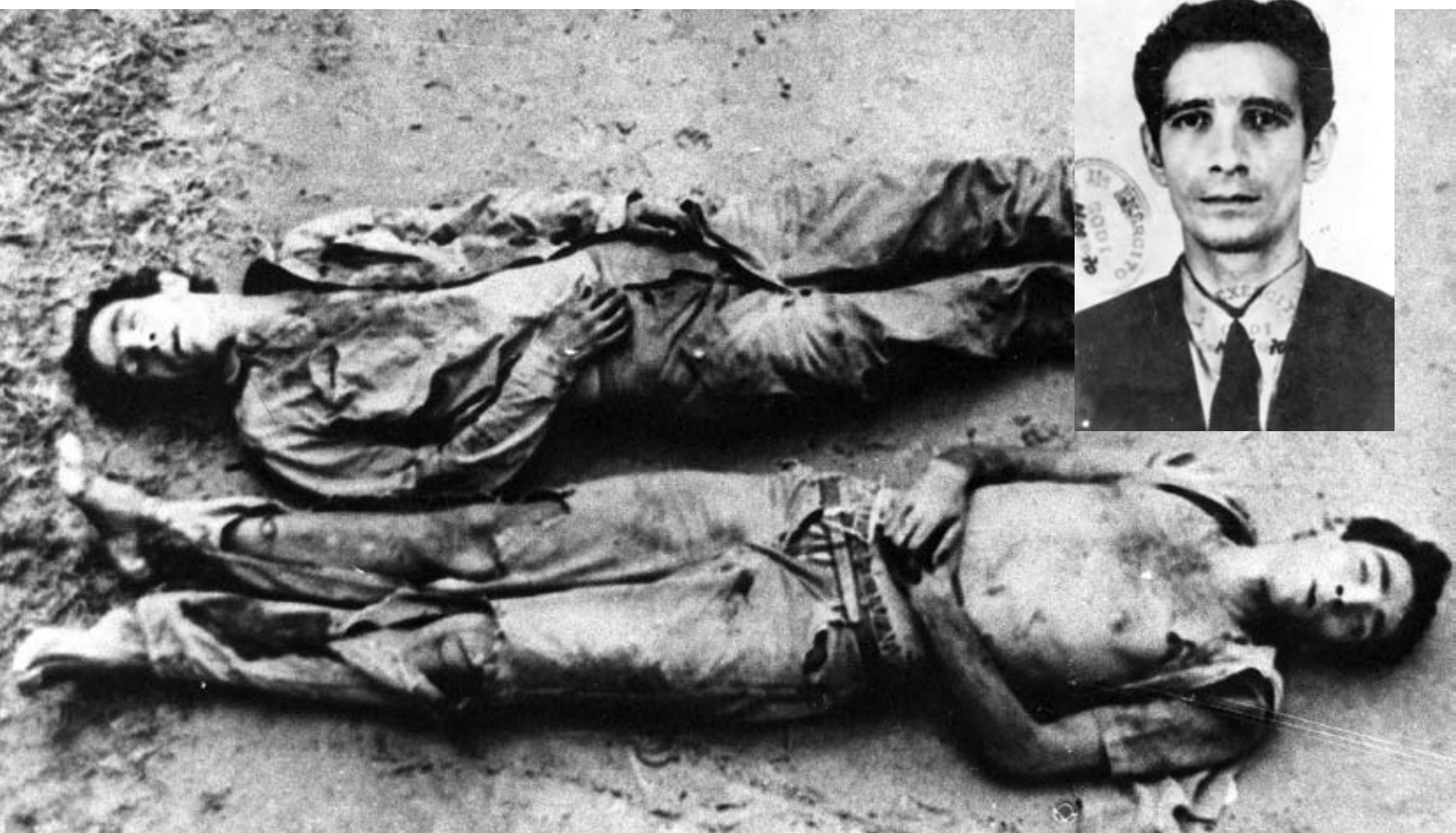
O que o Brasil fez até agora? Doze meses da sentença já se passaram. Nos 21 anos da Ditadura Militar mais de 400 pessoas foram assassinadas, mortas sob tortura, e muitas delas seguem desaparecidas até hoje. Foram 25 mil presos políticos e quase 10 mil brasileiros obrigados a partir para o exílio. Os familiares continuam na luta, não desistem jamais. No mesmo debate em que falou Marlon Weichert foi homenageada Helenira Resende de Souza Nazareth, militante do PC do B desaparecida na Guerrilha do Araguaia. Na ocasião, sua irmã, Helenalda Resende, falou e recebeu cravos vermelhos – o símbolo dos heróis que tombaram. Em sua camiseta, dizeres representam bem a luta que segue, ininterrupta, até os dias de hoje: “a única luta que se perde é a que se abandona”.

Depois de quarenta anos e inúmeras negativas por parte do Estado brasileiro, eles insistem em lutar. Como afirma Cecília, “continuamos como em 1968, querendo o impossível”. E nessa toada seguem os familiares, tentando enterrar filhos, companheiros, pais e irmãos, em voz uníssona, pedindo que a justiça seja feita, e que a sentença seja cumprida.

LEMBRANÇAS DO CAPITÃO QUE VIROU GUERRILHEIRO E MORREU POR CONVICÇÕES

Fausto Salvadori
Jornalista

Reprodução

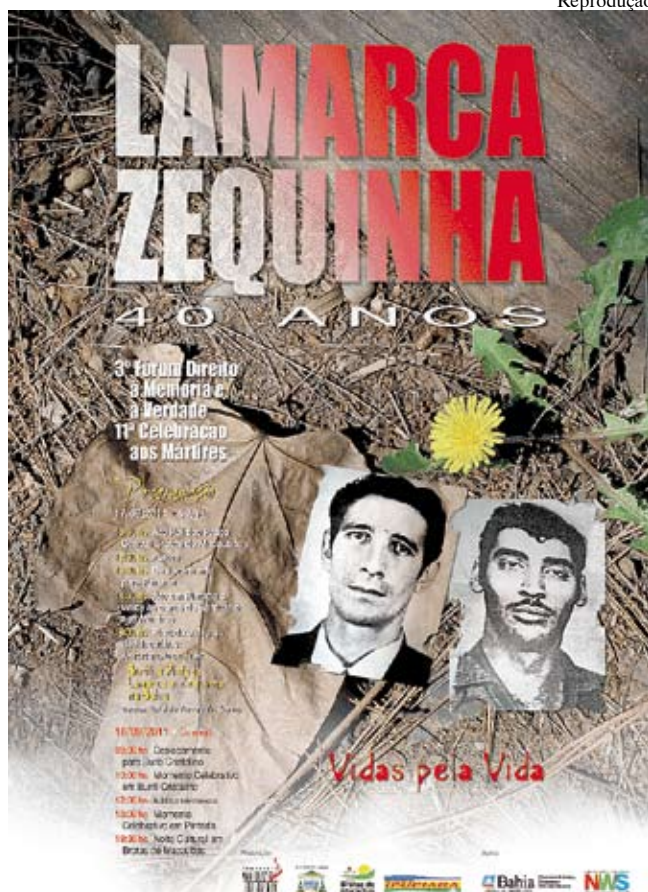


Homenagem a Carlos Lamarca revela que a memória do militar que virou guerrilheiro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) permanece incômoda para os saudosos do regime militar. E traz à luz as atrocidades da Operação Pajuçara, realizada pelas Forças Armadas em agosto e setembro de 1971 no longínquo povoado de Buriti Cristalino, no município de Brotas de Macaúbas, em pleno sertão baiano, e que resultou no assassinato de Lamarca e de seus companheiros Zequinha Barreto, Otoniel Campos Barreto e Luís Antônio Santa Bárbara

De todos os que se levantaram contra a Ditadura Militar entre 1964 e 1985, poucos nomes ainda incomodam tanto os saudosos do antigo regime quanto o de Carlos Lamarca (1937-1971), o oficial que trocou o Exército pela guerrilha.

Interpretado por um ator de prestígio, Paulo Betti, o capitão rebelde chegou a tornar-se tema de um longa-metragem, como Frei Tito, Zuzu Angel, Olga Benário, Luís Carlos Prestes. Dessa linha de filmes, contudo, “Lamarca” (1994) foi o único a enfrentar ataques de figuras remanescentes da ditadura — o general Nilton Cerqueira tentou, sem sucesso, proibir o filme na Justiça quando era secretário de Segurança Pública no Rio de Janeiro.

Entre as reparações concedidas pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a decisão referente a Lamarca — que concedeu ao antigo capitão a patente póstuma de coronel e permitiu à sua família receber pensão equivalente ao vencimento de um general-de-brigada — também foi a que mais incomodou os militares. Tanto que os clubes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica uniram-se numa ação judicial que, em 2007, conseguiu suspender tanto a promoção post-mortem como as indenizações para a família, por meio de uma decisão liminar que, quatro anos depois, ainda aguarda uma sentença em definitivo.



Material de divulgação da "Celebração dos Mártires"

Em 24 de setembro de 2011, a lembrança incômoda de Lamarca foi resgatada, mais uma vez, durante o evento “Quarenta Anos do Massacre de Buritis”, realizado no Memorial da Resistência, no centro de São Paulo. A homenagem celebrou tanto Lamarca como seus três companheiros assassinados no município de Brotas de Macaúbas, no sertão baiano: Zequinha Barreto (1945-1971), seu irmão Otoniel Campos Barreto (1951-1971) e Luís Antônio Santa Bárbara (1946-1971). Os quatro caíram em agosto de 1971, vítimas da Operação Pajuçara, uma ação conjunta envolvendo as três Forças Armadas que, segundo relatos de moradores, transformou o povoado de Buriti Cristalino na versão sertaneja de

um campo de concentração, com torturas e execuções públicas. A operação foi comandada pelo então major Nilton Cerqueira, o mesmo que, duas décadas depois, tentaria censurar o filme sobre o inimigo que ele matou.

“Lamarca é uma figura emblemática. Ele incomoda por denunciar a essência do regime militar, que foi a de colocar as Forças Armadas a serviço de uma ditadura”, afirmou Ivan Seixas, diretor do Núcleo de Preservação da Memória Política e do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, na abertura da homenagem. Para Seixas, a memória de Lamarca obriga as Forças

Armadas a encarar o fato de que os militares não estavam todos unidos em torno do projeto da repressão, como muitos prefeririam acreditar. “Uma boa parte das Forças Armadas não concordava com o golpe de 1964 e foi expurgada. Os militares se envergonham disso”, lembrou.

Lamarca é taxado pelo Exército como “desertor” desde que abandonou o 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna, em Osasco, para mergulhar na clandestinidade como militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em 24 de janeiro de 1969. O crime de deserção — alegado pela Justiça para negar a promoção póstuma e a indenização para a família — não deveria se aplicar a Lamarca, segundo Ivan, porque o capitão havia se insurgido contra



Litercínio Jr., prefeito de Brotas de Macaúba (BA), e Roque Aparecido

uma ilegalidade praticada pelos seus pares, “o crime de lesa-pátria que foi o golpe de 1964”. “Ele não desertou, mas continuou na luta como um oficial das Forças Armadas a serviço do povo brasileiro”, diz.

Buriti Cristalino, um povoado de 200 habitantes, viu-se tomado por 215 militares da Operação Pajuçara. Invadiram a casa da família Barreto, onde mataram Otoniel e Santa Bárbara. Chefe da família, José Barreto foi torturado durante dias diante da população, para contar onde o filho Zequinha se escondia

Magoada com os ataques a Lamarca, sua viúva, Maria Pavan, e os filhos, César e Cláudia, não quiseram participar da homenagem, mantendo a postura discreta que adotaram desde que retornaram ao Brasil, após a redemocratização, vindos de Cuba, onde passaram os Anos de Chumbo. Em nota, porém, a família denunciou a perseguição à memória do combatente: “Quando três clubes militares se unem contra uma brasileira de 74 anos de idade para lhe suprimir um direito inalienável, o direito de anistia de seu próprio companheiro, é porque chegamos ao caos silencioso e à ignorância de fatos amparados na alienação do poder judiciário de alguns magistrados”.

Durante o evento, a opção da família de Lamarca de evitar manifestações públicas foi questionada por Clara Charf, viúva do guerrilheiro Carlos Marighella (1911-1969) e presença certa em eventos relacionados a democracia e direitos humanos. “É

importante que a família de Lamarca também fale tudo o que sabe sobre aquele período, para fazer o resgate da verdade histórica”, disse.

Falar sobre Lamarca é ainda mais difícil para a população de Brotas de Macaúbas, onde o militar rebelado passou os últimos dois meses de sua vida. Após deixar em Salvador sua companheira, Iara Iavelberg (1944-1971), do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Lamarca havia seguido para o povoado de Buriti Cristalino, convidado por um outro militante do MR-8, Zequinha Barreto. Zequinha havia atuado como líder sindical em Osasco, na Grande São Paulo, onde fora preso e torturado, e agora estava de volta à sua terra natal para tentar implantar um foco de guerrilha rural, com a colaboração dos seus irmãos, Otoniel e Olderico, e do professor de adultos e crianças Luiz Antônio Santa Bárbara.

Durante a homenagem a Lamarca, a entrada do capitão em Buri-



Daniel Garcia

Antigos militantes da VPR se reencontram na homenagem a Lamarca

ti foi narrada por um emocionado Roque Aparecido Silva, sindicalista e diretor do Instituto Zequinha Barreto, em Osasco. “Na chegada, em 29 de junho, ele foi recebido por alguns companheiros camponezes. Nas festas juninas, tem uma tradição de soltar três rojões e para cada rojão fazer um desejo. Levaram três rojões para Lamarca. Ele soltou o primeiro e o desejo dele foi de que a revolução fosse vitoriosa no mundo, especialmente no Brasil. O rojão estourou. No segundo rojão, ele pediu para que miséria se acabasse no Brasil. Estourou. No terceiro, que ele fosse muito feliz com Iara Iavelberg. Deu xabu.”

Em 20 de agosto, menos de um mês após Lamarca desejar a felicidade para sua companheira, Iara morreria em Salvador. Oficialmente, ela teria se suicidado para não ser presa por agentes da repressão. Em 2005, uma análise pericial dos restos mortais da guerrilheira, feita pelo médico Daniel Romero Muñoz,

da Faculdade de Medicina da USP, apontou sinais de execução.

Oito dias após a morte de Iara, a Operação Pajuçara, criada para capturar “o inimigo número 1” da Ditadura, chegava a Buriti Cristalino. De uma hora para outra, o povoado de 200 habitantes viu-se invadido por 215 homens das três Forças Armadas, além de policiais federais, civis e militares. Invadiram a casa da família Barreto, onde mataram Otoniel e Santa Bárbara, além de balear Olderico. Durante dias, o chefe da família, José Barreto, foi torturado diante da população para contar onde seu filho Zequinha estava escondido com Lamarca. Zé Barreto era o “juiz de paz”, a principal autoridade moral do povoado. Havia construído a igreja e a escola, era em sua casa que as noivas se vestiam para o casamento e era seu Zé quem trazia o padre a Buriti para celebrar as festas religiosas. “Imaginem o que foi para a população ver aquele ho-

mem sendo torturado em praça pública”, comenta Aparecido.

A perseguição dos militares acabou em 17 de setembro de 1971, quando Lamarca e Zequinha, já bastante debilitados, foram descobertos na caatinga e executados por Cerqueira e sua tropa. Nos anos seguintes, o medo provocado pela ação militar deixou marcas, e ainda persiste

E houve outras histórias de abuso, como a sofrida por Abel, farmacêutico que arrancava dentes e fazia parto na região. Como fornecia

alimento para Lamarca, Abel temia revelar alguma informação caso fosse preso e torturado pelos militares que ocupavam a cidade, e tentou se matar enfiando o conteúdo de um frasco de Aldrin no ânus. Após quatro meses internado, Abel sobreviveu, mas com seqüelas, entre elas a cegueira. E é assim, cego e lúcido, que Abel conta sua história no curta *Massacre de Buriti Cristalino*, documentário de Maria Sena exibido no evento.

A perseguição dos militares acabou em 17 de setembro de 1971, quando Lamarca e Zequinha, já bastante debilitados, foram descobertos na caatinga e executados por Cerqueira e sua tropa. Nos anos seguintes, o medo provocado pela ação dos militares deixou marcas tão fundas que era como se a população local, sem saber, tivesse se encarregado de seguir a ordem baixada pela Censura Federal, em 22 de setembro de 1971, que proibia qualquer menção ao nome de Lamarca, uma vez que “qualquer referência favorecerá a criação do mito ou deturpação, propiciando imagem de mártir que prejudicará interesses da segurança nacional”.

“Durante quarenta anos, os moradores do município evitaram comentar o que tinha acontecido. Os mais novos não sabiam quem havia sido Lamarca ou Zequinha”, con-

tou, durante o evento, o prefeito de Brotas de Macaúbas, Litercílio Jr., do PT, que tinha dois anos na época da Operação Pajuçara.

Mesmo após a democratização, a herança do medo deixado pela presença militar continuou a ser manipulada pela elite política local. “Um soldado que havia colaborado com os militares durante o cerco a Lamarca conseguiu eleger a mulher vereadora por vários mandatos, ameaçando: ‘Se não votarem nela, eu chamo o comando de volta’”, contou a cineasta Maria das Graças Sena, esposa de Roque Aparecido. Até hoje, segundo ela, alguns moradores se recusam a receber agentes de saúde em casa e deixam de levar os filhos para re-

ceber vacina. Tudo por conta do medo.

Maria conta que foi a Brotas, em 2008, para documentar “a luta de Davi e Golias” que vinha sendo travada na disputa eleitoral pela prefeitura, entre um jovem político do PT e um representante do grupo político, ligado ao carlismo, que há anos comandava o município. Ali, resolveu ir além do documentário e engajar-se ela própria na disputa eleitoral. Ficou surpresa ao ver que o candidato de oposição, Litercílio Júnior, fazia uma campanha clandestina, sem comícios nem santinhos. “As pessoas não iam a comícios nem pegavam panfletinhos, porque ti-

nham medo de ficarem marcadas por apoiar a oposição”, conta.

“Ninguém queria ser identificado como eleitor da oposição porque tudo no município girava em torno do prefeito”, afirma Litercílio. Segundo ele, quem trabalhava na iniciativa privada temia o prefeito, que era dono da maior parte das empresas, e o mesmo acontecia com os servidores públicos, pois, “se um funcionário questionasse o poder local, era transferido para outro local do município de difícil acesso”. E dá para imaginar o que significa “difícil acesso” num município espalhado por 2.372 quilômetros quadrados sem boa infraestrutura de transporte público.

TERRORISTAS PROCURADOS



CARLOS LAMARCA
CLAUDIO PAULISTA COI



TEREZA TAVEIRAS
ISLAHIA NORZI

AJUDE A PROTEGER SUA VIDA E A DE SEUS FAMILIARES



MANOEL JOAQUIM DA SILVA
JOSUE LAGRO



JAIRO ALLEN LUZ
CIBRI

AVISE À POLÍCIA

Cartaz produzido pela Ditadura Militar

Reprodução

Todo ano ocorre em Ipujiara a “Celebração dos Mártires”, no local onde foram mortos Lamarca e Zequinha. E a prefeitura de Brotas realizou um concurso de redação sobre a luta de Lamarca, voltado aos alunos das escolas locais, que recebeu mais de mil inscrições

Para contornar as resistências da população, o grupo de Litercílio adotou a estratégia de fazer uma campanha secreta, indo de casa em casa, evitando aglomerações que chamassem atenção. As peças de propaganda eram mostradas, não entregues. “Não entregávamos os folhetos para as pessoas, para não deixar ninguém ‘marcado’, e pedíamos apenas para decorar o nosso número”, diz Litercílio. Ele acabou eleito com 3.202 votos válidos, apenas 90 a mais do que o segundo colocado, pondo fim ao domínio do carlismo no município. “A Bahia viveu uma ditadura que acabou em 2006 [com a eleição de Jacques Wagner]. Em Brotas de Macaúbas, a ditadura acabou em 2008”, diz.

Na prefeitura, Litercílio tratou de resgatar as memórias que por tanto tempo a cidade havia ocultado. Criou um evento anual, o Fórum Direito à Memória e a Vida, para lembrar os eventos de 1971 e seus

personagens. “Ninguém daqui conhecia o que havia acontecido. Era uma dívida que tínhamos com Zequinha e Lamarca”, afirma. O evento veio se somar a uma iniciativa de resgate da memória que vinha sendo conduzida pela igreja católica desde 2001, a Celebração dos Mártires, um ato ecumênico realizado anualmente em Pintada, no município vizinho de Ipujiara, no local onde Lamarca e Zequinha foram mortos. Em 2011, a prefeitura realizou um concurso de redação sobre a luta de Lamarca, voltado aos alunos das escolas locais, que recebeu mais de mil inscrições.

“Esse resgate é importante para reafirmar a liberdade, a democracia e a justiça”, diz Litercílio. Nessa luta, a briga mais forte que enfrentou com os vereadores da oposição foi para conseguir aprovar um projeto transformando em feriado o dia 17 de setembro, que homenageia as vítimas da Operação Pirajuçara. Após virar lei, o feriado foi celebrado pela primeira vez em 2009. Apesar da presença de autoridades, como o ministro da Comunicação Social, Franklin Martins, e de secretários do governo baiano, o evento foi pouco concorrido, conta Litercílio. Acontece que alguns dos convidados chegaram de helicóptero, veículo que a maioria dos moradores não via desde 1971. Ao ouvir o barulho do motor das hélices, muitos correram para se trancar em casa e assistiram à cerimônia pelas frestas da janela. “Muitas pessoas de lá ainda sentem cólica quando vêem um helicóptero”, explica Litercílio. Medo não é inimigo que se vença tão fácil.

E o resgate continua. Maria Sena participou do processo criando o

Cineclube Carlos Lamarca. Começou com poucos recursos: um projetor comprado após um vaquinha realizada entre amigos de Salvador e uma porção de cadeiras levadas pelos próprios moradores de Brotas, que se reuniam todo sábado para assistir a filmes da coleção pessoal de DVDs de Maria e Roque. Hoje, o projeto conta com cadeiras e acervo fornecidos pelo Ministério da Cultura e leva o nome de Cinema Carlos Lamarca — a única sala de exibição num raio de 200 quilômetros.

Em cada fala, os participantes chamaram atenção para a necessidade de prosseguir carregando as mesmas bandeiras que os levaram à luta armada, agora com outros métodos de combate. Como o ex-operário italiano Roberto De Fortini, que foi preso enquanto tentava construir um foco de resistência rural da VPR no Rio Grande do Sul e libertado pelo regime após o sequestro do embaixador alemão, em 1970, e que atualmente trabalha com experiências de economia solidária, tentando encontrar formas de tornar os pequenos produtores autossuficientes através de cooperativas. Ou o professor Ladislau Dowbor, da PUC-SP, outro militante da VPR, preso na mesma época e libertado após o seqüestro do embaixador suíço.

“Nós continuamos na ativa. Os problemas sociais que nos motivaram a lutar permanecem até hoje”, disse Ladislau, que hoje atua como consultor do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Como resumiu outro militante da VPR, Pedro Lobo de Oliveira: “Nossa luta hoje não é com o fuzil, é com a palavra”.

SAYAD DEMITE CENTENAS E DESMANTELA TV CULTURA, QUE VIVE SUA MAIOR CRISE

Katia Abreu e Tadeu Breda
Jornalistas

Daniel Garcia



Sob comando do ex-ministro João Sayad, aquela que já foi a maior referência do país em rádio e televisão pública recebe do Estado orçamentos cada vez menores, extingue programas históricos, mingua a olhos vistos. O agudo despreparo do presidente da Fundação Padre Anchieta serve sob medida ao propósito de desconstruir a TV Cultura, o que inclui celebrar “parcerias” com grupos privados de mídia. O quadro dramático envolve ainda um conselho omissivo e ingerência política nos programas jornalísticos. Agora, funcionários, ex-funcionários e movimentos sociais mobilizam-se em defesa da emissora (no destaque, cartaz de convocação para ato público em 3/4)

Quase 2 mil funcionários compunham os quadros da TV Cultura no início da gestão de João Sayad na Fundação Padre Anchieta (FPA), em janeiro de 2010. Hoje, pouco mais de metade continua na folha de pagamento. A reforma administrativa impingida por Sayad desde junho de 2010 demitiu centenas de profissionais da FPA e extinguiu contratos com as TVs Assembleia e Justiça. Ex-ministro do Planejamento (governo Sarney) e ex-secretário estadual da Cultura, ao assumir a presidência da FPA Sayad deixou claro que sua missão era sanear as contas e reduzir a estrutura da emissora, o que implica rebaixar a produção própria a apenas 30% da programação. No início de 2012, foi celebrado um contrato de “parceria” com a Editora Abril e a *Folha de S. Paulo*, que passariam a produzir programas (a primeira terminaria desistindo); logo em seguida ocorreram novos cortes de jornalistas e de outros funcionários.

Munido de vocação reformadora, após realizar alguns ajustes de gestão na Secretaria da Cultura Sayad teria almejado assumir a presidência da FPA para fazer o mesmo com a emissora. “A TV Cultura não tinha foco, estava envelhecendo e tinha uma administração negligente”, avalia. “Quero trabalhar para que a tevê recupere o mesmo sucesso que teve no passado”.

As glórias do passado, entretanto, estavam atreladas a repasses do governo estadual mais generosos do que os atuais. Eugênio Bucci, ex-presidente da extinta Radiobrás e ex-conselheiro da FPA, levantou

dados esclarecedores a respeito do financiamento da fundação pública: “Ano após ano, vai escasseando o investimento público na FPA. Em 2003, ele representava 81,53% da receita da fundação. Agora, está na casa dos 50%. Em valores absolutos, o declínio é dramático: a previsão de R\$ 84 milhões de verba estatal para 2011 fica 35% abaixo da verba de 2010” (*O Estado de S. Paulo*, 11/8/2011). Em 2012, a dotação anual do Estado deve ficar em torno de R\$ 70 milhões, em um orçamento da ordem de R\$ 150 milhões.

As declarações de Sayad no início de sua gestão, que incluíram a ameaça de vender o prédio que sedia a FPA, evidenciaram que o economista desconhece a linguagem e a história da instituição. Numa de suas primeiras conversas com os funcionários, relatada no site Salve a Rádio e TV Cultura, ele criticou programas como o *Autor por Autor* (“Quem quer saber se o João Ubaldo é baiano? Importantes são os livros dele”) e o clássico *Ensaio* (que, segundo ele, tem “planos ultrapassados”, de “40 anos atrás”). Na reunião, um funcionário comentou que, enquanto Sayad se amparava em planilhas e números, o que movia os trabalhadores era o sonho de fazer uma TV pública de qualidade: “Talvez o senhor tenha como referência uma calculadora. Já a nossa referência é esse homem aqui”, disse apontando para o veterano Fernando Faro, aclamado diretor de *Ensaio*. Sayad, então, perguntou quem era a pessoa em questão...

A nomeação para a presidência da FPA de alguém totalmente alheio ao meio é sintoma de um projeto político de desmantelamento. “A li-

nha de toda essa reestruturação é esvaziar a emissora até que se torne uma mera retransmissora de conteúdo”, comenta a jornalista Bia Barbosa, da Frente Paulista pelo Direito à Liberdade de Expressão e Comunicação. O caso da TV Cultura, acrescenta, é reflexo da lógica do PSDB, que governa o Estado há quase duas décadas: “Sucateia o serviço para justificar a privatização”.

Houve forte reação negativa ao anúncio de extinção do programa Manos e Minas, dedicado ao hip hop e à cultura da periferia. A mobilização da sociedade e de deputados obrigou Sayad a recuar. O revés pode ter freado planos semelhantes

A jornalista, que integra o Coletivo Intervezes, grupo que reúne ativistas e pesquisadores da comunicação, ressalta o fato de que no Brasil a sociedade não percebe a necessidade de uma TV pública de qualidade. Ao contrário de muitos países europeus, que desenvolveram seus sistemas de TV e rádio a partir de modelos públicos e estatais, por aqui essa criação se deu subordinada a grupos comerciais. “Não temos um sistema público de comunicação forte e a própria população não dá valor a isso. Na Inglaterra, a BBC é bancada com uma taxa cobrada de

todos os cidadãos. Aqui não é entendida a relevância disso. A população não se sente representada”, declara.

Nem sempre Sayad saiu-se vitorioso no projeto de desconstrução da grade da TV Cultura. Houve forte reação negativa ao anúncio de extinção do programa *Manos e Minas*, dedicado ao hip hop e à cultura da periferia. Após noticiar o fim do programa, Sayad foi obrigado a recuar. Sérgio Ipoldo, diretor do Sindicato dos Radialistas e funcionário da TV Cultura há 25 anos, acredita que esse revés freou outras intenções supressivas da direção da FPA: “Quando anunciaram a retirada do *Manos e Minas* da programação, a sociedade se mobilizou, houve audiência pública na Assembleia Legislativa. Isso fez com que eles repensassem algumas coisas”.

Laurindo Leal Filho, professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, explica que a TV Cultura viveu sua fase áurea no início da década de 1990, quando uma programação infantil “altamente criativa e arrojada” fez com que a emissora sustentasse um recorde de 12 pontos de audiência no Ibope. “Essa pontuação nunca havia sido obtida e jamais voltou a ser registrada”, conta Lalo, como é conhecido. Guto Camargo, presidente do Sindicato dos Jornalistas, destaca a dedicação e o interesse do corpo de funcionários como um fator essencial à produção de programas de alta qualidade, em contraposição ao descaso de sucessivos governos: “Foi resultado da insistência de pessoas que tinham interesse nisso, tanto da sociedade quanto os trabalhadores da FPA. Mas não era parte de plano nenhum, estava lá porque conseguiam fazer.

Daniel Garcia



João Sayad

Isso foi a tônica dos programas da Cultura: foram bons por insistência dos profissionais, nunca em decorrência de um plano do governo”.

Quanto ao próprio Sayad, vê na briga por audiência uma das principais metas e uma das maiores dificuldades da sua gestão: “É o desafio comum de todas as televisões. Hoje não se vê televisão como se via em 1980. Além da televisão, existe internet, TV a cabo etc”, sinaliza. O presidente da FPA sublinha que não irá buscar o aumento no número de telespectadores a qualquer preço: “Não faremos o mesmo que a Globo faz para atrair audiência, mas temos que nos preocupar com a audiência”. Sayad acredita que pode barganhar mais recursos do Estado caso consiga melhores resultados no Ibope — além de disputar o dinheiro da fatia publicitária, que tende a aumentar com os índices de audiência.

No entanto, no primeiro semestre de 2011 a audiência da TV Cultura caiu para 0,8 ponto, o equivalente a

“apenas” 47 mil domicílios, segundo informou o jornalista Jotabê Medeiros, de *O Estado de S. Paulo*. Uma forte queda, que se refletiu na receita publicitária: esta ficou 58% abaixo do previsto. “Isso é resultado da baixa de investimentos e cria um ciclo vicioso negativo: sem audiência não conseguem captar recursos para manter a emissora”, analisa Bia Barbosa.

A jornalista Bia Barbosa propõe a criação de um fundo de financiamento para a TV Cultura, com recursos provenientes da taxaço do uso do espectro pelas empresas comerciais e da venda de aparelhos de televisão

A entrada de peças publicitárias na programação da TV Cultura existe, segundo Sayad, desde 1991. Porém, se antes os anúncios apareciam como “apoio cultural” e eram encarados mais como filantropia empresarial do que como estratégia de *marketing*, a partir dos anos 2000 eles assumiram moldes semelhantes aos vistos na televisão comercial, o que fere a natureza da emissora. “O ritmo da propaganda dialoga com o consumidor através da emoção: ele não pode pensar no que vê, deve apenas comprar. Já a tevê pública deve relacionar-se com o cidadão por meio de uma conversa racional, que faz pensar”, compara Lalo.

Também na opinião de Eugênio Bucci a publicidade interfere ética e esteticamente na emissora pública, descaracterizando-a. “Se sua receita ordinária vem de anúncios, ela funciona como uma emissora comercial. Sua única distinção em relação às demais será sua natureza jurídica”. Bia acredita que a solução pode vir da criação de um fundo de financiamento composto por várias fontes de recursos: “O orçamento de uma TV pública não pode vir todo do governo e também não pode depender da publicidade. Uma saída seria pensar na taxação do uso do espectro pelas empresas comerciais e da venda de aparelhos de televisão”.

Em tese, Sayad defende posição semelhante: “É impossível querer autonomia e receber uma parcela de recursos do Estado que seja tão importante quanto é hoje. Precisamos de uma fonte de financiamento que nos dê liberdade”.

Mas, além das barreiras econômicas, o professor Lalo acredita que o grande problema da TV Cultura é institucional. “Existe uma hegemonia do PSDB que precisa ser rompida. O Conselho [Curador] tem uma dissidência muito pequena, que é representada às vezes pelo reitor de alguma universidade. É preciso imprimir uma renovação real nos conselheiros”, protesta. “A sociedade paulista, que mantém a FPA através dos impostos, não tem voz na gestão da emissora e fica ao sabor dos conflitos internos do partido que está no poder.”

José Maria Pereira Lopes, que trabalha na TV Cultura há 32 anos e é o atual representante dos funcionários no Conselho, conta que a pauta é dedicada basicamente a questões ad-

ministrativas: “O jornalismo a gente não discute no conselho. Discutem o jornalismo em um comitê de programação, somente com o presidente e a diretoria”. Ele se queixa da falta de participação dos 47 membros do conselho nos encontros mensais: “Têm decisões que são tomadas com pequenos quóruns: vinte, vinte e cinco conselheiros. O secretário estadual da Educação só apareceu uma vez, o secretário municipal raramente aparece, o representante dos estudantes (UNE) nem uma vez...”.

“A TV Cultura hoje só é superada no controle pelo malufismo. Não é uma TV pública, ela só simula ser. É TV estatal que vive um momento de retrocesso”, conclui o jornalista Rui Rebelo, representante dos funcionários com 25 anos de casa demitido por Sayad

O conselho sequer faz avaliações periódicas da programação. Assuntos polêmicos como a demissão de Gabriel Priolli da direção de jornalismo, poucos meses após a posse de Sayad, ou a polêmica entrevista do delator Cabo Anselmo no programa de entrevistas *Roda Viva* não foram sequer mencionados entre os conselheiros. “São decisões da diretoria executiva e do presidente. O



Eugênio Bucci

conselho não se mete nisso de jeito nenhum”, afirma Pereira Lopes.

Rui Rebelo, um dos editores do *Jornal da Cultura* em julho de 2010, época da demissão de Priolli, lembra o caso: “Ele decidiu fazer uma matéria sobre pedágio. Não era contra o governo do Estado, era uma matéria de interesse público discutindo o pedágio. O Fernando Vieira Mello [vice-presidente de conteúdo] mandou suspender a matéria e afastou o Gabriel. Com a repercussão ruim do episódio, no dia seguinte, ele veio mais miudinho: ‘Houve um mal entendido, não quero que não dê a matéria; só acho que está incompleta’. E mandou ouvir o governo do Estado. A matéria foi reeditada por gente de confiança deles e aí sim foi ao ar”.

Antigo funcionário da emissora, com 25 anos de casa, Rebelo fazia parte da comissão de funcionários que discutiu a reestruturação da TV no início da gestão de Sayad. E, assim como Marilu Cabañas, representante dos trabalhadores da Rádio Cultura



Ato no dia 3 de abril em defesa da TV Cultura e contra o desmonte da emissora reuniu funcionários, ex-funcionários, sindicalistas e ativistas da democratização da comunicação, além dos deputados Simão Pedro (PT), Carlos Giannazi (PSOL) e Leci Brandão (PCdoB). A parceria com a Folha de S. Paulo na produção de um programa jornalístico foi alvo de muitas críticas. Foram vários os depoimentos marcantes, entre os quais os das jornalistas Maria Amélia Rocha Lopes, ex-diretora do programa Manos e Minas, e Marilu Cabañas, ex-repórter da Rádio Cultura. Na foto maior, manifestação do professor Laurindo Leal (Lalo)

na mesma comissão, foi um dos primeiros a ser demitido na reestruturação. “Todas as pessoas que tinham liderança entre os trabalhadores foram mandadas embora. É clara a perseguição política”, comenta o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Guto Camargo.

Marilu, ganhadora de vários prêmios (Vladimir Herzog, APCA e outros) por suas reportagens de cunho social, conta que antes de ser afastada já havia sido informada pela diretora da rádio, Gioconda Bordon, de que Sayad não gostava do formato de reportagens em séries e documentários para o rádio, e que sua série “Vozes da Mata Atlântica”, sobre as dificuldades enfrentadas pelos moradores do Vale do Ribeira, seria a última deste tipo. Ela lembra ainda que as diretrizes editoriais sofriam alterações quando mudavam governos e diretores: “Quando José Roberto Walker assumiu a diretoria da rádio, no governo Alckmin, ele já chegou avisando: ‘Matéria com pobre é uma

grande bobagem”’. Ao lembrar publicamente este episódio, durante ato em defesa da TV Cultura realizado no Sindicato dos Engenheiros em 3 de abril, a experiente repórter emocionou-se e não conteve o choro (**vide quadro acima**).

Rebelo se recorda de outro momento em que viu a TV servindo a interesses políticos. “Quando houve as inundações em São Luiz do Paraitinga, Sayad, que na época era secretário de Cultura, exigia que fizéssemos matérias todos os dias, com o objetivo de valorizar a pasta dele e a intervenção do governo estadual, em uma obra que seria marcante no governo Serra”. “A TV Cultura hoje só é superada no controle pelo maulufismo. Não é uma TV pública, ela só simula ser. É uma TV estatal que vive um momento de retrocesso”, conclui Rebelo.

Ipoldo, dos Radialistas, em declaração anterior à última onda de demissões, observou que houve alguma reposição de pessoal e regu-

larização de contratações: “Registraram mais de 150 PJs [pessoas jurídicas]. Mas a gente ainda está com problemas: demitiram vários assistentes de externa e quem estava trabalhando tinha que dobrar horário”. Porém, no ato de 3/4, ele denunciou que não haverá substituições para os cortes recentes.

Ele explica que a FPA lida com questões trabalhistas complicadas, que se arrastam há anos. Há um processo movido pelo Sindicato dos Radialistas para o pagamento à categoria de um reajuste de 12%, referente ao dissídio de 2003: “Está em fase final no TST [Tribunal Superior do Trabalho] e gira em torno de R\$ 80 milhões”. Há também os processos de trabalhadores que pediram e conquistaram reintegração à FPA com base na Constituição de 1988: “Meia dúzia de supervisores e outros trabalhadores já voltaram. Supervisores têm salários em torno de R\$ 5 mil; ficaram 10 anos fora e a TV Cultu-

Fotos: Daniel Garcia

**Bia Barbosa****Rui Rebelo**

ra vai ter que pagar esses 10 anos de salários, férias, décimo-terceiro, Fundo de Garantia... Os processos

estão em fase de cálculo. No TST de Brasília são cerca de 105, tanto coletivos quanto individuais, fora

os que ainda estão tramitando em primeira e segunda instância”.

O *imbroglio* rendeu uma investigação do Ministério Público Estadual, que concluiu que a FPA não iniciou procedimentos para concurso público até agora. A decisão mais recente é de que deve haver concurso para as funções administrativas, ficando as funções regulamentadas, de jornalistas e radialistas, isentas dessa necessidade. “A FPA entrou com um embargo para estender a isenção de concurso também aos administrativos e o MPE recorreu pedindo para estender o concurso para todo mundo. Isso gera apreensão, porque em outras empresas, como a CDHU, houve demissões sumárias para então abrirem concursos”, conclui Ipoldo.

RODA VIVA COM CABO ANSELMO FOI “DESSERVIÇO À DEMOCRACIA”

O tradicional programa de entrevistas *Roda Viva* escolheu para sua reestreia ao vivo, no dia 17 de outubro de 2011, uma figura controversa: Cabo Anselmo, agente da Ditadura Militar infiltrado nos grupos de esquerda, que entregou diversos companheiros às forças da repressão — inclusive sua namorada Soledad Barret Viedma, que, grávida de um filho dele, foi trucidada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e seus comandados (em 1973, em Pernambuco).

Sob o comando de Mario Sérgio Conti, a bancada de entrevistadores contava com os jornalistas

Fernando de Barros e Silva, Mônica Bergamo, Fausto Macedo e Hugo Studart; o desembargador José Renato Nalini; e um convidado do entrevistado: Jorge Serrão, autor do livro *O Homem que não existe – o Cabo Anselmo abre seus Arquivos*. Ninguém ligado às vítimas da tortura, nenhum familiar de mortos e desaparecidos políticos, nenhum ex-presos político.

“Uma irresponsabilidade da TV Cultura: não garantiram a informação que é dever da TV pública”, comenta Maria Amélia Teles, militante presa e torturada com seu companheiro e seus filhos. “Fiquei

abismada de ainda ver o programa se vangloriando de estar recomeçando, num novo formato. Achei um desserviço à democracia. É uma questão que o Estado brasileiro não enfrenta de forma alguma e a TV Cultura corroborou isso”, completa.

A assessoria de imprensa da TV Cultura não conseguiu viabilizar contato da *Revista Adusp* com o âncora Mario Sérgio Conti para que ele comentasse o caso. Apenas informou a posição oficial da emissora, que defende a pertinência da entrevista “no momento em que se discute a criação da Comissão da Verdade”.

DESAPARECIDO POLÍTICO

Orlando Momente. Desaparecido aos 41 anos de idade. Operário, militou no antigo PCB e depois no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Participou da Guerrilha do Araguaia e foi visto com vida, pela última vez, nos combates travados em dezembro de 1973. “Tinha um gênio alegre e muito criativo”, informa o Grupo Tortura Nunca Mais-RJ. “Com seu espírito arrojado, em algumas ocasiões esteve frente a frente com agentes da repressão, passando por campos e dando informações erradas sobre os guerrilheiros, contando para isto com a ajuda dos moradores que o apresentavam como compadre ou parente”.

Reprodução

